

NUNO HIPÓLITO

As Mensagens da Mensagem

A Mensagem de Fernando Pessoa, anotada e comentada

Eu nunca fiz senão sonhar.

Bernardo Soares

Introdução

A *Mensagem* foi o primeiro e único livro publicado em Português por Fernando Pessoa¹. Antes, o poeta só tinha livros publicados em inglês.

A razão de Pessoa ter publicado, em português, este livro e não outro, por exemplo a prosa de um dos seus heterónimos, ou a poesia em seu próprio nome é – como Fernando Pessoa ele mesmo o diz – simples: *Mensagem* foi o primeiro livro que ele conseguiu completar².

No entanto não é claro se Pessoa queria ou não propositadamente iniciar a sua carreira como escritor publicado em livro, e em português, pela *Mensagem*. Certo é que em 1932, João Gaspar Simões, seu primeiro biógrafo, assegura que essa era a intenção do poeta. Numa carta recebida de Pessoa em 1932, ele atesta a intenção daquele publicar primeiro *Portugal* (o então título de *Mensagem*) e só depois outras obras como o *Livro do Desassossego* e a poesia dos heterónimos³.

Parece-nos que Fernando Pessoa sabia o que estava a fazer quando iniciou, na transição para o seu último ano de vida, a missão a que se achava destinado, desde que em 1912 anunciara o “Super-Camões”, no seu primeiro artigo na revista *A Águia*. O que ele chama de “livro pequeno de poemas”, obviamente esconde toda a sua ambição de mudança para o país, então numa grave crise política e pior ainda, em grave crise de identidade.

Mensagem é, sem sombra de dúvidas, ao menos para Pessoa, o primeiro passo, na direcção de um outro futuro. Outro futuro apenas não aquele presente. Um futuro que Fernando Pessoa considerava possível, mas apenas na consciência plena das limitações da carne, do assumir da derrota ultramarina, da pobreza instalada nas mentes e nas instituições.

“O pequeno livro de poemas” é um livro de orações pagãs, contendo um plano, cheio de heróis que abandonam a carne e o osso em favor do símbolo. É um livrinho fácil de ler, mas difícil de compreender, porque nos exige a análise e a reflexão. Não tem o lirismo inocente e clássico de Camões, nem o tom cristão e pacífico dos sermões de António Vieira, mas o melhor de ambos, reduzidos ao seu essencial, despidos de pretensões.

A mudança pelo indivíduo era a ambição final deste poema longo de 44 poemas, não a exaltação nacionalista, de por exemplo *A Pátria*, de Guerra Junqueiro. Se Pessoa fala de figuras, é para depois as tornar em símbolo, se fala de eventos, é para depois os tirar do tempo, reduzindo-os a uma parte de um destino maior. Tudo em torno de uma Índia que não existe ainda e um Brasil já sem fronteiras, embarcando tudo o que o sonho humano permite.⁴

Sobre o título “Mensagem”

Como bem indica António Quadros no seu artigo «O título da Mensagem»⁵ à primeira vista “Mensagem” parece significar apenas isso - uma missiva, uma comunicação. E, num primeiro grau, este é um significado aceitável, visto tratar-se de um livro hermético, com uma mensagem oculta, que ao ser recebida inicia o recipiente nos mistérios que ela própria contém.

No entanto o primeiro título do livro não era “Mensagem”, mas sim “Portugal”⁶. É por sugestão de um amigo - Da Cunha Dias - que Pessoa reconsidera, mudando o nome. Esse amigo ter-lhe-á indicado a evidência do nome “Portugal” estar já nessa altura demasiado vulgarizado, inclusive em marcas comerciais.

¹ Foi publicado pela primeira vez em Dezembro de 1934 em edição da Parceria António Maria Pereira, em Lisboa, embora a segunda edição, de 1941 contenha correcções feitas pelo poeta à 1.ª edição. (Cf. António Cirurgião, *O olhar esfíngico da Mensagem de Fernando Pessoa* ICALP, 1990, págs. 19-22).

² Carta de Fernando Pessoa a Adolfo Casais Monteiro, datada de 13 de Janeiro de 1935 (in Fernando Pessoa, *Escritos Íntimos, Cartas e Páginas Autobiográficas*, publicações Europa-América, pág. 221). Robert Bréchon na sua biografia do poeta indica que na realidade ele chegou a terminar outro livro, em inglês, intitulado *The Mad Fiddler* (Robert Bréchon, *Fernando Pessoa, Estranho Estrangeiro*, Quetzal).

³ Cf. João Gaspar Simões, *Vida e Obra de Fernando Pessoa*, 1.ª edição, Volume II, pág. 322.

⁴ Tires, 9 de Abril de 2006 / 23 de Dezembro de 2009.

⁵ in *Mensagem, Edição Crítica de José Augusto Seabra*; Fund. Eng. A. Almeida, 1993, págs. 229 e segs.

⁶ Cf. *Mensagem, Edição clonada do original da Biblioteca Nacional de Portugal*, Guimarães, 2009.

Curiosamente - ou talvez propositadamente - "Mensagem" é uma palavra com o mesmo número de letras de "Portugal". Mas uma folha no espólio explica o processo porque passou a génese deste título, que foi muito bem pensado pelo seu autor. São os seguintes significados os encontrados nessa folha:

1. "Portugal" e "Mensagem" têm 8 letras (bem como o mesmo número de sílabas, de letras em cada sílaba e com igual posição de vogais e consoantes). O oito é um número de harmonia, mas também um número ligado aos templários, mais precisamente à cruz Templária que tem 8 pontas. É a mesma cruz que depois vai nas caravelas, já cruz de da Ordem de Cristo, seguimento natural dos Templários depois da extinção destes por ordem Papal. Assim, Pessoa num primeiro sentido diz-nos que a "Mensagem" é "Portugal" e que "Portugal" é a realização da missão da Ordem de Cristo e - por descendência - da Ordem do Templo⁷.

2. "Mensagem" é ainda dividida por Pessoa em 3 partes: MENS/AG(ITAT MOL)EM. Como já referimos anteriormente, "Mens Agitat Molem" é uma citação tirada de Virgílio na *Eneida*, que significa que a mente move a matéria. O objectivo da "Mensagem" seria mover as moles humanas, através da poesia.

3. Da palavra "Mensagem" Pessoa tira ainda outro significado, sublinhando ENS e GEMMA, para formar a expressão ENS GEMMA. Ou seja, ente em gema, ou ovo. É Portugal em essência, em gema. Significado também potencialmente mágico, encantatório: para os alquimistas o ovo filosófico é germe de vida espiritual, do qual deverá o ouro da sabedoria. No ovo, concentram-se todas as possibilidades de criar, recriar, renovar e ressurgir. Ele é a prova e o receptáculo de todas as transmutações e metamorfoses.

4. Noutra última hipótese, Pessoa escreve: MENSA GEMMARUM: ou mesa das gemas. Altar ou mesa onde repousam as gemas Portuguesas – Portugal, e onde se procede ao sacrifício para a realização do sagrado superior. Neste significado, Portugal seria o altar onde os sacrifícios foram realizados em nome do divino.

5. Finalmente Pessoa pega na palavra "Mensagem" e corta-a para fazer MEA GENS ou GENS MEA: ou seja, minha gente ou gente minha, minha família. É a raça de heróis com que Pessoa se identifica e que nomeia ao longo do texto da "Mensagem"

A atribuição do prémio do SPN à "Mensagem"

Fernando Pessoa, muito por influência dos seus amigos – sobretudo António Ferro – concorre em 1935 a um prémio literário, o "Prémio Antero de Quental", patrocinado pelo Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), que premiava obras publicadas nesse ano.

Podemos dizer com alguma certeza que se não tivesse existido o prémio, também não teria existido o livro "Mensagem", pelo menos não na forma acabada e final. Isto porque é bastante óbvio que Pessoa preparou o livro especialmente para o apresentar a concurso, embora a ideia do mesmo já existisse antes na sua mente, tão cedo quanto 1917-18 (época do Sidonismo).

Aliás, recentemente (no final de 2009), José Blanco, um conhecido estudioso da obra Pessoa, disse mesmo que o dinheiro para a impressão de "Mensagem" saiu de um "saco azul" do SPN. Há evidências também que apontam para que o regulamento do concurso ter sido "feito à medida" para dar o prémio ao livro de Pessoa.

O prémio tinha duas categorias na secção dedicada aos livros de poesia – mais de 100 páginas e poema único com menos de 100 páginas. Mas o júri⁸ considerou que "Mensagem" não tinha o número regulamentar para chegar às 100 páginas e relegou a obra para a segunda categoria (que

⁷ Numa análise numerológica, "Mensagem" corresponde ao número 32 (soma das letras que constituem a palavra), um número que poderá representar a soma dos 10 *sefirot* cabalísticos com os 22 caminhos da árvore de vida (Cf. Jayro Luna, *A Chave Esotérica de Mensagem de Fernando Pessoa*, São Paulo, 2002, págs. 13-4).

⁸ Constituído por António Ferro (director do SPN), Alberto Osório de Castro (escritor), Mário Beirão (escritor), Acácio de Paiva (escritor) e Teresa Leitão de Barros (escritora e jornalista).

venceu). O prémio monetário para a primeira categoria era de 5.000 escudos e de 1.000 escudos para a segunda, mas por influência de António Ferro (presidente do júri), o prémio da segunda categoria subiu para 5.000 escudos. A injustiça foi então, de certo modo, corrigida.

Todo o processo que levou à publicação e premiação da “Mensagem” pelo SPN parece ter sido orquestrado por António Ferro, figura de proa do regime Salazarista, com a conivência de algum modo passiva de Fernando Pessoa⁹.

Porquê? Porque Ferro tinha o óbvio interesse de ter Pessoa como um dos principais intelectuais do regime. Nada melhor do que ter o melhor poeta da época a escrever um livro de teor nacionalista, a que provavelmente mais tarde se seguiriam outros.

Claro que o plano de Ferro não se concretizou – pela morte de Pessoa e também porque Pessoa nunca seria um “poeta do regime”, como o provam vários textos que ficaram inéditos e que são agressivos em relação à pessoa (ou à figura) de Salazar e da censura estatal à livre expressão.

Nota sobre o texto adoptado

Decidimos seguir sempre o texto da edição de 1941 da Mensagem, editada pela Agência Geral das Colónias, que contém correcções feitas pelo poeta à 1.^a edição e alguns poemas datados. Será essa edição a que está mais perto da intenção original de Pessoa. Optámos também por “modernizar” o texto, visto que isso ajuda à leitura e não prejudica a interpretação da vontade original de Fernando Pessoa (visual e de conteúdo).

⁹ Qual a reacção de Pessoa ao prémio recebido? Temos o testemunho do seu cunhado, Caetano Dias, que encontrou o poeta no dia a seguir à atribuição do prémio e dirigindo-se a ele para saber da sua opinião sobre a atribuição do prémio, teve como resposta um seco e calmo: “Ah! É verdade. Deram-me o prémio”. Certamente revelador de um misto de indiferença e de conhecimento antecipado... (citado em António Quadros, *Fernando Pessoa, vida, personalidade e génio*, D. Quixote, pág. 53). No entanto a quantia serviu para ele saldar algumas das suas dívidas (nomeadamente no barbeiro e provavelmente também nas livrarias) e viver algum tempo sem vales à caixa nas empresas em que trabalhava.

Análise da Mensagem

Abertura

*Benedictus Dominus Deus noster
qui dedit nobis signum.*

Para o início do livro, Fernando Pessoa escolheu uma locução em latim, com profundos significados herméticos, nomeadamente Rosa-crucianos.

Literalmente traduzida poderá significar: “Bendito seja Deus nosso Senhor, que nos deu o verbo”, embora uma tradução mais correcta seja: “Bendito seja Deus nosso Senhor, que nos deu o sinal”¹⁰.

Numa obra maçónica Rosa-cruciana, intitulada *De Mysteriis Rosae Rubrae et Aureae Crucis*, da autoria de um misterioso Frater Achad, encontra-se uma expressão similar: “Magister Iesus Christus – Deus est Homo – Benedictus Dominus Deus Noster qui dedit nobis Signum”. Traduzida livremente significaria: “Mestre Jesus Cristo – Deus feito Homem – Bendito seja Deus nosso Senhor, que nos deste o seu Sinal”. Esta expressão estaria gravada, segundo o autor, por detrás do símbolo supremo da Rosa e da Cruz¹¹.

Frater Achad, ou mais propriamente Charles Stansfield Jones, era um discípulo de Aleister Crowley e, a um tempo, dado como seu herdeiro espiritual (Crowley intitula-se a si mesmo a besta 666, enquanto Jones intitula-se o 777). É famoso o episódio de Fernando Pessoa com Crowley, na Boca do Inferno, em que foi encenado o suicídio do mago inglês, para grande espanto dos jornais da época, que seguiram com grande interesse o acontecimento¹².

O interesse de Pessoa no ocultismo é, hoje em dia, evidente, desde que foram publicadas várias obras sobre o assunto e foi revelado o conteúdo da sua biblioteca pessoal. A expressão latina utilizada é comum em obras inspiradas no movimento rosa-cruz.

Esta expressão latina é significativa por encimar a obra *Mensagem*, como um aviso e simultaneamente um anúncio. Ao leitor é dito, de maneira velada, que esta é uma obra de sinais, uma obra de símbolos. O maior símbolo, o símbolo magno é – para Pessoa, como para os gnósticos – Jesus Cristo, “nosso Senhor”. Para eles, Jesus é o *logos*¹³, o intermediário intelectual, entre a misteriosa vontade do Deus criador e o alcance humano da razão.

É por isso perfeitamente natural que este símbolo magno antecipe todos os outros¹⁴.

¹⁰ Concordam António Cirurgião, *O Olhar...*, pág. 28 e Clécio Quesado, *Labirintos...*, 1.1.

¹¹ Pode ler-se esta obra neste endereço de Internet: <http://www.acc.umu.se/~stradh/magick/Mysticism/inri>.

¹² Cf. Miguel Roza, *Encontro Magick de Fernando Pessoa e Aleister Crowley*, Hugin Editores, 2001.

¹³ Na Bíblia há referências claras ao papel de Jesus enquanto mediador, por ex., em: 1Tm, 2-5.

¹⁴ Encontramos outra expressão latina extremamente semelhante à que dá início a *Mensagem* numa passagem de Fernando Pessoa em que este fala da Franco-maçonaria: “Os (...) princípios que formam a Loja são: (...) (7) Bendito seja Deus nosso Senhor, que nos deu o Verbo”. Fala aqui Pessoa dos princípios que formariam a Loja maçónica ideal, que, segundo ele se revelaria como um “Magno Mistério Cristão” (Cf. Fernando Pessoa, *À Procura da Verdade Oculta*, Publicações Europa-América, pág. 211).

Primeira Parte

Brasão

PRIMEIRA PARTE

BRASÃO

Bellum sine bello.

A *Mensagem* inicia-se com a Primeira Parte (de três).

A divisão do livro em três partes não é inocente. Na tradição Cabalística, o número três representa o potencial de transformação e unificação de duas polaridades opostas, onde o espiritual governa o físico e a mente governa a matéria. O resultado-síntese é material bem como espiritual: O Espírito Santo. Na Bíblia, o sagrado texto do Cristianismo, o número três assume também grande importância, nomeadamente na trindade (Pai, Filho e Espírito Santo). No Livro do Génesis, também podemos ler como o mundo foi criado em seis dias, mas em três foi criado o céu e a Terra, sendo os outros três gastos a povoar céu e terra de todas as maravilhas naturais¹⁵.

O título “Brasão” tem um significado óbvio de nobreza. O “Brasão”, como primeira parte, representa em símbolo essa nobreza do povo Português, na sua essência primordial. O brasão é críptico em si mesmo, sendo – como se sabe – uma representação, usando símbolos e por vezes cores, com a finalidade de identificar indivíduos, famílias ou mesmo regiões, através de actos de nobreza e heroísmo. É isso que Fernando Pessoa quer fazer, de início: identificar de onde vem a nobreza de Portugal. Hermeticamente, quer fixar (falar da conquista do território), seguindo a expressão de Yvette K. Centeno¹⁶, para depois dissolver e sublimar.

Bellum sine bello significa “guerra sem guerrear”. “*Potência sem acto*”, como diz Agostinho da Silva, em *Um Fernando Pessoa*¹⁷, ou seja a parte que se mantém sempre eterna, como nobreza e carácter. Não nos parece que aqui haja qualquer referência à conquista ultramarina propriamente dita, porque esta parte se refere à nobreza, não de actos, mas de carácter e de essência.

Uma nota para o número de poemas desta parte: 19. (poderá representar simbolicamente o seguinte: $1+9=10=1+0=1$, unidade, início).

Postulamos ainda que a primeira parte da *Mensagem* é, no percurso da *gnosis* pessoana, dedicada ao tema da filosofia/religião cristã (ver análise ao poema “O Encoberto” na terceira parte).

¹⁵ Cf. Gn 1, 1-31. Para uma análise numerológica mais pormenorizada do livro “Mensagem” (embora algo confusa no modo como está estruturada) v. Jayro Luna, *A Chave Esotérica de Mensagem de Fernando Pessoa*, Epsilon Volantis, São Paulo, 2002.

¹⁶ «A Filosofia Hermética na Obra de Pessoa» in *Fernando Pessoa no Seu Tempo*, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1988, pág. 56.

¹⁷ Agostinho da Silva, *Um Fernando Pessoa*, Guimarães Editores, 3.ª edição, pág. 17.

Os Campos

O Dos Castelos

I

OS CAMPOS

PRIMEIRO

O DOS CASTELOS

A Europa jaz, posta nos cotovelos:
De Oriente a Ocidente jaz, fitando,
E toldam-lhe românticos cabelos
Olhos gregos, lembrando.

O cotovelo esquerdo é recuado;
O direito é em ângulo disposto.
Aquele diz Itália onde é pousado;
Este diz Inglaterra onde, afastado,
A mão sustenta, em que se apoia o rosto.

Fita, com olhar esfíngico e fatal,
O Ocidente, futuro do passado.

O rosto com que fita é Portugal

8-12-1928

Lusíadas: C. II, E. 97; C. III, E. 6-21 (especialmente E. 17 e 20)

Análise estilística do poema

Métrica

4 Estrofes irregulares (com respectivamente 4, 5, 2 e 1 versos). Todos os versos são decassilábicos heróicos (com excepção do 4.º verso da 1.ª estrofe que é hexassilábico ou heróico quebrado).

Esquema rímico

Na 1.ª estrofe a rima é cruzada. Nas restantes, a rima extrapola de uma estrofe para outra (seguindo o esquema: abaab cb c).

Número de versos

12

Observações

Antropomorfização de Portugal com o uso de metáforas; discurso na 3.ª pessoa.

Para subtítulo Pessoa escolhe “Os Campos”. São estes campos, os terrenos simbólicos onde a luta se inicia, pelas “Quinas”, título do poema que se segue a este.

Primeiro refere-se ao “Campo dos Castelos”, ou seja, a terra onde nascerão os Castelos: Portugal. O poema “O Dos Castelos” é assim uma introdução geral, que fala sobre o território Português, e como o próprio Destino teve um papel em aqui fazer um país.

Análise linha a linha da primeira estrofe:

A Europa jaz, posta nos cotovelos:
A Europa jaz, como um corpo, deitada e apoiada nos cotovelos.
De Oriente a Ocidente jaz, fitando,
Está deitada de Oriente (Balcãs) a Ocidente (Península Ibérica), olhando o Oceano Atlântico.
E toldam-lhe românticos cabelos
E aspirações românticas de aventura¹⁸
Olhos gregos, lembrando.
Toldam a memória da herança Helénica (Grega).

Análise contextual da primeira estrofe:

Pessoa apresenta o quadro onde vai decorrer a aventura épica de um povo eleito por Deus para uma missão. Apresenta-o, primeiro recorrendo a imagens sóbrias e figurativas (comparando a Europa a um corpo), depois simbolicamente analisa a posição geográfica do território de Portugal, como a posição ideal para a aventura da conquista dos mares.

“A Europa jaz, posta nos cotovelos”, ou seja, deitada. A palavra “jaz” também pode insinuar que a Europa está morta¹⁹, mas para nós não faz sentido ela jazer morta “posta nos cotovelos”... Já a hipótese de Pessoa usar a imagem de uma esfinge faz mais sentido.

Espraia-se dos Balcãs a Portugal (“De Oriente a Ocidente”). É precisamente em Portugal que toda essa herança de séculos, os “olhos Gregos, lembrando”, melhor pode romantizar (“toldam-lhe românticos cabelos”) nova e inovadora conquista. O que ela fita, o que olha, é o futuro²⁰.

Clécio Quesado indica neste ponto a intertextualidade da *Mensagem* com o texto de Camões, *Os lusíadas*, no canto III, entre as estrofes 6 e 21²¹.

Análise linha a linha da segunda estrofe:

O cotovelo esquerdo é recuado;
Imaginando o corpo-Europa, o cotovelo esquerdo, recuando.
O direito é em ângulo disposto.
Colocando o cotovelo direito em ângulo recto.
Aquele diz Itália onde é pousado;
O cotovelo esquerdo fica sobre a Itália.
Este diz Inglaterra onde, afastado,
O cotovelo direito fica sobre a Inglaterra.
A mão sustenta, em que se apoia o rosto.
A mão que sustenta o rosto, apoia-se no cotovelo que está sobre a Inglaterra.

Análise contextual da segunda estrofe:

A localização geográfica do território de Portugal é feita, recorrendo novamente à metáfora do corpo (Europa) e ao simbolismo dos seus cotovelos (apoios).

“O cotovelo esquerdo é recuado” e “o direito é em ângulo disposto”, ou seja, o apoio esquerdo recua em direcção de Itália (“aquele diz Itália”) e o direito fica por sobre a Inglaterra (“este diz Inglaterra”).

¹⁸ Osvaldo Duarte no seu ensaio *«Persuasão à Beira da Mágoa»* (*Nave da Palavra*, Edição n.º 37, 15-9-2000), diz que “românticos cabelos” é uma referência metafórica aos “Oceanos”. Não nos parece que seja coerente esta análise. Concorda com a nossa visão Clécio Quesado, *Labirintos de um “livro à beira-mágoa” – a Mensagem, de Pessoa*, Rio de Janeiro, Elo, 1999, 2.1.1.

¹⁹ Assim: António, Cirurgião, *O Olhar...*, pág. 41.

²⁰ Cf. Roxana Eminescu, «Incursão no eixo semântico ver/ouvir da Mensagem Pessoaana» in *Actas do 2.º Congresso Internacional de Estudos Pessoaanos*, CEP, 1985.

²¹ Clécio Quesado, *Op. cit.*, 2.1.1.

O rectângulo imperfeito que Portugal desenha no *mapa mundi* justifica-se, segundo a visão de Fernando Pessoa, porque é o Destino de Portugal seguir-se ao Império Britânico (que está já em decadência) e seguindo as ideias nobres da herança latina e Grega (Itália). Os dois apoios ou bases do corpo, da Europa, são então: o poder do Império Britânico e a herança cultural latina e grega. António Cirurgião lembra ainda que da Inglaterra Portugal herdou elementos célticos, nomeadamente místicos, aquando da ocupação pré-românica da Península Ibérica²².

“A mão” que “sustenta (...) o rosto” está apoiada na Inglaterra, ou seja, Portugal segue a aventura marítima Inglesa.

Análise linha a linha da terceira estrofe:

Fita, com olhar esfíngico e fatal,
O rosto fita (olha) com olhar esfíngico (misterioso) e decidido (fatal).
O Ocidente, futuro do passado.
Olha para Ocidente, em direcção ao Oceano Atlântico ainda inexplorado, o futuro para onde aponta o passado – a herança greco-romana.

Análise contextual da terceira estrofe:

Vimos que Fernando Pessoa usa a metáfora de um corpo deitado, para representar a Europa, dos Balcãs à Península Ibérica. Agora esse corpo toma, com a terceira estrofe, um rosto visível. E esse “rosto. / Fita com olhar esfíngico e fatal”²³, ou seja olha misteriosamente mas com decisão, por ainda não saber o que se vai seguir, o Oceano Atlântico, mas estar decidido em descobrir.

E fita o quê? Fita “o Ocidente, futuro do passado”. Todo o passado, segundo Pessoa, aponta para esse futuro, é para onde a Europa, o corpo, deve dirigir agora o seu olhar.

Análise linha a linha da quarta estrofe

O rosto com que fita é Portugal
O rosto, quem tem na Europa a visão do futuro, é Portugal.

Análise contextual da quarta estrofe

E “o rosto com que” olha, “é Portugal”, tanto pela sua privilegiada posição geográfica (no fim da Europa, a Ocidente) como pela razão de Portugal se apoiar, quer na herança dos gregos e dos latinos, como na aventura marítima Inglesa.

Em suma, o rosto que olha, é um rosto predestinado, que não olha somente, mas deseja conscientemente um futuro que o seu passado lhe exige reclame pela nobreza. É portanto um olhar de visão, de plano futuro.

²² António Cirurgião, *Op. cit.*, pág. 45.

²³ Este “olhar sphyngico” é, para vários autores, um aviso de Pessoa aos seus leitores. “*Querendo ou não, ninguém penetrará na Mensagem sem passar pela entrada. Tal como no Génesis, onde um anjo, com espada de fogo, guarda a porta do Paraíso, também aqui a esfinge de Fernando Pessoa guarda o seu poema*” (Luís Filipe Barata Monteiro, «A Mensagem Filosófica da Mensagem» in Actas do 2.º Congresso Internacional de Estudos Pessoaanos, CEP, 1985).

SEGUNDO

O DAS QUINAS

Os Deuses vendem quando dão.
Compra-se a glória com desgraça.
Ai dos felizes, porque são
Só o que passa!

Baste a quem baste o que lhe basta
O bastante de lhe bastar!
A vida é breve, a alma é vasta:
Ter é tardar.

Foi com desgraça e com vileza
Que Deus ao Cristo definiu:
Assim o opôs à Natureza
E Filho o ungiu.

8-12-1928

Lusíadas: C. III, E. 53-54

Análise estilística do poema

Métrica

3 Quartetos. Os três primeiros versos de cada quadra têm 8 sílabas e o último 4.

Esquema rímico

Rima cruzada.

Número de versos

12

Observações

Em cada quadra há 2 versos agudos (ou femininos) e 2 graves (ou masculinos); discurso na 3.ª pessoa; carácter aforístico do discurso (que acentua a sua universalidade); 2 primeiras quartetos no tempo verbal presente e a última no pretérito; uso de paradoxos, antíteses e quiasmos (por ex. 1.º e 2.º versos da 1.ª quadra) e aforismos (1.º verso da 1.ª quadra); uso de redundâncias (1.º e 2.º versos da 2.ª quadra); uso de repetições (verbo “bastar”); arquitectura barroca dos conceitos.

“O Das Quinas” tem um significado simbólico óbvio: as quinas representam, na *Mensagem*, as chagas de Cristo na cruz (duas nas mãos e duas nos pés, causadas pelos pregos; uma no dorso causada pela lança do soldado romano Longinus)²⁴.

“O Das Quinas” é o Português.

As quinas representam, na bandeira de Portugal, os cinco reis mouros derrotados por D. Afonso Henriques em batalha de Ourique em 1139, actual Baixo Alentejo, Portugal. Embora os historiadores pensem que muito do que foi escrito em volta do episódio de Ourique seja fictício, ou exagerado, tratou-se de facto de uma vitória sobre os muçulmanos, que serviu para fortalecer politicamente o reinado de D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal.

²⁴ Já Camões abordara este tema (C. III, E. 53-4), como bem indica Clécio Quesado (*Op. cit.*, 2.1.2.).

Assim, e em rigor, as quinas representam os reis mouros. Apenas dentro das quinas encontramos as cinco marcas das chagas, isto na simbologia da bandeira Portuguesa.

Dentro do tema geral “Brasão”, as “Quinas” seguem-se aos “Campos”. Isto porque o “Brasão” representa a luta (“Os Campos”) pelo sangue de Cristo, ou seja, as chagas (“As Quinas”).

Análise linha a linha da primeira estrofe:

Os Deuses vendem quando dão.
Os Deuses escondem uma venda, quando parecem dar, ou seja, nada é conquistado sem sacrifício.
Compra-se a glória com desgraça.
Comprar (atingir) a glória, exige muitas vezes a desgraça (a morte/o sofrimento).
Ai dos felizes, porque são
Os que são felizes, são os verdadeiramente abençoados.
Só o que passa!
Porque a felicidade é passageira, o sofrimento eterno.

Análise contextual da primeira estrofe:

Na primeira estrofe encontramos um aviso, para quem quer enfrentar – e compreender – o significado do sofrimento, da luta, porque é de luta e de sofrimento que Fernando Pessoa vai falar neste livro.

Ele avisa que nada é dado sem que algo seja tirado. “Os Deuses²⁵ vendem quando dão”²⁶, ou seja, quando dão a glória, tiram a felicidade – “compra-se a glória com desgraça”. Os felizes, mesmo de modo passageiro, ignoram que a felicidade é boa mas também é momentânea (“só o que passa”), enquanto que o sofrimento, para aquele que luta, é por vezes eterno, sempre presente. Os felizes são assim abençoados, mas por outro lado são passageiros, inconsequentes.

Análise linha a linha da segunda estrofe:

Baste a quem baste o que lhe basta
Devemos resignarmo-nos ao que é bastante, suficiente.
O bastante de lhe bastar!
Não procurar além do que nos é dado pelo Destino.
A vida é breve, a alma é vasta:
A vida é curta para satisfazer os desejos da alma humana.
Ter é tardar.
Possuir é sempre uma ilusão, é querer atrasar a compreensão da vida.

Análise contextual da segunda estrofe:

Depois do aviso da primeira estrofe, quase odioso, a segunda estrofe apresenta-nos um conselho: ter cuidado com o que desejamos.

“Baste a quem baste o que lhe basta”, ou seja, devemos nunca desejar mais do que nos está destinado. Isto porque “o bastante de lhe bastar” deve ser suficiente, porque “a vida é breve, a alma é vasta”. Querer sempre mais é adiar, não aceitar o destino, “é tardar”.

²⁵ Repare-se no pormenor neopagão: “deuses”. A este respeito lembremos a seguinte passagem: “*haveria vantagem em analisar toda a questão do neopaganismo em Pessoa sob este ângulo: a pluralidade dos deuses relaciona-se com a das sensações e com a dos heterónimos (entre os deuses e os homens, já não há acção heróica, mas apenas acontecimentos de sensações)*” (José Gil, *Fernando Pessoa ou a metafísica das sensações*, Lisboa, Relógio d’Água, 1988, pág. 219). cremos que a multiplicidade é uma característica inegável também da *Mensagem*, tanto na maneira como Pessoa dissolve os corpos em sensações, como na maneira como queima os deuses para adivinhar o calor do verdadeiro caminho.

²⁶ Muito similar a esta passagem é uma outra, um fragmento presente no espólio com a referência 53B-65 verso, em que Pessoa diz: “*O que os Deuses são, vendem-no; e Portugal pagou muito caro o ter creado a civilização transoceanica moderna. Ganhau quasi todo o mundo, e, como na promessa negra do «Evangelho», perdeu quasi toda a alma*” (citado em Yvette Centeno, *Fernando Pessoa: Os Trezentos e Outros Ensaios*, Presença, 1988, pág. 138. Mantivemos a grafia original, tal como transcrita pela autora).

Quer Pessoa também dizer que quem está preparado para conquistar, tem de estar preparado para renunciar. Mas pode agora, antes de tudo ainda ter começado, deixar-se na praia e não partir na aventura do mar e da alma. Há ainda tempo para ficar resignado, satisfeito, porque em verdade nunca se pode possuir tudo o que a alma deseja.

Análise linha a linha da terceira estrofe:

Foi com desgraça e com vileza
Foi com provações, testes e sacrifícios.
Que Deus ao Cristo definiu:
Que Deus, fazendo passar Cristo por essas dificuldades, o definiu, definiu o seu Destino.
Assim o opôs à Natureza
Assim o caracterizou homem.
E Filho o ungiu.
E Filho de Deus, ungido Rei dos Judeus (como os antigos reis eram ungidos com óleos sagrados nas cerimónias de coroação).

Análise contextual da terceira estrofe:

Fernando Pessoa equipara a luta dos Portugueses aos sacrifícios de Cristo ao tornar-se, como eles, homem. A glória do Salvador veio também através de grande sofrimento, além da própria dor – “foi com desgraça e com vileza / Que Deus ao Cristo definiu”. Não se pode exigir menos a quem segue a sua palavra e a sua missão.

Estes obstáculos, são postos por uma razão, para filtrar os corajosos, os que estão preparados no seu coração para se sacrificarem, além de todo o sacrifício que pensem poder suportar. O exemplo para todos os que lutam é Cristo, Deus-homem caído em desgraça na cruz, que sofre e dúvida da sua paternidade no último grito antes da morte e da ressurreição.

Porque sofre ele? Porque se “opôs à Natureza”. Deus “Filho o ungiu”²⁷, para que ele sofresse pelos homens e os redimisse²⁸, mas também para que lhes comunicasse a existência de um Destino superior – como os navegadores.

²⁷ Ungido ou eleito, como filho de Deus e Rei dos Judeus. A paternidade não lhe foi atribuída, mas o reinado humano sim, mesmo que em escárnio pela inscrição que encimava a cruz, com as iniciais I.N.R.I, ou seja, *Iesvs Nazarens Rex Ivdæorum* (Jesus O Nazareno Rei dos Judeus). O seu título também estava escrito em grego e em hebraico (Jo 19,19-22).

²⁸ Pessoa defendia mesmo a inevitabilidade de Jesus sofrer sendo filho de Deus.

Os Castelos

Ulisses

II

OS CASTELOS

PRIMEIRO

ULISSES

O mito é o nada que é tudo.
O mesmo sol que abre os céus
É um mito brilhante e mudo--
O corpo morto de Deus,
Vivo e desnudo.

Este, que aqui aportou,
Foi por não ser existindo.
Sem existir nos bastou.
Por não ter vindo foi vindo
E nos criou.

Assim a lenda se escorre
A entrar na realidade,
E a fecundá-la decorre.
Em baixo, a vida, metade
De nada, morre.

Lusíadas: C. VIII, E. 5

Análise estilística do poema

Métrica

3 Quintilhas. Em cada uma delas os primeiros quatro versos são heptassilábicos e o último é tetrassilábico.

Esquema rímico

Rima cruzada em esquema ababa.

Número de versos

15

Observações

Carácter silogístico dedutivo do poema (1.ª estrofe é a premissa maior, a 2.ª a premissa menor e a 3.ª a conclusão); discurso na 3.ª pessoa; uso de exemplos; uso do tempo verbal presente na 1.ª e 3.ª estrofes; uso do tempo verbal pretérito na 2.ª estrofe; uso de oximoros, paradoxos e antíteses (por ex. 1.º verso da 1.ª estrofe); uso de metonímia (Lisboa é Portugal); uso de símiles (por ex. entre o sol e Deus) e metáforas (por ex. "lenda se escorre").

“Os Castelos” abrem o subtítulo II da Primeira Parte da *Mensagem*.

Como já vimos, Fernando Pessoa pretende desenhar os seus versos ao longo de um desenho preciso, quase geométrico do que para ele é o “Brasão Português”. Em rigor não é a mesma interpretação dos elementos constantes da bandeira nacional de Portugal, mas deles se aproxima em diversas ocasiões.

A atracção de Pessoa pela heráldica é bem conhecida, tendo o poeta tentado por várias vezes estabelecer a sua árvore genealógica, reconhecendo mesmo por escrito as suas origens mais remotas. A cota de armas dos Pessoa, visível na Rua do Pina, em Castelo Branco, Portugal, é prova das origens nobres da sua família.

Não é certo porque Pessoa usa aqui a expressão “Castelos”, além do significado heráldico. Porém, como cada “Castelo” é uma figura e mais à frente nas “Quinas” Pessoa enumera mártires, podemos subentender que em “Castelos”, são expostas as bases fundadoras da nação. Vejamos que “Castelos” é a parte II de uma parte I denominada “Campos”. O senso comum diz-nos que os castelos eram construídos, nos tempos medievais, para assegurar a posse e a defesa da terra conquistada e simbolizavam um controlo e um começo de algo maior. Julgo que estes “Castelos” são para Pessoa as figuras fortes, maciças, em cujos feitos e obras se baseiam todas as outras. “Castelos” serão assim um sinónimo para “Fortalezas”, “Bases Seguras”. Sete Castelos porque sete pode ser o resultado da soma do ternário (céu), com o quaternário (terra), resultando na totalidade do universo criado. Deus precisou também de sete dias para criar o mundo (Gn 2, 1-3).

Fernando Pessoa funda a luta na convicção da importância do mito – porque é com Ulisses que Pessoa inicia “Os Castelos”, como que dizendo que as coisas morrem e em essência em mito se renovam, renascem.

Ulisses (em Grego Odisseu), foi uma das figuras míticas que chegaram ao nosso tempo através dos dois grandes relatos de Homero: a *Ilíada* e a *Odisseia*. Pessoa escolhe um mito que, diz a lenda, fundou Lisboa (a raiz etimológica da palavra Lisboa é Ulissipo – ou cidade de Ulisses)²⁹.

Análise linha a linha da primeira estrofe:

O mito é o nada que é tudo.
O mito cria a realidade, ou seja, o mito apesar de ser nada é tudo
O mesmo sol que abre os céus
O Sol – símbolo de tudo o que ilumina a tira o véu da escuridão.
É um mito brilhante e mudo—
É um nada, só feito de luz, sem significado.
O corpo morto de Deus,
Inanimado mas potência de mais alguma coisa, Origem.
Vivo e desnudo.
Á espera de ser realizado.

Análise contextual da primeira estrofe:

Fernando Pessoa considerava que ser um “mitogenista”, um criador de mitos, era a ocupação mais alta que um homem poderia desejar³⁰. Para ele, o mito reserva em si mesmo a potência de “ser tudo e não ser nada”, ou seja, enquanto é nada – uma lenda – o mito pode ser tudo – base para revolução espiritual e depois material, pois o espírito comanda a matéria.

Eis porque “o mito é o nada que é tudo”. Também porque em tudo se pode achar símbolos, matéria para inseminar a realidade com nova vida. “o mesmo sol que abre os céus / É um mito brilhante e mudo” – o sol em si mesmo não é vida, mas símbolo de algo maior pode sê-lo. Mas enquanto só sol, é o mesmo que “o corpo morto de Deus, / Vivo e desnudo”, ou seja, é apenas morte, sem significado maior. Pois que importância teria “o corpo morto de Deus” (Jesus) se não fosse a sua vida e morte um grande, enorme símbolo para outra coisa qualquer?

Não é por acaso que Pessoa considera o primeiro “Castelo” Ulisses, um mito. Pode parecer uma fraca base para construir algo maior, mas Pessoa acredita que é precisamente a força do mito de Ulisses que é a base primeira da renovação de tudo o resto. Porque o mito se mantém sempre igual,

²⁹ Camões menciona também Ulisses (C. VIII, E. 5).

³⁰ Num momento confessional ele escreve: “Quero ser um criador de mitos, que é o mistério mais alto que pode obrar alguém da humanidade” («Mitogenia» in Fernando Pessoa, *Mensagem*, Publicações Europa-América, 2.ª edição, pág. 161).

é imutável e contínuo em energia e significado, mesmo na sua inerente contradição: é Deus morto, ainda vivo. Sempre à espera de ser reaproveitado quando a realidade enfraquece³¹.

Análise linha a linha da segunda estrofe:

Este, que aqui aportou,
Ulisses que aportou (chegou) ao local onde nasceria Lisboa.
Foi por não ser existindo.
Chegou, mesmo sem existir (materialmente), porque o mito existe não existindo.
Sem existir nos bastou.
Mesmo bastou enquanto mito para criar algo mais do ele próprio.
Por não ter vindo foi vindo
Veio, mesmo sem existir.
E nos criou.
E a partir dele nós existimos também.

Análise contextual da segunda estrofe:

Vejamos como é clara nesta estrofe a essência do mito: a contradição. “Este, que aqui aportou” (Ulisses) “foi por não ser existindo”, ou seja, chegou e fundou Lisboa por ser um mito. Ele “não (...) existindo”, existiu e “não (...) vindo foi vindo”, ou seja, existiu sem existir e veio sem vir – era a realidade ainda por acontecer.

Isto porque o mito é em si mesmo potência e acto, existência e não-ser. Contém em si mesmo os elementos necessários para criar, mesmo sem existir (“sem existir nos bastou”), sendo assim fundamento irreal da realidade, paradoxo e matéria-prima dos criadores de civilizações.

Há claro, uma ironia subjacente a este texto, que é própria de Pessoa. Se por um lado ele justifica a existência e a importância dos mitos, ele critica aqueles que não dão importância aos mitos e que os categorizam como meras lendas sem sentido. Afinal como pode uma lenda antiga, cheia de pó, sem sequer existir, vir criar aqui uma cidade? – “Por não ter vindo foi vindo / E nos criou”.

Análise linha a linha da segunda estrofe:

Assim a lenda se escorre
O mito move-se.
A entrar na realidade,
Entra na realidade, mesmo não fazendo parte dela.
E a fecundá-la decorre.
E fecunda-a, gerando nela movimento e emoção que de outro modo não existiria.
Em baixo, a vida, metade
Mais em baixo, num nível inferior, a vida, metade.
De nada, morre.
Na realidade, metade de nada, morre, sem o mito é em si mesma nada, é infecunda.

Análise contextual da terceira estrofe:

O mito é assim a base de toda a nobreza, porque iniciador. Antes de Viriato, antes de Afonso Henriques, antes de todos os homens reais, há o homem-mito, a raiz da qual flui a energia do futuro, e da qual nasce o alimento para uma vida que sem ela seria pobre e sem fruto. O mito (nada) é a fonte da vida (tudo).

A “lenda (...) escorre (...) / A entrar na realidade / E a fecundá-la”. “Em baixo, a vida, metade / De nada, morre”, ou seja, a vida sem o mito, sem a lenda é “metade de nada”, nem é realmente vida. Sem a lenda que a *fecunde*, a vida é estéril, sem significado, sem verdade.

³¹ Clécio Quesado indica que na realidade Ulisses é um mito duplamente fundador: funda primeiro mitologicamente Lisboa, mas principalmente funda a importância do mito na *Mensagem* (*Op. cit.*, 2.2.1.).

Viriato

SEGUNDO

VIRIATO

Se a alma que sente e faz conhece
Só porque lembra o que esqueceu,
Vivemos, raça, porque houvesse
Memória em nós do instinto teu.

Nação porque reincarnaste,
Povo porque ressuscitou
Ou tu, ou o de que eras a haste –
Assim se Portugal formou.

Teu ser é como aquela fria
Luz que precede a madrugada,
E é já o ir a haver o dia
Na antemã, confuso nada.

22-1-1934

Lusíadas: C. III, E. 22; C. VIII, E. 6-7

Análise estilística do poema

Métrica

3 Quartetos. Todos os versos são octossilábicos.

Esquema rímico

Rima cruzada, alternativamente grave e aguda nas duas primeiras quartetos e grave na terceira.

Número de versos

12

Observações

Discurso na 2.^a pessoa; uso de metáforas (por ex. “haste”); uso de sinédoque; uso de símiles (o dia nascente).

Na galeria das figuras “base” da nação, a que Pessoa apelida de “Castelos”, segue-se Viriato. Viriato, figura mítica da história de Portugal, foi um chefe militar da tribo dos Lusitanos, no século II a.C. que congregou sob o seu poder grandes territórios no centro da Península Ibérica, resistindo com imenso fulgor aos invasores Romanos.

Análise linha a linha da primeira estrofe:

Se a alma que sente e faz conhece
Se há importante memória na nossa alma da nossa história
Só porque lembra o que esqueceu,
Porque a história, a memória do passado esquecido, é a base da actualidade.
Vivemos, raça, porque houvesse
Os Portugueses de agora existem e são assim.
Memória em nós do instinto teu.
Pela memória que têm do instinto que movia Viriato nas suas acções.

Análise contextual da primeira estrofe:

A importância dada aos mitos, é atenuada agora, mas continua presente. Isto porque Viriato, sendo já um homem, é “menos mito” do que Ulisses, mas continua a ter em volta dele uma áurea de mito, porque pouco se sabe da sua história e desde a sua morte muito se acrescentou a ela. Assim sendo, Pessoa como que começa a decrescer na sua ordem do mito, partindo de Ulisses (o mito absoluto), e continuando com Viriato (uma personagem histórica, tornada mítica pelos seus feitos).

Vamos observar que há como um *dégradé* na mitologia dos “Castelos”, dos mitos-absolutos para os mitos-homem.

Fernando Pessoa enfatiza aqui a importância da memória histórica. Se a alma (ou o homem) “faz” e “conhece”, é “porque lembra o que esqueceu” (da sua história, que se esquece, mas que permanece). E a memória de Viriato é uma memória da história que permanece forte³², e que em nós opera e “fecunda” o que em nós há de vida e que – lembre-se – é só vida, “metade de nada” (poema “Ulisses” em “Os Castelos”), sem a memória do mito. Por isso ele diz: “Vivemos, raça, porque houvesse / Memória em nós do instinto teu”, o instinto de nobreza vive pela memória.

Análise linha a linha da segunda estrofe:

Nação porque reencarnaste,
Portugal é nação porque o espírito de Viriato permaneceu na nossa memória colectiva.
Povo porque ressuscitou
Porque Viriato sempre vivo lembra-nos.
Ou tu, ou o de que eras a haste —
Pelo seu exemplo, ou pela força que o teu exemplo representava.
Assim se Portugal formou.
Foi importante, desde que Viriato apareceu, para constituir a nobreza de Portugal.

Análise contextual da segunda estrofe:

Na segunda estrofe, reafirma-se o que foi dito na primeira. Viriato vive sempre, porque mito. E o seu mito, a sua vida, reencarna constantemente, num ciclo infinito, que influencia as sucessivas gerações de Portugueses³³.

Seja por reencarnação efectiva (“porque reencarnaste”) – Pessoa era atraído pelo conceito de metempsicose – seja por reencarnação simbólica (“porque ressuscitou”), Viriato influencia decisivamente o ímpeto da nação que nasce, que existe ainda antes de ter território, em conceito de liberdade. Houve aqui um princípio de algo, que residia em Viriato: “tu, ou do que eras a haste”, e isso foi decisivo para o futuro de Portugal – “Assim (...) Portugal se formou”.

“Haste” pode ser compreendido como “pendão”, ou “bandeira” – uma representação simbólica da nobreza ou força, erguida ou fixada para que todos a conheçam. “Haste” também porque nascia essa força de outras mãos – de Deus³⁴.

Análise linha a linha da primeira estrofe:

Teu ser é como aquela fria
A tua memória viva é como a luz fria da manhã.
Luz que precede a madrugada,
Luz que precede o nascer do novo dia, do novo acordar.
E é já o ir a haver o dia
E é já a toda potência em acto do que vai ainda acontecer.
Na antemanhã, confuso nada.
Mesmo quando ainda não há nada (quando na manhã ainda não há dia).

³² É sobretudo uma memória de liberdade, como lembra Clécio Quesado (*Op. cit.*, 2.2.2.).

³³ Cf. *Os Lusíadas*, C. III, E. 22; C. VIII, E. 6-7.

³⁴ António Cirurgião interpreta diferentemente “haste” como corpo/matéria (*Op. cit.*, pág. 63).

Análise contextual da terceira estrofe:

Fernando Pessoa usa aqui a metáfora da manhã, para a comparar ao mito da nobreza de Viriato. Diz-nos que o seu “ser” (o seu mito) é como a manhã para o dia. A “fria luz” (o mito), quando “precede a madrugada” (o novo dia), não é ainda nada, mas apenas um começo. O nada (o mito) é o tudo (o dia), mas só em potência, ainda sem acontecer.

Mas mesmo sem ser, o mito é “já o haver o dia”, porque sem o mito (a fria luz) o dia não pode nascer. Aqui se reforça a ideia de que o mito, mesmo sendo nada, é um nada que é tudo. Se o mito (a luz) o dia (a vida) não pode nascer por completo, ficaria só “madrugada” e nunca “dia”.

Também é verdade, no entanto, que o mito permanece esse “já (...) haver o dia”, mas num “confuso nada”, ou seja, o símbolo é difuso e inútil só por si – tem de achar uma utilização, um momento ideal para fecundar a realidade.

O Conde D. Henrique

TERCEIRO

O CONDE D. HENRIQUE

Todo começo é involuntário.
Deus é o agente.
O herói a si assiste, vário
E inconsciente.

À espada em tuas mãos achada
Teu olhar desce.
«Que farei eu com esta espada?»

Ergueste-a, e fez-se.

Lusíadas: C. III, E. 25-28; C. VIII, E. 9

Análise estilística do poema

Métrica

3 Estrofes irregulares (respectivamente com 4, 3 e 1 versos). Alternadamente os versos têm 8 e 4 sílabas.

Esquema rímico

Rima cruzada.

Número de versos

8

Observações

Carácter aforístico e epigramático do poema; discurso na 1.ª pessoa («Que farei...»), na 2.ª pessoa (2.ª e 3.ª estrofes) e na 3.ª pessoa (1.ª estrofe); carácter silogístico do poema (proposição na 1.ª estrofe e prova em forma de corolário no resto do poema); extrema economia verbal; uso de repetições (por ex. “espada”); indefinição dos sujeitos (Todo começo, Deus, o herói); uso de pronomes possessivos e pessoais (por ex. “tuas”); uso de metáforas (“erguer”, fundar a nação).

Conde de Borgonha, D. Henrique foi o pai do primeiro Rei de Portugal, D. Afonso Henriques, e por isso considerado o fundador da monarquia no nosso país. Quando D. Henrique morreu, em 1114, D. Afonso Henriques tinha apenas 3 anos.

Devemos observar que, no já indicado *degradeé* de mitos-absolutos para mitos-homem, D. Henrique é já uma figura histórica mais concreta, cuja vida é bem mais documentada, do que a de Viriato e infinitamente mais do que a do herói legendário Ulisses.

Análise linha a linha da primeira estrofe:

Todo começo é involuntário.

D. Henrique não sabia o que o futuro traria, nomeadamente o futuro do seu filho, D. Afonso Henriques.

Deus é o agente.

É Deus, que rege o Destino de todos os homens.

O herói a si assiste, vario

Os heróis desse Destino, muitas das vezes ignoram-no e lutam mesmo contra ele.

E inconsciente.

Mas muitas das vezes são somente inconscientes às suas implicações.

Análise contextual da primeira estrofe:

“Todo começo é involuntário” – quer isto dizer que, pelo menos nas grandes obras, que mudam as civilizações, o início nunca é por obra da vontade humana, mas sim de uma outra vontade maior – “Deus é o agente”.

D. Henrique não poderia planejar as acções que se seguiram, e por isso, Deus foi o agente desse plano, a que D. Henrique assistiu, “inconsciente” e “a si (...) vário”, ou seja, sem que soubesse a que iam levar as suas acções no futuro. O plano era a formação de Portugal.

Análise linha a linha da segunda estrofe:

À espada em tuas mãos achada
O poder (de guerra e de mudança) que tem em suas mãos subitamente
Teu olhar desce.
Ocupa a sua atenção e deixa-o perplexo.
«Que farei eu com esta espada?»
Ao ponto de se perguntar a si próprio o que deve fazer com ele.

Análise contextual da segunda estrofe:

A espada é um símbolo, não só de guerra, mas de mudança. O próprio Jesus Cristo diz: “não vim trazer a paz, mas a espada” (Mt 10,34). Esta mensagem seria contraditória, porque Jesus traz a boa nova da paz e da irmandade, se não fosse essa mesma boa nova razão de separação, de conflito e de mudança. Toda a mudança é trazida por conflito, seja conflito pelas armas, ou conflito entre o futuro e o presente.

Quando Pessoa nos desenha a imagem de D. Henrique com uma “espada nas “mãos achada”, olhando-a perplexo (“teu olhar desce”), sem saber o que fazer com ela (“ «Que farei eu com esta espada»”), o que quer ele dizer? Quer dizer que D. Henrique traz a mudança (a espada), mas sem o saber (olha para ela perplexo), porque o agente dessa mudança não é ele, mas uma vontade que o ultrapassa: Deus.

Análise linha a linha da terceira estrofe:

Ergueste-a, e fez-se.
Ergueu a espada, mas a acção que se seguiu, não foi por sua vontade.

Análise contextual da terceira estrofe:

Confirma-se o que dissemos na análise à segunda estrofe. O que faz D. Henrique com a sua espada (a mudança)? Ele ergue-a (tenta concretizá-la), mas a mudança vai ocorrer sem que ele se possa considerar o agente dessa mesma mudança. Ele ergue a espada mas não a baixa num golpe. Ergue-a e “fez-se”: D. Henrique é um meio para um fim maior, nada mais claro.

D. Tareja

QUARTO

D. TAREJA

As nações todas são mistérios.
Cada uma é todo o mundo a sós.
Ó mãe de reis e avó de impérios,
Vela por nós!

Teu seio augusto amamentou
Com bruta e natural certeza
O que, imprevisto, Deus fadou.
Por ele reza!

Dê tua prece outro destino
A quem fadou o instinto teu!
O homem que foi o teu menino
Envelheceu.

Mas todo vivo é eterno infante
Onde estás e não há o dia.
No antigo seio, vigilante,
De novo o cria!

24-9-1928

Lusíadas: C. III, E. 30-34

Análise estilística do poema

Métrica

4 Quartetos. Cada uma tem três versos de 8 sílabas e um de 4.

Esquema rímico

Rima cruzada.

Número de versos

16

Observações

Uso de quatro imperativos imprecatórios (1 por estrofe); uso de metáforas (por ex. "avó de impérios"); uso de sinédoque (Afonso Henriques, Portugal); Uso de apóstrofes, epítetos e súplicas; discurso na 2.^a pessoa.

D. Tareja mais não é que a grafia medieval de D. Teresa, mãe de D. Afonso Henriques e por isso começo e origem de Portugal, pelo menos simbolicamente. Filha bastarda de D. Afonso VI, rei de Leão, casou com D. Henrique e governou o então condado portugalense durante a menoridade de D. Afonso Henriques.

Análise linha a linha da primeira estrofe:

As nações todas são mistérios.
Não se sabe o Destino das nações.
Cada uma é todo o mundo a sós.
Cada uma guarda em si mesma, a potência de mudar o mundo.
O mãe de reis e avó de impérios,

Ó D. Teresa, mãe de D. Afonso Henriques e avó do Império no Oriente, ainda por nascer.
Vela por nós!
Guarda-nos pela tua memória presente.

Análise contextual da primeira estrofe:

A expressão “as nações todas são mistérios” poderia ser uma expressão de impotência, não fosse Pessoa um ocultista e, como sabemos, para os ocultistas, o mistério não é mais do que o futuro ainda por acontecer, o Destino ainda por se cumprir. Por isso mesmo, ele diz que “cada uma é todo o mundo a sós”, porque enquanto não se cumpre o seu Destino, tudo lhe é possível, em ambição e sonho³⁵.

Cumprir-se em D. Teresa, o começo da revelação do mistério da nação Portuguesa, desse Destino ainda por ser, porque é ela quem gera D. Afonso Henriques. É “mãe de reis e avó de impérios” que começa a formar-se, mesmo se ainda em ideia, a partir do seu nascimento.

Pessoa pede a sua protecção (“vela por nós!”), e nisso apela ao que a figura de D. Teresa lhe aparenta ser materna e protectora. Talvez aqui Pessoa se tenha lembrado das memórias dolorosas da sua própria mãe, e do modo como ele sempre achou que ela não tinha realmente velado por ele, pelo menos como ele desejara³⁶. O pedido torna-se assim num lamento triste.

Análise linha a linha da segunda estrofe:

Teu seio augusto amamentou
A tua origem nobre, de filha de Reis, alimentou a origem de D. Afonso Henriques.
Com bruta e natural certeza
Dando-lhe força, para combater mais tarde a própria mãe, em nome de objectivos mais altos.
O que, imprevisto, Deus fadou.
O que, sem se esperar, era o ungido de Deus para tão alta missão, de formar Portugal.
Por ele reza!
Protege-o com a tua memória.

Análise contextual da segunda estrofe:

D. Teresa amamentou com “seio augusto”, por ser filha de filha do rei de Leão e Castela D. Afonso VI³⁷. Embora, simbolicamente, Pessoa queira dizer em “amamentar”, mais do que apenas o acto de aleitar um recém-nascido. “Amamentar com seio augusto” é dar de beber ao Rei ainda Infante, o leite da nobreza, a ambrósia dos Reis. Deu-lhe esse leite D. Teresa, com “bruta e natural certeza”, ou seja, mesmo que no futuro essa acção se virasse contra ela mesma, como se veio a verificar quando D. Afonso Henriques derrotou os exércitos da sua mãe, em 24 de Julho de 1128 na Batalha de S. Mamede³⁸.

D. Afonso Henriques talvez fosse improvável herói, “o que, imprevisto, Deus fadou” em terra escassa e tempos difíceis. Mas logo se fez notar pela sua bravura e coragem, começando a erguer do nada o que seria Portugal.

³⁵ Não nos parece que aqui transpareça tão-somente uma “visão providencial da história”, como sugere António Cirurgião (António Cirurgião, *Op. cit.*, pág. 70).

³⁶ Num fragmento do Livro do Desassossego aparece uma das muitas referências “rancorosas” em relação à sua mãe: “*Quem, em criança, me apertou contra a cara não me podia apertar contra o coração*” (Bernardo Soares, *Livro do Desassossego*, 1.ª parte, Publicações Europa-América, pág. 209). Noutro fragmento do mesmo livro ele chora alto: “*Estou tão cansado no meu abandono. Vai buscar, ó Vento, a minha Mãe*” (pág. 224-5). O seu abandono, ele cristaliza-o numa coisa banal: “*A vulgaridade é um lar. O quotidiano é materno*” (pág. 271). Vítima de uma infância malograda, ele admira esse “paraíso perdido”: “*Ah, cada vez que vejo nas ruas uma criança a chorar, uma criança exilada dos outros dói-me mais que a tristeza da criança no horror desprevenido do meu coração exausto*” (pág. 279).

³⁷ Opinião contrária tem António Cirurgião, que considera o adjectivo “augusto” como sinónimo de “divino”, porque D. Teresa teria sido, por Pessoa, tornada “Magna Mater” – por ser “avó de impérios”. (Cf. António Cirurgião, *Op. cit.*, pág. 71).

³⁸ “Em vossos próprios filhos vos vingais / Da maldade dos pais”, diz Camões (Os lusíadas, C. III, E. 32).

Análise linha a linha da terceira estrofe:

Dê tua prece outro destino
Que o teu exemplo nos traga outro Destino.
A quem fadou o instinto teu!
Aos que hoje (anos 30 do século XX) continuam no governo.
O homem que foi o teu menino
Porque a memória da nobreza do teu filho (D. Afonso Henriques).
Envelheceu.
Já se esmoreceu.

Análise contextual da terceira estrofe:

Esta estrofe é de difícil análise, porque se mostra mais críptica no seu significado. Parece-nos no entanto claro que Pessoa, nas duas primeiras linhas, se refere aos actuais governantes (actuais, claro dos anos de 1930 em Portugal).

“Dê a tua prece outro destino, a quem fadou o instinto teu!”: Tem de se ler esta passagem como: “que a tua prece nos guie em melhor direcção, do que aquela que seguimos por ordem de quem deu seguimento no presente ao que tu iniciaste”. Crítica social implícita, parece esta ser a melhor interpretação para esta passagem.

Tal como “o teu menino / Envelheceu” poderá nada mais significar que a memória do rei primeiro, do impulso e da vontade de independência e de orgulho se iam diluindo, sobretudo desde o triste episódio do mapa cor-de-rosa com Inglaterra³⁹ e o crescente diminuir do poder de Portugal no mundo, ainda ultramarino, mas cada vez mais pobre e isolado, deitado a uma ditadura soturna, sem indústria, sem riqueza e sem originalidade.

Análise linha a linha da quarta estrofe:

Mas todo vivo é eterno infante
Mas nunca é tarde para recomeçar.
Onde estás e não há o dia.
No infinito das possibilidades.
No antigo seio, vigilante,
O mito vigilante, permanece fonte de vida e regeneração.
De novo o cria!
Para de novo criar o português original.

Análise contextual da quarta estrofe:

Veja-se que a ultima quadra confirma o que dissemos sobre a terceira: “todo o vivo é eterno infante”, ou seja, e mais coloquialmente: a esperança nunca deve ser perdida. Há dentro do homem o poder regenerativo de alterar as coisas, fazer revoluções, voltar à origem para melhorar, para ser maior do que pode ser.

Pede Pessoa, a D. Teresa ou mesmo ao infinito (“onde estás e não há dia”), que de novo se crie esse português ambicioso e original, movido pela vontade e pelo destino de ser maior do que pode ser. O “antigo seio” lá está, “vigilante”, D. Teresa que deu luz ao primeiro rei, para servir de modelo, de arquétipo sem vida, mas com mais do que apenas vida, já feito símbolo, origem, nascente de toda a nobreza e coragem de superar as adversidades.

³⁹ Estava ainda fresco na memória este episódio, que coincide mais ou menos com o nascimento de Pessoa. Conta-se em poucas palavras o ocorrido. Portugal, com presença colonial em África vê-se progressivamente ameaçado por outros países colonizadores. Para marcar uma posição, lança-se a política do mapa cor-de-rosa, que passava a ideia de ligar Angola a Moçambique, criando uma faixa de influência que ligasse os Oceanos Atlântico e Índico. A Inglaterra não tinha a mesma opinião e, sem hesitar, lança um Ultimato a Portugal em 1890, o qual acaba por ceder. Portugal foi humilhado internacionalmente e vestígios dessa humilhação geraram, durante décadas, ondas de choque, nomeadamente entre os artistas. Duas famosas reacções são o livro *A Pátria* de Guerra Junqueiro e a letra do hino nacional, *A Portuguesa*, de Alfredo Keil. Foi grande o efeito de descrédito na monarquia, que viria a desembocar, em última análise, na revolução republicana de 1910.

QUINTO

D. AFONSO HENRIQUES

Pai, foste cavaleiro.
Hoje a vigília é nossa.
Dá-nos o exemplo inteiro
E a tua inteira força!

Dá, contra a hora em que, errada,
Novos infiéis vençam,
A bênção como espada,
A espada como bênção!

Lusíadas: C. III, E. 30-46 (especialmente E. 46); C. VIII, E. 11

Análise estilística do poema

Métrica

2 Quartetos. Todos os versos são hexassilábicos excepto o quinto que pode ser também considerado heptassilábico.

Esquema rímico

Rima cruzada.

Número de versos

8

Observações

Uso de súplicas (preces); uso de quiasmos (2.^a estrofe, 3.^o e 4.^o versos) e redundâncias (por ex. “dá-nos”, “dá”).

D. Afonso Henriques, nascido em 1109, será apenas em 1179 reconhecido pela Santa Sé, Rei de Portugal, embora ele use o título de rei desde 1140, logo depois da Batalha de Ourique.

Análise linha a linha da primeira estrofe:

Pai, foste cavaleiro.
Pai da nação, foste homem nobre e valoroso, de coragem.
Hoje a vigília é nossa.
Hoje cabe-nos a nós a missão de coragem e sacrifício.
Dá-nos o exemplo inteiro
Por isso dá-nos o teu exemplo excelso e ideal.
E a tua inteira força!
E renovada força com a memória das tuas acções.

Análise contextual da primeira estrofe:

D. Afonso Henriques é, para Pessoa, “pai” da nação⁴⁰. De facto, é no seu reinado que se estabelece o reino de Portugal, a primeira nação europeia a definir a sua identidade nacional, antes mesmo do ano 1200.

Ele foi “cavaleiro”. Cavaleiro era um homem de armas, mas também um homem de nobreza e de gestos certos e decididos, que defendia as coisas superiores a ele mesmo, seja as leis de Cristo ou as do seu reino. É essa atitude que Pessoa reclama ser de novo necessária, quando diz “hoje a vigília é

⁴⁰ Clécio Quesado aponta a curiosa construção do poema, em forma de “Pai-nosso” (*Op. cit.*, 2.2.5.).

nossa”. Ou seja, hoje (por volta de 1930), era necessário recordar esse exemplo de coragem e de nobres ideais, recordar esse espírito de abnegação por coisas maiores do que só os homens e a sua ambição pessoal.

Abnegação é a palavra que recorda D. Afonso Henriques. Abnegação em favor de um ideal, de um ideal nobre e aparentemente impossível. É esse o seu “exemplo inteiro” e a sua “inteira força”.

Análise linha a linha da segunda estrofe:

Dá, contra a hora em que, errada,
Traz o teu exemplo nesta hora difícil.
Novos infiéis vençam,
Uma hora (tempo) em que outros infiéis ameaçam.
A bênção como espada,
O teu exemplo como uma espada.
A espada como bênção!
A tua espada como exemplo.

Análise contextual da segunda estrofe:

Fernando Pessoa exorta novamente para que o exemplo de D. Afonso Henriques sirva para impedir que “novos infiéis” vençam. É difícil esclarecer a quem se refere Fernando Pessoa, mas não será descabido indicar que os “novos infiéis” seriam quiçá os tradicionalistas que imperavam na sociedade do seu tempo⁴¹, em que os exemplos modernistas eram sucessivamente rechaçados por serem produto da loucura de alguns poucos e nada mais⁴².

Se esses infiéis vencem, é essa vitória numa “hora (...) errada”, que não devia acontecer. Contra isso, novamente a “espada”, a mudança, deve ser trazida “como bênção”, ou seja, como remédio e solene proclamação de uma nobreza que ainda não está esquecida.

Há em Pessoa um subliminar desencantamento político, que aqui aflui. Sobretudo porque Pessoa – sempre um idealista, mas nunca um romântico – ousava pensar a mudança e vê-la como possível.

Durante a sua vida Portugal está no meio de período de intensa confusão política, com governos de curta duração, sucessivos levantamentos militares e estudantis. Exemplo maior dessa instabilidade é o dia de 28 de Maio de 1926 em que se inicia a longa ditadura militar, que deixará de ser militar aprovada a Constituição de 1933, mas que vai durar como ditadura até à revolução de Abril de 1974.

⁴¹ António Cirurgião avança com a hipótese dos “infiéis” serem os membros do partido republicano, estando Pessoa no campo oposto, do partido monárquico (*Op. cit.*, pág. 77).

⁴² O movimento do modernismo “fez-se ouvir” sobretudo em duas ocasiões. A primeira foi quando saiu o primeiro número da revista *Orpheu*, em 1915. Em carta a Armando Cortes Rodrigues, um eufórico Pessoa diz que *Orpheu* “foi um triunfo absoluto”. Mais à frente acrescenta: “somos o assunto do dia em Lisboa (...) o escândalo é enorme. Somos apontados na rua” (Fernando Pessoa, *Escritos Íntimos, Cartas*, Publicações Europa-América, pág. 103). A segunda é em 1917, depois da conferência de Almada Negreiros (modernista também nas letras, mas mais nas artes plásticas) no Teatro República. O jornal *A Capital*, voz conservadora do tempo, classifica em ambas as ocasiões os modernistas como “malucos”.

SEXTO

D. DINIZ

Na noite escreve um seu Cantar de Amigo
O plantador de naus a haver,
E ouve um silencio murmuro consigo:
É o rumor dos pinhais que, como um trigo
De Império, ondulam sem se poder ver.

Arroio, esse cantar, jovem e puro,
Busca o oceano por achar;
E a fala dos pinhais, marulho obscuro,
É o som presente d'esse mar futuro,
É a voz da terra ansiando pelo mar.

9-2-1934

Lusíadas: C. III, E. 96-98

Análise estilística do poema

Métrica

2 Quintilhas. Todos os versos são decassilábicos com excepção do segundo versos de cada uma das quintilhas, que são octossilábicos.

Esquema rímico

Rima cruzada, emparelhada e interpolada (no esquema abaab).

Número de versos

10

Observações

Uso de paradoxos e antíteses (por ex. 3.^a verso da 1.^a estrofe); uso de símiles e metáforas (por ex. em volta do "trigo"); uso de antropomorfização ("fala dos pinhaes"); paralelismo temático (pinhais e mar), linguístico e retórico; uso de sintagmas (por ex. "esse cantar"); uso de redundâncias sonoras (por ex. "marulho obscuro").

D. Dinis foi o sexto⁴³ Rei de Portugal, aclamado em Lisboa no ano de 1279. Nasceu em 1261 e morreu em 1325. Ficou conhecido como o Rei Lavrador, pelo impulso que deu à agricultura durante o seu reinado. Isto embora também tenha ficado conhecido pelo seu amor à poesia e à cultura – foi ele que fundou a primeira Universidade, então Estudos Gerais⁴⁴.

Análise linha a linha da primeira estrofe:

Na noite escreve um seu Cantar de Amigo
Pela noite D. Dinis escreve a sua poesia (cantigas de amigo).
O plantador de naus a haver,
Aquele que plantou o Pinhal de Leiria, futura fonte de madeira para as naus da Índia.
E ouve um silêncio murmuro consigo:
Pressentindo um futuro.
É o rumor dos pinhais que, como um trigo
Os pinhais que plantou, como trigo ainda em semente,
De Império, ondulam sem se poder ver.

⁴³ António Cirurgião notou a importância do número seis: sexto rei, sexta quina, criação em seis dias do mundo... Isto justificaria o salto que Pessoa efectua, do primeiro para o sexto rei (Cf. *Op. cit.*, pág. 80).

⁴⁴ Facto elogiado sobremaneira por Camões (Cf. *Os Lusíadas*, C. III, E. 96-97).

Origem de um Império, que ainda não aconteceu.

Análise contextual da primeira estrofe:

Pessoa escolhe, depois do grande símbolo de conquistador que é D. Afonso Henriques, o Rei Lavrador e o Rei Poeta que foi D. Dinis. Trata-se, certamente, de tudo menos uma escolha inocente. Porque se segue a poesia à força, como “Castelo”? Certamente porque Pessoa pensava que tanto uma quanto outra possuíam importância igual e eram de igual valor como sustento de um país forte e original.

D. Dinis “escreve” as suas cantigas de amigo e é dos primeiros a fazê-lo na nova língua que nasce com Portugal e se começa progressivamente a destacar do Galego: o galaico-português. D. Dinis é um trovador, ou seja, um poeta de origem nobre, que canta poesia lírica.

Mas ele é também “plantador de naus a haver”. Ou seja, ele – sem o saber, é claro, como bem convém ao mito, ao herói que ignora⁴⁵ a sua própria missão – planta a madeira que servirá para construir as naus. Sem saber o que vai acontecer, ele só “ouve um silêncio murmuro consigo: / É o rumor dos pinhais”⁴⁶. O mistério fala-lhe no silêncio...⁴⁷

São esses pinhais que “como um trigo / De Império, ondulam sem se poder ver”. É uma feliz e belíssima metáfora de Pessoa. Como se os pinhais fossem campos de trigo à espera de serem colhidos para fazer pão, e o pão são as naus, os Descobrimentos.

Análise linha a linha da segunda estrofe:

Arroio, esse cantar, jovem e puro,
Como um ribeiro, esse cantar inocente.
Busca o oceano por achar;
Procura um Oceano ainda por desvendar.
E a fala dos pinhais, marulho obscuro,
E o som dos pinhais, como o das ondas.
É o som presente desse mar futuro,
É o som de agora, que fala de um mar futuro.
É a voz da terra ansiando pelo mar.
É o futuro de um povo que sairá da terra de encontro ao mar.

Análise contextual da segunda estrofe:

A inocência e a falta de intencionalidade da veia poética, Pessoa compara-a a um ribeiro (“um arroio”) que busca um oceano. Como se a poesia fosse, no canto, uma música que procurasse um palco maior para se espalhar. Repare-se que é o “cantar, jovem e puro” que “busca o oceano”, e os pinhais são apenas um “marulho obscuro”, augúrio “presente desse mar futuro”. Tudo se baseia agora na poesia do Rei que canta, inocente e puro, como se necessariamente inocente e pura tivesse de se formar a missão dos Descobrimentos.

Podia, é certo, mais tarde corromper-se. Falta ainda na história dos Descobrimentos a descrição total dessa corrupção, desse holocausto sem dimensão chamado escravagismo. Mas de início, ela era nobre e inocente, era a voz de um povo preso à “terra”, mas “ansiando pelo mar”.

⁴⁵ Ver o poema “Conde D. Henrique” em “Os Castelos”

⁴⁶ Roxana Eminescu indica aqui – na palavra “rumor” – indícios do que a autora chama uma “*esfera semântica do ouvido*”, presente ao longo da *Mensagem*. Defende a insigne pessoa a presença de fortes sensações auditivas e visuais (“*esfera semântica da vista*”) em vários poemas, sendo as primeiras de significado positivo e as segundas negativo (in *Op. cit.*).

⁴⁷ Ver as semelhanças com o poema “As Ilhas Afortunadas” em “Os Símbolos”.

D. João O Primeiro

SÉTIMO (I)

D. JOÃO O PRIMEIRO

O homem e a hora são um só
Quando Deus faz e a história é feita.
O mais é carne, cujo pó
A terra espreita.

Mestre, sem o saber, do Templo
Que Portugal foi feito ser,
Que houveste a glória e deste o exemplo
De o defender.

Teu nome, eleito em sua fama,
É, na ara da nossa alma interna,
A que repele, eterna chama,
A sombra eterna.

12-2-1934

Lusíadas: C. IV, E. 1-50 (especialmente E. 4)

Análise estilística do poema

Métrica

3 Quartetos. Os primeiros três versos de cada estrofe têm 8 sílabas e o último 4.

Esquema rímico

Rima cruzada.

Número de versos

12

Observações

Uso de discurso silogístico dedutivo (1.^a estrofe é a premissa maior, a 2.^a a premissa menor e a 3.^a é a conclusão); uso do verbo fazer na voz activa e passiva; uso de metáforas (por ex. “Mestre (...) do Templo” e “ara da nossa alma”); uso de perífrase (sobretudo na 3.^a estrofe).

Aclamado Rei de Portugal em 1385, D. João era «Mestre de Avis». Em 1383, com 28 anos, D. João tinha morto o Conde Andeiro, pondo fim a uma conspiração na corte que pretendia entregar o trono português a Espanha. Mais foi reforçado esse desejo de independência, quando em 14 de Agosto de 1385, as tropas comandadas pelo seu Condestável Nuno Álvares Pereira derrotaram os Espanhóis. Valeu a D. João, pela coragem e determinação o cognome de *O de Boa Memória*.

Divide Fernando Pessoa o número Sétimo em duas partes (I e II).

Esta divisão deve-se ao facto de a parte II do Sétimo ser dedicada à esposa de D. João I, D. Filipa de Lencastre e Pessoa ter achado por bem, incluir ambos num mesmo número, mas em duas partes distintas. Isto porque de ambos surge a que foi denominada de *Ínclita geração*.

Análise linha a linha da primeira estrofe:

O homem e a hora são um só
O homem acha o seu Destino.
Quando Deus faz e a história é feita.
Quando faz grandes acções e constrói – por intermédio divino – a história.

O mais é carne, cujo pó
O resto da vida é só carne, pó.
A terra espreita.
Pó é do que a terra é feita, e é indistinto dela, não tem significado, nobreza especial.

Análise contextual da primeira estrofe:

D. João I aparece num momento decisivo da história de Portugal, em que a independência estava em grande perigo. As suas acções, nomeadamente no controlo da revolta que nascera entre os nobres de Portugal, serviram para que Portugal mantivesse a sua independência de Espanha.

“O homem e a hora são um só”, quer dizer que em dado momento, certos homens acham o seu destino, a sua razão de ser na história. Isto embora esses homens operem as suas acções controlados por quem faz o seu Destino (“Deus faz e a história é feita”). O resto “é carne”, “pó” que a “terra espreita”, ou seja, tudo o resto não é feito da mesma vida, não tem o mesmo significado.

Análise linha a linha da segunda estrofe:

Mestre, sem o saber, do Templo
Mestre inconsciente de Portugal.
Que Portugal foi feito ser,
De um Portugal maior, símbolo maior de outro Destino.
Que houveste a glória e deste o exemplo
Deu D. João I grande exemplo de coragem e patriotismo.
De o defender.
Quando decidiu agir para defender Portugal.

Análise contextual da segunda estrofe:

Fernando Pessoa joga com as palavras «Mestre de Avis» e «Mestre do Templo». D. João I era Mestre (líder, dirigente) da Ordem de Avis, e a Ordem de Avis era uma ordem religiosa militar de cavaleiros portugueses. Quando Pessoa fala em “mestre (...) do Templo”, pretende evocar que D. João I, sendo Mestre da Ordem de Avis, era também, mas “sem o saber”, Mestre da Ordem do Templo – Os Templários⁴⁸. Claro que esta é uma referência hermética deliberada, porque Portugal esteve sempre muito ligado aos Templários e os Templários foram grandes divulgadores do pensamento hermético cristão nos territórios onde se estabeleciam.

Numa nota biográfica datada de 1935 Pessoa diz-se iniciado “por comunicação directa de Mestre a Discípulo, nos três graus menores da (aparentemente extinta) Ordem Templária de Portugal”⁴⁹. Julga-se que Pessoa se refere a Portugal feito Ordem, ou seja, não numa ordem secreta em específico, mas em Portugal como um todo, representando em símbolo a extinta ordem Templária – por isso ele diz: “do Templo / Que Portugal foi feito ser”⁵⁰.

⁴⁸ Visão oposta tem Clécio Quesado que diz: “ele é o produto da hora, do acaso, uma vez que, não estando na linha de sucessão, sua entronização resulta da crise decorrente da morte do rei” (Op. cit., 2.2.7.1.).

⁴⁹ Cf. Fernando Pessoa, *Escritos Íntimos, Cartas...*, pág. 253. Pode ler-se essa nota [aqui](#).

⁵⁰ Pessoa não foi – ao que se sabe – membro activo de nenhuma ordem secreta. Conheceu os meandros da alta magia indirectamente, nomeadamente através de Aleister Crowley. Este último pertencia a uma ordem de inspiração Rosacruziana chamada “Golden Dawn”, que Pessoa analisa profundamente, usando as divisões internas daquela nas suas próprias teorias ocultas. Pessoa privilegia sempre “a busca individual”, limitando-se a floreá-la com laivos de realidade, não a desligando por isso da pesquisa mítica de outras gerações. (v. Yvette Centeno, *Fernando Pessoa e a Filosofia Hermética...*, pág. 23 e Marco Pasi, «The Influence of Aleister Crowley on Fernando Pessoa’s Esoteric Writings» in *Gnostics 3: Ésotérisme, Gnosés & Imaginaire Symbolique*, Peeters, 2001, págs. 693-711). A “Ordem Templária de Portugal” é uma tal teoria, que Pessoa constrói aliando o seu conhecimento teórico da “Golden Dawn” com o seu conhecimento prático da história de Portugal e da Europa (Cf. «A Ordem do Templo, a Ordem de Cristo e a Terceira Ordem de Portugal» in Yvette Centeno, *Fernando Pessoa: os Trezentos e Outros Ensaios*, Presença, 1988, págs. 111-117). Para reforçar esta visão temos também o artigo «[Associações Secretas](#)» que Pessoa publicou no *Diário de Lisboa*, nº 4388 de 4-2-1935 e no qual diz que caiu “há muito em dormência a Ordem Templária de Portugal”, acabando por declarar cabalmente: “não sou maçom, nem pertence a qualquer outra Ordem semelhante ou diferente”. Em outro fragmento do espólio intitulado «Simbolismo e Iniciação» o poeta diz: “Quem tenha em si o poder de sentir pronta e instintivamente os símbolos não precisa de iniciação ritual. Por isso Eliphas Levy não pertenceu, nem tinha de pertencer, a ordem alguma” (Fernando Pessoa, *Á Procura da Verdade...*, pág. 175-6).

D. João I é, para Pessoa, digno “Mestre” desse “Templo”. Entende-se bem o porquê, tendo em consideração os actos de coragem que o «Mestre de Avis» teve em defesa da independência do país, protegendo assim o seu futuro, dando assim “o exemplo de o defender”.

Análise linha a linha da terceira estrofe:

Teu nome, eleito em sua fama,
O nome de D. João I, que ganhou fama pelo seus feitos.
É, na ara da nossa alma interna,
É no altar da alma nacional.
A que repele, eterna chama,
Exemplo eterno (que arde em eterna chama)
A sombra eterna.
Que repele as ameaças.

Análise contextual da terceira estrofe:

Esta estrofe diz-nos que a memória de D. João I, é um precioso aliado no combate às sombras que sempre vão assolar Destino do nosso país. O “nome” de D. João I, “eleito em sua fama”, foi colocado em destaque como protector. Ele ficou conhecido de facto como *O de Boa Memória*.

É no lugar mais precioso do altar – “na ara” – que esse nome arde na “nossa alma interna” em “eterna chama”, como memória, mas memória viva (porque o mito é isso mesmo, a memória que vive), para repelir as trevas que ameaçam (“a sombra eterna”).

A expressão “alma interna” não deixa de ser curiosa. Nós temos duas almas? Talvez. Se considerarmos que ao lado da alma que cada individuo possui existe ainda uma “alma externa”, que será a identidade nacional.

D. Filipa de Lencastre

SETIMO (II)

D. FILIPA DE LENCASTRE

Que enigma havia em teu seio
Que só génios concebia?
Que arcanjo teus sonhos veio
Velar, maternos, um dia?

Volve a nós teu rosto sério,
Princesa do Santo Graal,
Humano ventre do Império,
Madrinha de Portugal!

26-9-1928

Lusíadas: C. IV, E. 50

Análise estilística do poema

Métrica

2 Quartetos. Versos de redondilha maior (7 sílabas).

Esquema rímico

Rima cruzada.

Número de versos

8

Observações

Construção apostrofica (pergunta retórica na 1.^a estrofe seguida de uma interpelação na 2.^a estrofe); Uso de discurso em forma de prece/súplica; discurso epigramático e elíptico com uso de hipérbato (versos 3 e 4 da 1.^a estrofe); uso de metáforas.

D. Filipa de Lencastre, foi uma princesa inglesa da casa dos *Plantagenetas*, filha de João de Gant, Duque de Lencastre, pela sua mulher Branca de Lencastre. Casou com D. João I em 1387 no Porto, no âmbito de uma aliança com Inglaterra e contra a França e Castela. D. Filipa teve com D. João I, oito filhos, seis dos quais atingem a maioridade, e todos sem exceção deixaram a sua marca na história, razão porque ficaram conhecidos como a *Ínclita geração*. Talvez o membro mais brilhante dessa *Ínclita geração* tenha sido o Infante D. Henrique, propulsor das investigações e investimentos que levaram aos Descobrimentos Portugueses.

Análise linha a linha da primeira estrofe:

Que enigma havia em teu seio
Que mistério há em D. Filipa de Lencastre para gerar uma prole assim.
Que só génios concebia?
Só de predestinados cheia.
Que arcanjo teus sonhos veio
Que arcanjo anunciou a sua vinda
Velar, maternos, um dia?
Em sonhos anunciar tais nascimentos.

Análise contextual da primeira estrofe:

Fernando Pessoa mostra a sua admiração pela *Ínclita geração*. Questiona “que enigma”, que mistério havia em D. Filipa para ser ela a mãe de tais filhos, “que só génios concebia”. Pois é verdade

que todos eles fizeram grande obra: Duarte, foi Rei de Portugal; Pedro, Duque de Coimbra e considerado o príncipe mais culto do seu tempo na Europa; Henrique, Duque de Viseu foi o impulsionador dos Descobrimentos; Isabel de Portugal (1397-1471), casada com Filipe III, Duque da Borgonha, actuava muitas vezes em nome do seu marido e era dada como a verdadeira governante da Borgonha; João, Infante de Portugal foi condestável e avô do Rei D. Manuel I; Fernando, o Infante Santo morreu cativo em Fez, depois de recusar entregar Ceuta em troca da sua própria liberdade.

São tantos predestinados que Pessoa ironiza questionando “que arcanjo teus sonhos veio / Velar, maternos, um dia?”. Este é uma referência directa ao arcanjo Gabriel que – diz Lucas no seu Evangelho – veio anunciar o nascimento de Jesus Cristo à virgem Maria (Lc 1, 26-38)

Análise linha a linha da segunda estrofe:

Volve a nós teu rosto sério,
Inspira-nos com os teus feitos.
Princesa do Santo Graal,
Princesa do cálice sagrado que conteve o sangue de Cristo.
Humano ventre do Império,
Origem humana de onde nasceu o Império.
Madrinha de Portugal!
Protectora de Portugal.

Análise contextual da segunda estrofe:

Pessoa invoca o “rosto” materno de D. Filipa, o rosto da mãe que cuida – séria – dos seus filhos, com o olhar atento e preocupado. A invocação desta figura materna é de suma importância, visto que está em causa o futuro dos seus filhos – os Portugueses. Novamente podem encontrar-se aqui, para quem as queira achar, influências dos próprios traumas de Pessoa com a sua mãe. Considerava-a ele “séria”, porque o tinha deixado de tratar como filho único?⁵¹

“Princesa do Santo Graal”, pode ter diversas interpretações. D. Filipa de Lencastre era princesa inglesa da casa dos *Plantagenetas* (a origem do nome vem da giesta - *plant gênet* em francês – que figurava na cota de armas da família). Quem pertenceu também a esta família foi Ricardo I, coração de leão, herói da Terceira Cruzada, onde enfrentou o grande Rei Saladino.

Por outro lado há quem dê ao Santo Graal um sentido simbólico absoluto – o de representar o sangue de Cristo. E se assim for, “princesa do Santo Graal” teria o significado de ser ela a origem de uma linhagem com o sangue nobre, o sangue de Cristo, origem divina e providencial do Império ainda por nascer⁵².

Seja como for, é certo que ela foi o “humano ventre do Império”, nomeadamente gerando o Infante D. Henrique, e podendo assim ser considerada – pelo sangue – protectora, “madrinha” do futuro de Portugal.

⁵¹ Embora a sua dor se tenha tornado fria, “símbolo infecundo” do sofrer, Pessoa nunca se conseguiu libertar dela. Sinal mais evidente é, quanto a nós, o seu poema ortónimo “O Menino da Sua Mãe”. Aí perpassa essa dor crua e Fernando Pessoa, por uma vez, aborda o tema em nome próprio. [Pode ler-se aqui uma análise desse poema.](#)

⁵² Alexandre Severino, analisando a influência de Thomas Carlyle na *Mensagem*, avança a opinião que D. Filipa “é o elo que une a espiritualidade dos dois países – o mito do Santo Graal ao mito do Quinto Império, Inglaterra e Portugal, o último sucessor do primeiro”. (in Alexandre Severino, *Fernando Pessoa na África do Sul...*, pág. 260). Clécio Quesado opta por interpretar a expressão “princesa do Santo Graal” como referente à “mãe primeira de uma dinastia de fundadores do Ultramar, onde Portugal teria demandado o novo Graal: o Império conquistado na era dos descobrimentos”, acrescentando ainda que “É, de fato, ainda, pela condição de dedicada mãe, de protetora dos desamparados e de devota piedosa de D. Filipa que Fernando Pessoa concebe o primeiro destes epítetos. Com efeito, é possível depreender-se o desdobramento da simbologia do graal no mito cristão em três planos que, entretanto, são entre si complementares. Ele teria sido utilizado por Cristo na Santa Ceia, nele se teria recolhido o sangue do Cristo agonizante e, ainda, na liturgia católica, ele é lembrado no cálice da consagração. Em todos esses planos está presente a noção de bondade, de altruísmo de que também se revestem a história e a lenda em torno de D. Filipa. Por outro lado, ainda, pode ser observada nessa alusão pessoana a referência à condição de novos cruzados que alguns dos membros da chamada Íncita Geração assumiram” (in Op. cit., 2.2.7.2.).

As Quinas

D. Duarte, Rei de Portugal

III

AS QUINAS

PRIMEIRA

D. DUARTE, REI DE PORTUGAL

Meu dever fez-me, como Deus ao mundo.
A regra de ser Rei almou meu ser,
Em dia e letra escrupuloso e fundo.

Firme em minha tristeza, tal vivi.
Cumprir contra o Destino o meu dever.
Inutilmente? Não, porque o cumprir.

26-9-1928

Lusíadas: C. IV, E. 51-53.

Análise estilística do poema

Métrica

2 Tercetos. Versos decassilábicos.

Esquema rímico

Rima em esquema aba cbc.

Número de versos

6

Observações

Discurso em que abundam formas orativas com uso de zeugma verbal no 1.º e último verso; discurso na 1.ª pessoa; uso exagerado de adjetivos possessivos (por ex. “meu dever”); uso de comparações; uso de símiles (por ex. “como Deus”); grande economia verbal.

Dentro do “Brasão” e depois dos “Campos” e dos “Castelos”, Fernando Pessoa segue o seu esquema simbólico-heráldico apresentando-nos “As Quinas”.

São cinco as “Quinas”, como são cinco as chagas de Cristo (duas nas mãos, duas nos pés e uma no dorso). É importante serem cinco, porque agora Pessoa fala-nos de mártires e cinco tinham de ser, por ser esta uma obra impregnada de simbolismo oculto de origem cristã. Os mártires sofrem e quem mais sofreu foi Jesus Cristo, ele é o símbolo máximo do sofrimento, no seu martírio na cruz, e as chagas a representação vívida e horrenda da sua dor e determinação.

Estes mártires como que dizem que foi incorporado no selo nacional o próprio sofrimento de Cristo em gente sua, seus governantes

Porque começa a lista de mártires com D. Duarte? Não é claro o porquê da importância dada como mártir por Pessoa a D. Duarte. Certo é que ele teve um reino muito curto, de cinco anos apenas, ascendendo ao trono em 1433 e morrendo em 1438. O seu reinado foi tortuoso, marcado pelo desastre da campanha militar a Tânger (1437), pelo martírio do seu irmão Afonso em Fez e pela peste negra que então devassou todo o reino de Portugal.

Penso que Pessoa viu em Duarte a figura sensível que ele provavelmente era, mal talhado para a acção política, essencialmente um homem educado, um amante da cultura e das letras que foi forçado a governar pelo Destino e que passou o seu reinado amargurado com as suas opções, o martírio do irmão e a desgraça da peste.

Análise linha a linha da primeira estrofe:

Meu dever fez-me, como Deus ao mundo.
D. Duarte foi criado rei, como o Mundo.
A regra de ser Rei almou⁵³ meu ser,
Ser rei preencheu o vazio que ele sentia.
Em dia e letra escrupuloso e fundo.
E dedicou-se por inteiro só à governação e à escrita, de uma forma inteira, empenhada e profunda.

Análise contextual da primeira estrofe:

Se considerarmos o conjunto de infelizes circunstâncias que rodeou o reinado de D. Duarte, não nos admiramos com a maneira triste e soturna usada por Pessoa para o descrever⁵⁴. A verdade é que D. Duarte foi feito rei, provavelmente contra os seus intentos e vocação. “Meu dever fez-me”, ou seja, o dever deu sentido à vida dele, depois das desgraças que o assolaram. A inevitabilidade é tal, que Pessoa compara o dever do rei, com a criação do mundo. “Ser rei” encheu (“almou”) o seu “ser” depois dessas desgraças, encheu os seus dias tristes que de outra maneira seriam gastos nessas memórias.

No entanto mesmo na tristeza, Pessoa indica que o rei foi “em dia e letra escrupuloso e fundo”. Ou seja, era alguém de grande seriedade, mesmo que sentisse profundamente que não era essa a sua verdadeira vocação. “Em dia” foi “escrupuloso” e em “letra (...) fundo”, ou seja, os seus dias (vida) foram gastos com grande seriedade e a sua escrita (“letra”) demonstrou a profundidade do seu intelecto e carácter⁵⁵.

Análise linha a linha da segunda estrofe:

Firme em minha tristeza, tal vivi.
Um rei triste com o seu reinado, assim ele viveu.
Cumprido contra o Destino o meu dever.
Cumprindo contra todas as adversidades o seu dever.
Inutilmente? Não, porque o cumpri.
Não inutilmente, porque ao menos ele cumpriu o seu dever.

Análise contextual da segunda estrofe:

Confirma-se na segunda estrofe a má fortuna de D. Duarte, de curto reinado, ainda assim cheio de dificuldades, para uma alma sensível, dado à filosofia e à escrita. Ele viveu, mesmo assim, “firme” na sua “tristeza”. Cumpriu o seu “dever” de rei, governando e por isso o seu Destino não foi em vão.

Deve notar-se que Fernando Pessoa acentua, logo no primeiro mártir, a vivência do sofrimento, resignando-se. D. Duarte podia simbolizar a própria vida de Pessoa. Ele, como D. Duarte, resignou-se a vivê-la, mesmo sofrendo, porque sentia ter nela um dever superior ao sofrimento: a sua missão.

Porque cumpriam ambos o seu dever “contra o Destino”? Porque ambos estavam destinados a outra vida, a outra coisa, mas uma missão superior chamou-os, contra o seu destino. Aqui parece que o Destino é algo diferente de Deus-ele-mesmo. É certo que Pessoa, em algumas passagens, já

⁵³ No todo da *Mensagem*, obra tradicional e intemporal, aparece agora o único neologismo: «almar».

⁵⁴ Como bem indica Clécio Quesado, este poema é permeado por “passividade” e “negatividade”, reafirmando, de certa maneira, o modo como o rei tinha sido já visto por Camões (C. IV, E. 51) (*Op. cit.*, 2.3.1.).

⁵⁵ Seguimos aqui a intuição de António Cirurgião (*Op. cit.*, pág. 98). A expressão “letra” será uma referência ao livro de D. Duarte intitulado *Leal Conselheiro*, que é considerado por alguns estudiosos o primeiro ensaio filosófico escrito em língua portuguesa.

referira este ponto de vista, sobretudo em Ricardo Reis – o ponto de vista de que nem mesmo os Deuses controlam o Destino⁵⁶.

D. Fernando, Infante de Portugal

⁵⁶ “*Os deuses, sobre quem / O eterno fado pesa*” (in Fernando Pessoa, *Odes de Ricardo Reis*, Publicações Europa-América, pág. 107).

SEGUNDA

D. FERNANDO, INFANTE DE PORTUGAL

Deu-me Deus o seu gládio, por que faça
A sua santa guerra.
Sagrou-me seu em honra e em desgraça,
Às horas em que um frio vento passa
Por sobre a fria terra.

Pôs-me as mãos sobre os ombros e doirou-me
A fronte com o olhar;
E esta febre de Além, que me consome,
E este querer grandeza são seu nome
Dentro em mim a vibrar.

E eu vou, e a luz do gládio erguido dá
Em minha face calma.
Cheio de Deus, não temo o que virá,
Pois, venha o que vier, nunca será
Maior do que a minha alma.

21-7-1913

Lusíadas: C. IV, E. 52-53

Análise estilística do poema

Métrica

3 Quintilhas. O primeiro, terceiro e quarto versos são decassilábicos. O segundo e o quinto são hexassilábicos. Isto denota o chamado ritmo heróico.

Esquema rímico

Rima interpolada e emparelhada em esquema abaab.

Número de versos

15

Observações

Uso de metáforas (por ex. “santa guerra”); uso de políptoto (versos 4 e 5 da 1.^a estrofe); uso de encavalamentos (2 em cada estrofe, sempre do 1.^o para o 2.^o e do 4.^o para o 5.^o versos); uso de anáfora (por ex. “esta febre”); uso de polissíndetos (2.^a e 3.^a estrofes); primazia do sujeito sobre o predicado (por ex. 2 primeiros versos das 2 primeiras estrofes); uso da luz como elemento onnipresente e simbólico; transposição de sentimentos pessoais do poeta para o eu poético (v. nota 53).

Com 25 anos de idade, Fernando Pessoa escreve um dos primeiros poemas de *Mensagem*. É portanto um poema de juventude, embora ele tivesse já começado a sua carreira literária – embora apenas como crítico – com o artigo “A Nova Poesia Portuguesa Sociologicamente Considerada”, publicado na revista «A Águia», em Abril de 1912.

D. Fernando, o «Infante Santo», foi outro dos membros da *Íncrita geração*, que cedo se encontrou malogrado, com méritos bastantes para constar na lista de mártires que Pessoa elabora. O maior sofrimento foi-lhe causado depois de ser capturado na campanha militar de Tânger, ficando prisioneiro seis anos dos Muçulmanos, que o torturaram pela sede e fome, e depois de morto o embalsamaram e puseram em exposição, pendurado pelos pés, nas muralhas, para que todos vissem. Durante a sua vida em cativeiro, escreveu ao seu irmão aconselhando-o a não entregar Ceuta, porque valia mais do que o seu resgate.

Análise linha a linha da primeira estrofe:

Deu-me Deus o seu gládio, por que faça
Deu Deus a sua espada a D. Afonso para que ele o ajude.
A sua santa guerra.
Na sua santa missão.
Sagrou-me seu em honra e em desgraça,
Pelas suas acções, foi ele consagrado a Deus, como mártir.
Às horas em que um frio vento passa
Consagrado não às horas felizes, mas às infelizes.
Por sobre a fria terra.
Às horas mais horríveis que se vivem na terra.

Análise contextual da primeira estrofe:

Na primeira estrofe, Fernando Pessoa começa a descrever-nos o martírio de D. Fernando. Mas fala primeiro do “antes-martírio”, da vida antes da desgraça de Tânger e do cativeiro de Fez.

De novo achamos uma referência à *espada de Deus* – “o seu gládio”. Desta vez, a espada é confiada a D. Fernando, para que aja em nome de Deus, na sua justiça e na sua mudança. Foi D. Fernando a fazer “a sua santa guerra”, ou seja, a “guerra sem guerrear”, a guerra da mudança e da nobreza. Para essa missão, D. Fernando foi consagrado “seu”, o seu Destino foi dado a Deus, para que ele provesse de o preencher.

Geralmente quando um recém-nascido é consagrado, por exemplo a um santo, é para que esse santo o proteja ao longo da sua vida. Mas aqui, Pessoa fala-nos de um paradoxo, de alguém consagrado a Deus, o santo dos santos, que no entanto não protege, mas traz sofrimento⁵⁷. Mas é um sofrimento, à sua maneira superior e Destino maior: sagrado “em honra e em desgraça”⁵⁸. Sagrou-o a Deus e às “horas em que um frio vento passa”, as horas mais frias – horas de sofrimento, “sobre a terra fria” – a terra sem piedade.

Análise linha a linha da segunda estrofe:

Pôs-me as mãos sobre os ombros e doirou-me
Fez olhá-lo de frente, com firmeza
A fronte com o olhar;
E fez brilhar nos seus olhos o seu Destino.
E esta febre de Além, que me consome,
E a febre deste Destino, de ser ungido de Deus.
E este querer grandeza são seu nome
Esta missão nobre e grande.
Dentro em mim a vibrar.
Fazem-no esquecer as dificuldades do cativeiro.

Análise contextual da segunda estrofe:

Na tradição medieval, o jovem aspirante era armado cavaleiro com um toque de espada no seu ombro. Pessoa faz-nos imaginar D. Fernando armado cavaleiro por Deus, mas com as mãos imateriais daquele sobre os seus ombros e o seu olhar nos seus olhos – “Pôs-me as mãos sobre os ombros e doirou-me / A fronte com o olhar”⁵⁹.

⁵⁷ Também Pessoa foi, à sua maneira, consagrado a um santo. O dia 13 de Junho, dia do seu nascimento, é dia tradicionalmente consagrado a Santo António na cidade de Lisboa, além disso, os Pessoas reclamavam uma ligação genealógica a Fernando de Bulhões, que viria a ser companheiro de São Francisco de Assis com o nome de Frei António. Estará Pessoa a recordar a sua própria consagração? Sabemos que este poema “D. Fernando, Infante de Portugal” foi “reciclado” de uma versão original, intitulada “Gládio” e intencionada para publicação no n.º 3 de *Orpheu*, que nunca saiu. No poema “Gládio”, Pessoa falava claramente na primeira pessoa (Cf. Clécio Quesado, *Op. cit.*, 2.3.2.).

⁵⁸ Clécio Quesado aponta aqui um tema recorrente neste poema: “a duplicidade” (*Op. cit.*, 2.3.2.).

⁵⁹ António Cirurgião sugere que Pessoa descreve em três passos, as três pessoas da Santa Trindade, à medida que cada uma investe D. Fernando: “o Pai Criador fê-lo cavaleiro, dando-lhe a espada; o Filho Redentor fê-lo colaborador na sua obra de salvação, sagrando-o «seu em honra e em desgraça»; e o Espírito Santo Santificador conferiu-lhe a graça (...) pondo-lhe «as

Não é de estranhar então que D. Fernando, mesmo prisioneiro, sofra silencioso, porque uma “febre de Além” o consome e o alimenta. Ele sabe sofrer por um “querer grandeza” que o ultrapassa, “dentro” dele “a vibrar”, a motivá-lo a ultrapassar a dor⁶⁰.

Análise linha a linha da terceira estrofe:

E eu vou, e a luz do gládio erguido dá
E ele persiste, sofre sempre, e a luz da espada erguida (a sua missão).
Em minha face calma.
Atinge-o sempre na sua face calma e resignada.
Cheio de Deus, não temo o que virá,
Cheio de certeza divina, não sente medo do futuro.
Pois venha o que vier, nunca será
Pois por maior sofrimento que ele passe.
Maior do que a minha alma.
Nunca será maior o sofrimento do que a sua alma, o seu Destino.

Análise contextual da terceira estrofe:

Como que construindo nas duas estrofes anteriores uma proposição e um desenvolvimento, Pessoa dá-nos agora uma conclusão condizente. Vemos um D. Fernando não só resignado ao seu futuro, mas ciente dele, ciente da sua suprema importância.

Já como «Infante Santo», ele caminha, enquanto “a luz do gládio” que lhe deu Deus, agora ilumina a sua “face calma”. “Face calma”, porque ele é todo determinação, consciência de que é um escolhido. Ele está “cheio de Deus”, e por isso sem medo da tortura Muçulmana. “Venha o que vier”, ele diz-nos que o sofrimento nunca superará “a minha alma”.

*mãos sobre os ombros», e doirando-lhe «a fronte com o olhar»” (in Op. cit., págs. 103-4). Embora não recusemos liminarmente esta leitura, ela parece-nos contraditória com o que diz o próprio Pessoa: “A Ordem de Cristo não tem graus, templo, rito (...) Não se entra para a Ordem de Cristo por nenhuma iniciação (...) Na Ordem de Cristo não há juramento nem obrigação” (in Fernando Pessoa, *À Procura...*, págs. 228-9).*

⁶⁰ Esta visão, como indica Clécio Quesado, ultrapassa em pormenor a de Camões, que apenas elogia o mártir, recorrendo a comparações com heróis da Antiguidade (C. IV, E. 53) (*Op. cit.*, 2.3.2.).

D. Pedro, Regente de Portugal

TERCEIRA

D. PEDRO, REGENTE DE PORTUGAL

Claro em pensar, e claro no sentir,
E claro no querer;
Indiferente ao que há em conseguir
Que seja só obter;
Dúplice dono, sem me dividir,
De dever e de ser –

Não me podia a Sorte dar guarida
Por não ser eu dos seus.
Assim vivi, assim morri, a vida,
Calmo sob mudos céus,
Fiel à palavra dada e à ideia tida.
Tudo o mais é com Deus!

15-2-1934

Lusíadas: C. VIII, E. 37⁶¹

Análise estilística do poema

Métrica

2 Sextilhas. Versos decassilábicos e hexassilábicos, alternadamente, em ritmo heróico.

Esquema rímico

Rima cruzada em esquema ababab.

Número de versos

6

Observações

Predominância do verbo sobre o substantivo (da acção sobre a especulação); uso de redundâncias e anafóricos (por ex. três vezes a palavra “claro”); discurso na 3.^a e 1.^a pessoa.

A terceira “Quina” (chaga) é D. Pedro, Regente de Portugal. Trata-se de mais um membro da “Íncrita geração”, depois de D. Duarte e D. Fernando. Entre 1439 e 1448 foi regente de Portugal.

D. Pedro é, novamente, uma figura que ama a cultura, como D. Dinis e D. Duarte. Parece insistir Pessoa em figuras que, mesmo na escura idade média, queriam trazer mudança pelas letras e pela erudição. Talvez ele se equipare em exemplo, por pensar – como muitas vezes escreveu – que o governo devia ser esclarecido, talvez mesmo exercido por poetas⁶². Ao mesmo tempo, o futuro destas figuras, é o futuro de um mártir, talvez como o próprio futuro de Pessoa.

Depois de um período de regência, D. Pedro é atingido por intrigas e invejas tecidas em seu redor, até que D. Afonso V, que ele assistira, o trai vilmente, ao ponto de o mandar prender ou desterrar –

⁶¹ Diz Camões: “Olha cá dois infantes, Pedro e Henrique, / Progénie generosa de Joane: / Aquele faz que fama ilustre fique / Dele em Germânia, com que a morte engane”, referindo-se à viagem de D. Pedro pelas cortes europeias durante um período de dez anos que lhe valeu o epíteto de “infante das sete partidas”. [Valemo-nos da edição dos *Lusíadas* dirigida pelo Dr. José Maria Rodrigues (INCM, 1971)].

⁶² A visão de Pessoa foi mudando ao longo dos anos, desde acreditar em 1912 num líder poeta, a em 1917 defender a abolição da Democracia, acabando por se interessar mais pela visão providencialista da história – o mito do Quinto Império – do que propriamente pelas qualidades necessárias para um líder iluminado. (Cf. esta evolução em Alexandre Severino, *Fernando Pessoa na África do Sul*, págs. 261-4).

dá-lhe a triste escolha – mas D. Pedro recusa e na batalha de Alfarrobeira, contra o jovem rei, morre, dizem alguns – assassinado à traição.

Análise linha a linha da primeira estrofe:

Claro em pensar, e claro no sentir,
D. Pedro pensava claramente e era claro no sentir.
É claro no querer;
Também (e por consequência) sabia bem o que queria.
Indiferente ao que há em conseguir
Sem pensar só em si mesmo.
Que seja só obter;
Sem pensar só naquilo que pode obter para si.
Dúplice dono, sem me dividir,
Tinham em si mesmo, as duas dimensões.
De dever e de ser -
De quem cumpre o seu dever e é sempre assim, sem hesitar.

Análise contextual da primeira estrofe:

Fernando Pessoa descreve-nos D. Pedro. Era uma pessoa de imensa cultura (“claro em pensar”) e de grande honestidade (“claro no sentir”). Também era uma pessoa decidida (“claro no querer”). De facto, durante a regência, D. Pedro ordena coisas de grande importância, entre as quais: o povoamento das ilhas dos Açores, o monopólio de exploração marítima a D. Henrique para além do cabo Bojador e a promulgação das Ordenações Afonsinas. Certo também é que, por sua vontade, se iniciou a grande safra de escravos negros ao longo da costa africana, algo a não ignorar, numa futura história de Portugal.

Era também alguém de mente esclarecida, com o bem público em mente. “Indiferente ao que há em conseguir / Que seja só obter”, ou seja, alguém que vê para além dos ganhos imediatos, que planeia o futuro e não quer apenas enriquecer. Por isso, “dúplice dono” de “dever e de ser”. Alguém íntegro na sua vida e nos seus actos – que tem a teoria e a prática do que é justo e bom.

Análise linha a linha da segunda estrofe:

Não me podia a Sorte dar guarida
Não podia D. Pedro ter sorte.
Por não ser eu dos seus.
Porque não era um daqueles protegidos pela sorte.
Assim vivi, assim morri, a vida,
Viveu resignado a sua vida assim.
Calmo sob mudos céus,
Certo do que fazia, sem ser como aqueles que contra ele conspiravam.
Fiel à palavra dada e à ideia tida.
Homem de honra e convicções firmes.
Tudo o mais é com Deus!
As coisas más que lhe aconteceram, foi por vontade de Deus.

Análise contextual da segunda estrofe:

A sorte protege os audazes, costuma-se dizer, mas não protegeu D. Pedro, “não” lhe deu “a Sorte (...) guarida”. Não que ele não fosse audaz, que o era, mas porque ele não era um homem de procurar apenas a sorte. Não era um “dos seus”, um dos homens que procuram sempre a sorte e por isso tantas vezes são protegidos por ela.

D. Pedro viveu uma vida dedicado ao bem superior. Sendo homem de fina educação, sabia ver mais além da realidade. Era “calmo sob céus mudos”, porque o alimentava uma certeza enorme, uma convicção feita de rocha. Por ela sempre lutou, até ao fim dos dias, recusando até um desterro despreocupado, o que o levou, em última circunstância, à morte (“assim vivi, assim morri, a vida”).

Ele foi “fiel à palavra dada e à ideia tida” – foi sempre o mesmo e por isso a sua memória pode perdurar imaculada, como mito e como mártir (“o mais é com Deus”).

QUARTA

D. JOÃO, INFANTE DE PORTUGAL

Não fui alguém. Minha alma estava estreita
Entre tão grandes almas minhas pares,
Inutilmente eleita,
Virgemmente parada;

Porque é do português, pai de amplos mares,
Querer, poder só isto:
O inteiro mar, ou a orla vã desfeita –
O todo, ou o seu nada.

28-3-1930

Lusíadas: --

Análise estilística do poema

Métrica

2 Quartetos. Versos decassilábicos e hexassilábicos, respectivamente nos dois primeiros versos e nos dois últimos da 1.ª estrofe. A 2.ª estrofe alterna entre versos decassilábicos e hexassilábicos.

Esquema rímico

Rima extrapolada entre as 2 estrofes no esquema abac bdac, com um verso branco (que não rima com nenhum outro).

Número de versos

8

Observações

Assimetria rítmica e rímica; discurso retórico (tese na 1.ª estrofe e desenvolvimento na 2.ª); uso de metáforas (por ex. “pai”); uso de prolepse (“pai de amplos mares”); uso de antíteses e formas negativas; uso de quiasmos (por ex. os dois últimos versos da 1.ª estrofe e “inteiro mar”).

O quarto mártir é mais um elemento da “Ínclita geração”. Devemos por primeiro a questão do porquê em Pessoa ter escolhido de seis, quatro, elegendo-os mártires, chagas, quando simultaneamente foram de tão alto Destino.

Parece-nos que Fernando Pessoa nos quer dizer que as grandes conquistas só vêm em troca de um grande custo, de um grande sacrifício. A este fado não escapam nem mesmo os membros dessa *Ínclita geração*. Por isso mesmo Pessoa escolhe os seus exemplos, quando os nomeia, logo a seguir a falar dos seus pais – D. João I e D. Filipa de Lencastre. Os pais são “Castelos”, os filhos “Quinas”, dizendo-nos que mesmo a nobreza mais alta é também feita de sofrimento e resignação a uma missão superior. Ninguém escapa a este *fatum* nem mesmo aqueles de origem mais nobre, os mais cultos e melhor intencionados.

D. João foi Condestável (segunda figura do reino, a seguir ao rei) e avô de D. Manuel I e da rainha Isabel, «A Católica», de Castela. Foi ele a proteger a indicação de D. Pedro para regente.

Análise linha a linha da primeira estrofe:

Não fui alguém. Minha alma estava estreita
Não chegou D. João a ter uma coroa, um reino seu. O seu Destino estava traçado assim.
Entre tão grandes almas minhas pares,

Em parte por estar rodeado por tão grandes irmãos e irmãs.
Inutilmente eleita,
Assim ele se sentia inútil.
Virgemmente parada;
Virgem, sem ser testado em todo o seu talento.

Análise contextual da primeira estrofe:

D. João, embora feito Condestável, não chegou – é certo – a ser rei, nem sequer regente. “Não fui alguém”, nesta perspectiva, quer significar não ter sido ninguém de tão alto cargo ou responsabilidade, visto que ao seu lado se erguiam grandes figuras da nossa história (entre as quais D. Duarte e D. Pedro). Por isso Pessoa diz que a sua “alma estava estreita”, tinha o caminho toldado, impedido, pelos caminhos dos seus irmãos, as “tão grandes almas minhas pares”. Ficou assim a sua alma “inutilmente eleita”, “virgemmente parada”, sem que pudesse dar tudo o que poderia dar.

Análise linha a linha da segunda estrofe:

Porque é do português, pai de amplos mares,
Porque o Português, origem de tantas aventuras marítimas.
Querer, poder só isto:
Só quer.
O inteiro mar, ou a orla vã desfeita –
Ou o Tudo.
O todo, ou o seu nada.
Ou o Nada.

Análise contextual da segunda estrofe:

Porque é a alma de D. João tão triste? Pessoa explica o que ele sente. Ele sente que o Português, na alma “pai de amplos mares”, é sempre homem de extremos, não podendo ter “o Tudo”, ele prefere ter “o Nada”. O nada, que para D. João ainda foi alguma coisa, mas não “o Tudo” que ele poderia ter: ser regente ou mesmo rei.

“Pai de amplos mares” é, curiosamente, uma projecção no futuro, para depois de 1500, como bem indica A. Cirurgião⁶³, mas este facto não modifica em essência a nossa interpretação.

É também um mártir quem fica aquém do que sente poder conseguir. Será de novo um paralelo com Fernando Pessoa ele mesmo? É certamente possível essa interpretação, embora só o poeta saiba o que lhe vai no íntimo quando escreve tais linhas. Sabe-se que o poeta era um homem eminentemente insatisfeito com a vida, com altos desejos e vontades, que muitas das vezes se sentia frustrado por não conseguir concretizar o que sonhava⁶⁴.

⁶³ *Op. cit.*, pág. 113.

⁶⁴ “O Infante D. João é, pois, na Mensagem, o herói-mártir da nulidade e da inação, espiritualizado pelo sacrifício de se saber apenas potencial” – é Clécio Quesado que o diz (*Op. cit.*, 2.3.4.), adivinhando, quanto a nós, muito do que era o sentir íntimo de Pessoa, muitas das vezes abúlico (Álvaro de Campos) ou dominado por um tédio imenso que destrói nele a vontade de acção (Bernardo Soares).

D. Sebastião, Rei de Portugal

QUINTA

D. SEBASTIÃO, REI DE PORTUGAL

Louco, sim, louco, porque quis grandeza
Qual a Sorte a não dá.
Não coube em mim minha certeza;
Por isso onde o areal está
Ficou meu ser que houve, não o que há.

Minha loucura, outros que me a tomem
Com o que nela ia.
Sem a loucura que é o homem
Mais que a besta sadia,
Cadáver adiado que procria?

28-3-1933

Lusíadas: C. I, E. 6-18

Análise estilística do poema

Métrica: 2 quintilhas. Versos de 7, 8 e 10 sílabas na seguinte ordem: 10, 6, 8, 8, 10 (1.^a estrofe) e 10, 6, 8, 6, 10 (2.^a estrofe).

Esquema rímico: Rima cruzada e emparelhada.

Número de versos: 10

Observações: Discurso na 1.^a pessoa; uso de redundâncias; construção caótica do ritmo e da rítmica para enfatizar o adjetivo “louco”; uso de hipérbato (1.^o e 2.^o verso da 2.^a estrofe); simetria entre a 1.^a e 2.^a estrofes.

Fernando Pessoa deixa para última “Quina”, a mais emblemática: D. Sebastião.

Com a morte de D. Sebastião morre também a dinastia de Avis, a dinastia da “Ínclita geração”. Mas quem era este rei, feito agora mito absoluto? A maior parte dos historiadores concorda que D. Sebastião era um jovem de saúde frágil (provavelmente por efeito dos casamentos consanguíneos dos seus antepassados), determinado, mas sem grande vocação para governar. Era obcecado pela guerra e nunca convocou cortes. A 4 de Agosto de 1578, em Alcácer-Quibir, a sua obstinação foi posta à prova e ele, fraco de argumentos, sucumbiu a ela, com a tenra idade de 24 anos.

Análise linha a linha da primeira estrofe:

Louco, sim, louco, porque quis grandeza
Louco mas apenas por querer mais.
Qual a Sorte a não dá.
Por procurar para além da sorte.
Não coube em mim minha certeza;
Mas foi maior do que ele a sua vontade.
Por isso onde o areal está
Por isso sucumbiu no areal (de África).
Ficou meu ser que houve, não o que há.
Ficando lá o seu corpo, mas não a sua memória, o seu mito.

Análise contextual da primeira estrofe

Na sua obstinação de ser o líder de uma cruzada no Norte de África, D. Sebastião foi mal preparado para a batalha de Alcácer-Quibir, que provou ser desastrosa, pelas mortes que provocou e pela subsequente perda da independência de Portugal face a Espanha.

Os intentos de D. Sebastião foram apelidados de “loucura” por Filipe II de Espanha, que foi convidado pelo rei Português a se juntar à expedição. Menos de uma loucura não era certamente, atacar as forças militares dos “infiéis” de frente, com um exército mal preparado e à frente do qual estava um rei inexperiente e impulsivo⁶⁵.

Diz-nos Pessoa que ele era louco, mas “porque quis grandeza / Qual a Sorte não dá”. Ou seja, D. Sebastião foi à procura da glória, arriscando tudo. A grandeza que ele buscava, é da índole que não vem só com a sorte, mas com a predestinação e a coragem. Mas nele não “coube” a sua “certeza”, o mesmo é dizer: ele não era o bastante para conter o que acabou por ser a sua maior conquista, apesar da morte: o seu mito renascido. É o que confirma Pessoa, quando diz “onde o areal está / Ficou meu ser que houve”. “Não o que há”, porque “o que há” é o mito de D. Sebastião, já o “O Encoberto”, não mais “O Desejado”.

Análise linha a linha da segunda estrofe:

Minha loucura, outros que me a tomem
O meu desejo, a minha ambição, outros que a concretizem.
Com o que nela ia.
Em toda a sua extensão.
Sem a loucura que é o homem
Sem o desejo por algo maior, o que é o homem?
Mais que a besta sadia,
Nada mais é do que um animal com saúde.
Cadáver adiado que procria?
Alguém que tem filhos, uma prole, mas que espera apenas pela morte.

Análise contextual da segunda estrofe:

É esta uma das passagens mais célebres de *Mensagem*, pela sua beleza e crua evocação de imagens. Começa Pessoa por dizer que o Destino que D. Sebastião desejava ser o seu – o de líder de cruzada – pode ser passado a outro (“Minha loucura, outros que me a tomem”). Fala, mais do que esse Destino em específico, da loucura que é desejar algo maior. Essa loucura é infinita e pode ser de qualquer um que a deseje. Esse é o significado de “outros que me a tomem / Com o que nela ia”.

Sem esse desejo em alcançar algo maior do que o próprio homem, o que somos nós afinal, pergunta o poeta. De seguida nos responde: nada “mais que a besta sadia, / Cadáver adiado que procria”⁶⁶. O remate da estrofe, de imensa genialidade, deixa o leitor a pensar na escolha que deve fazer quando analisa a figura de D. Sebastião. Deve optar pela figura do rei louco e doente, fraco capitão de

⁶⁵ Fernando Pessoa não era indiferente à palavra “loucura”, nem a usaria de ânimo leve. Já em 1908 ele diz no seu diário íntimo: “*One of my mental complications – horrible beyond words – is a fear of insanity, which itself is insanity*” (*Escritos...*, pág. 22). Esse medo vinha da convivência com a sua avó Dionísia Seabra Pessoa, que tinha crises mentais, ficando progressivamente mais demente, até à sua morte em Setembro de 1907. Com o regresso a Durban da sua família em Maio 1907, Pessoa viveu os piores momentos da Avó Dionísia, com as duas Tias Avós maternas na Rua da Bela Vista à Lapa, n.º 17, 1.º. Recentemente “a loucura em Pessoa” tem vindo a ser estudada em pormenor pelo investigador Colombiano Jerónimo Pizarro, que recolheu os escritos de Pessoa relativos ao tema no seu livro *Escritos sobre Génio e Loucura*, pela Imprensa Nacional.

⁶⁶ Observa Clécio Quesado (*Op. cit.*, 2.3.5.) uma passagem quase igual em *Sobre Um Manifesto de Estudantes*, um pequeno opúsculo publicado por Pessoa (Álvaro de Campos) em 1923, em reacção a uma polémica entre António Botto, Raul Leal e a Liga de Acção dos Estudantes de Lisboa. É esta a passagem: “*Loucos são os heróis, loucos são os santos, loucos os gênios, sem os quais a Humanidade é uma mera espécie animal, cadáveres adiados que procriam*” (in Fernando Pessoa, *Textos de Intervenção...*, pág. 144). Semelhante expressão está presente numa ode de Ricardo Reis: “*Nada fica de nada. / Nada somos. / Um pouco ao sol e ao ar nos atrasamos / Da irrespirável treva que nos pese / Da humilde terra imposta, / cadáveres adiados que procriam*” (in Fernando Pessoa, *Odes de Ricardo Reis*, Publicações Europa-América, 4.ª edição, pág. 139).

homens ou antes pela figura do nobre Português que ousou desejar e morreu na busca dessa glória?⁶⁷

⁶⁷ António Quadros pensa ser esta estrofe uma referência directa, em modo de resposta subtil, à polémica entre António Sérgio e Carlos Malheiro Dias, ocorrida 8 anos antes, e na qual o primeiro apelidava D. Sebastião de «idiota» e «mentecapto». (Ver António Quadros, *Poesia e Filosofia do Mito Sebastianista*, 2.^a edição, Guimarães Editores, pág. 116).

A Coroa

Nun'Álvares Pereira

IV

A COROA

NUN'ÁLVARES PEREIRA

Que auréola te cerca?
É a espada que, volteando.
Faz que o ar alto perca
Seu azul negro e brando.

Mas que espada é que, erguida,
Faz esse halo no céu?
É Excalibur, a ungida,
Que o Rei Artur te deu.

Esperança consumada,
S. Portugal em ser,
Ergue a luz da tua espada
Para a estrada se ver!

8-12-1928

Lusíadas: C. I, E. 12; C. IV, E. 13-19; C. VIII, E. 28-32

Análise estilística do poema

Métrica

3 Quartetos. Todos os versos têm 7 sílabas.

Esquema rímico

Rima cruzada.

Número de versos

12

Observações

Regularidade estrófica, rítmica e rímica; uso de cacofonias e hiatos; discurso em forma de colóquio; uso de metonímia (por ex. "S. Portugal"); uso de apóstrofes e súplicas numa estrutura que se aproxima da ladainha; uso de quiasmos (por ex. a "auréola (...) é a espada").

Aos "Campos", "Castelos" e "Quinas", segue-se "A Coroa".

Fernando Pessoa neste momento, tem o cerne do "Brasão" concluído. Se ele fosse uma imagem, seria uma imagem com um fundo de "Campos", povoada sucessivamente por "Castelos", e estes por "Quinas". Encimando esta imagem vai aparecer agora uma "Coroa".

A coroa é um símbolo de poder e autoridade dos governantes, desde os tempos pré-históricos. Mas a coroa também era dada ou posta a indivíduos que não eram monarcas, em cujo caso a coroa era símbolo de grandes feitos heróicos ou conquistas de coragem⁶⁸. Por uma razão de orgulho e nobreza dá Pessoa a coroa a Nuno Álvares e não a um rei ou príncipe. Ele é destacado pela sua personalidade, pelos seus feitos e não só pela sua linhagem.

⁶⁸ Por exemplo a coroa de louros nos jogos olímpicos da Antiga Grécia.

Nuno Álvares Pereira, ou o «Santo Condestável», foi um general do século XV em Portugal, nobre cavaleiro que protegeu a eleição de D. João I e que derrotou os castelhanos na batalha de Aljubarrota. Em 1423, com 63 anos e depois da morte da sua esposa, entra no Convento do Carmo e recebe os votos religiosos. Foi feito beato em 1918 pelo Papa Bento XV⁶⁹.

Análise linha a linha da primeira estrofe:

Que auréola te cerca?
A santidade que cercava Nuno Álvares Pereira.
É a espada que, volteando.
Nasce da sua espada, dançando no ar.
Faz que o ar alto perca
A espada que perfura o céu em tal altura.
Seu azul negro e brando.
Que o negro da altitude perde cor para o azul.

Análise contextual da primeira estrofe:

A “auréola” tradicionalmente “cerca” os santos e os iluminados, e o seu tom dourado tem o significado hermético de “conhecimento”. Pessoa brinca liricamente com o significado da palavra⁷⁰. A auréola que cerca Nuno Álvares Pereira é, ao mesmo tempo, uma auréola de santidade (do guerreiro tornado monge) e uma auréola de combate (“é a espada (...) volteando”). Quer ele dizer que a santidade que ele alcançou, foi a custo também dos seus actos de guerreiro, pois é a sua espada que desenha o círculo diáfano por cima da sua cabeça, destacando-o – santo – do comum dos homens.

A imagem poética é muito bem conseguida. Vejamos como Pessoa nos faz imaginar o raio da espada que, levantada em círculo tão alto, rompe o negro do céu em altitude (“o ar alto”), deixando este de ser tão “negro e brando”.

Análise linha a linha da segunda estrofe:

Mas que espada é que, erguida,
Qual é a espada levantada.
Faz esse halo no céu?
Que faz o desenho do halo (da auréola) no céu.
É Excalibur, a ungida,
É a espada Excalibur.
Que o Rei Artur te deu.
A espada de Rei Artur.

Análise contextual da segunda estrofe:

Explicada a origem da auréola que cerca Nuno Álvares Pereira – a espada, Pessoa fala-nos sobre essa mesma espada. Diz-nos que a espada “que, erguida / Faz esse halo no céu” não é uma espada qualquer, não é a espada de um comum cavaleiro, mas “é Excalibur, a ungida”, a espada do “Rei Artur”.

No texto épico inglês, *Le Morte d'Arthur*, a espada Excalibur (palavra que significa “Corta Aço”) é a espada que legitima Artur como rei por direito da Grã-Bretanha, quando ele a retira da pedra onde estava enterrada. Note-se que Pessoa dá a coroa ao Condestável, e depois dá-lhe a Excalibur – como dizendo que ele era cavaleiro por dedicação mas rei por direito. Para a *Mensagem* também é importante que a espada tenha sido usada pelo cavaleiro cuja irmandade – os cavaleiros da Távola Redonda – protegia o Santo Graal, um objecto desde sempre ligado aos Templários e que simboliza o derradeiro conhecimento e união com Deus.

⁶⁹ A sua festa celebra-se pela Igreja portuguesa no dia seis de Novembro.

⁷⁰ Observa, e bem, António Cirurgião que o “O”, representação simbólica da auréola, é sinónimo do Ouro Espiritual dos alquimistas, bem como do sol (*Op. cit.*, pág. 123).

Análise linha a linha da terceira estrofe:

Esperança consumada,
Exemplo real de coragem.
S. Portugal em ser,
Santo feito de carne, que incorpora tudo o que de bom há em Portugal.
Ergue a luz da tua espada
Dá-nos o teu exemplo.
Para a estrada se ver!
Para sabermos onde ir no futuro.

Análise contextual da terceira estrofe:

O poema dedicado ao Condestável termina com uma invocação da sua memória. Fernando Pessoa resume novamente as qualidades mais relevantes do seu mito – ser “esperança consumada” e “S. Portugal em ser” para depois Lhe pedir que erga “a luz” da sua “espada” para “a estrada se ver”.

“Esperança consumada” porque o Condestável foi um homem de feitos corajosos, ou seja, consumou, concretizou a sua coragem em actos. “S. Portugal em ser”, porque aliou, na sua pessoa, à coragem, a santidade⁷¹.

Pede-lhe Pessoa erga a luz da sua espada “para a estrada se ver”. É claro que este pedido vem na mesma linha de outros, parecendo que Pessoa reúne um exército imaterial, para servir de inspiração a uma revolta futura. Mas como é um exército imaterial, de memórias, mitos, a revolta terá de ser de consciências, mentalidades humanas.

⁷¹ “Nun'Álvares Pereira é o portador de uma espada que, sendo simultaneamente auréola, credencia-o como símbolo da plena heroicidade, por incorporar a dupla condição de guerreiro e de santo” (in Clécio Quesado, *Op. cit.*, 2.4.).

O Timbre

A Cabeça do Grifo

O Infante D. Henrique

V

O TIMBRE

A CABEÇA DO GRIFO

O INFANTE D. HENRIQUE

Em seu trono entre o brilho das esferas,
Com seu manto de noite e solidão,
Tem aos pés o mar novo e as mortas eras –
O único imperador que tem, deveras,
O globo mundo em sua mão.

26-9-1928

Lusíadas: C. V, E. 4; C. VIII, E. 37

Análise estilística do poema

Métrica

1 Quintilha. Primeiros quatro versos decassilábicos e o último octossilábico.

Esquema rímico

Rima interpolada e emparelhada em esquema abaab.

Número de versos

5

Observações

Construção epigramática; estrutura monoestrófica; uso de sinédoque ("globo mundo", Portugal).

Seguindo-se à "Coroa", Pessoa apresenta-nos o subtítulo V, que denomina de "O Timbre". O significado da palavra é múltiplo, mas dentro da heráldica, timbre é geralmente uma insígnia posta no topo do escudo de armas de modo a designar a nobreza do seu proprietário. Mas parece-nos que – seguindo a insigne intuição de Agostinho da Silva no seu *Um Fernando Pessoa* – este timbre é usado num sentido mais literal da palavra, com o sentido de "afirmação final da energia que a tudo subestá"⁷².

É portanto um timbre verdadeiro, um tom, uma energia, em toda a sua musicalidade e verdadeiro sentido intrínseco – a essência perfeita e imutável em significado.

Para expressar esse "Timbre", Pessoa divide-o em três, figurativamente, usando as partes do corpo de um grifo⁷³. O grifo, figura mitológica, era um animal com cabeça de águia e garras de leão que protegia grandes tesouros. A palavra também tem o duplo sentido de enigma (Do gr. *grypós*, «curvo; encurvado»). Encontramos o grifo como timbre no brasão do Infante D. Henrique, onde Pessoa se terá inspirado para construir o "seu brasão" nacional⁷⁴.

⁷² in Agostinho da Silva, *Um Fernando Pessoa*, Guimarães Editores, 3.ª edição, p. 21

⁷³ Este tríptico que constitui o "Timbre" foi primeiro publicado na revista *O Mundo Português*, números 7-8, Julho-Agosto de 1934, mas com outra ordem e com um poema diferente atribuído à personagem "Afonso de Albuquerque". (Cf. Clécio Quesado, *Op. cit.*, nota 24). Quanto ao significado do Grifo, enquanto duplicidade terra-céu, ver Clécio Quesado, *Op. cit.*, 2.5.

⁷⁴ Cf. Clécio Quesado, *Op. cit.*, 1.1.2; António Cirurgião, *O Olhar Esfíngico da Mensagem de Pessoa*, ICALP, 1990, pág. 35.

(Sobre o significado tripartido do Timbre/Grifo, ver *infra* o final da análise do poema “Afonso de Albuquerque”).

Como cabeça do grifo (a águia) Pessoa coloca o Infante D. Henrique. Representa ele a visão de águia, precisa e que vê na distância.

Pessoa conhece certamente uma pintura de José Malhoa, datada de 1906 que coloca o Infante D. Henrique nos rochedos de Sagres, contemplando pensativo a olhar a espuma das ondas que batem contra a costa, mirando sempre o horizonte. Chamou-lhe Malhoa «O Sonho do Infante».

D. Henrique, um dos eleitos da *Ínclita* geração, chamado *O Navegador*, embora pouco ou nada tenha navegado, foi o grande ideólogo dos Descobrimentos Portugueses, época áurea, de grande riqueza para o país. Homem de matemáticas e cosmografia, acumulou os conhecimentos clássicos e comparou-os aos do seu tempo, para julgar essas viagens, mais que possíveis, lucrativas. Era grão-mestre da Ordem de Cristo e possuía grandes quantias para investir na empreitada Ultramarina.

Análise linha a linha da primeira estrofe:

Em seu trono entre o brilho das esferas,
Sentado na cadeira da sua cátedra (conhecimento), entre o brilho das estrelas e planetas
(cosmografia).
Com seu manto de noite e solidão,
Sozinho, pelas noites que gastava a desenhar os seus planos.
Tem aos pés o mar novo e as mortas eras--
O Infante tem aos seus pés o mar acabado de descobrir e a idade das trevas já morta, pelo
conhecimento científico.
O único imperador que tem, deveras,
É ele o único que tem nas suas mãos o mundo.
O globo mundo em sua mão.
O globo do mundo, o conhecimento das terras antes desconhecidas.

Análise contextual da primeira estrofe:

Esta estrofe parece reproduzir em poema o quadro antes referido de Malhoa. Pessoa retrata, como o conhecido pintor o faz, o Infante como sentado no seu “trono” à beira-mar, quando caiu já a noite e ele permanece pensativo, olhando o infinito, “entre o brilho das esferas”.

O trono é certamente a sua certeza, a sua autoridade. “Entre o brilho das esferas”, porque é na cosmografia, na ciência da descrição dos astros (“esferas”) em mapas e cartas. Ele está com o “manto de noite e solidão” porque a sua missão é solitária e o seu espírito resolutivo. Além do mais, a “noite” representa o desconhecido, as terras e mares desconhecidos a sul de Sagres. Aos seus pés tem “o mar novo” – as novas rotas, e “as mortas eras” – a idade das trevas que sucumbe ao novo conhecimento científico do Renascimento. Considera-o Pessoa, por estas razões, “único imperador”, porque simbolicamente possui todo o novo conhecimento sobre o “globo mundo” (o *mapa mundi*) nas suas mãos⁷⁵.

⁷⁵ Concordamos com a interpretação de António Cirurgião, quando este avança com a hipótese de este “globo mundo” ser o que Atlas carrega em esforço nas costas, mas que o Infante agora domina sem esforço, como “único imperador” (*Op. cit.*, pág. 133). Clécio Quesado acrescenta, citando Américo Ramalho, o seguinte: “Fernando Pessoa, como jogo verbal, teria utilizado “mundo” no duplo sentido: globo (do) mundo e globo limpo, perfeito, intacto, completo” (in *Op. cit.*, 2.5.).

Uma Asa do Grifo

D. João O Segundo

UMA ASA DO GRIFO

D. JOÃO O SEGUNDO

Braços cruzados, fita além do mar.
Parece em promontório uma alta serra –
O limite da terra a dominar
O mar que possa haver além da terra.

Seu formidável vulto solitário
Enche de estar presente o mar e o céu,
E parece temer o mundo vário
Que ele abra os braços e lhe rasgue o véu.

26-9-1928

Lusíadas: C. III, E. 20⁷⁶; C. IV, E. 60-65

Análise estilística do poema

Métrica

2 Quartetos. Versos decassilábicos que contribuem para uma leitura lenta, majestosa.

Esquema rímico

Rima cruzada.

Número de versos

8

Observações

Uso de símiles (por ex. “alta serra”), uso de metáforas (por ex. “véu”).

Se a visão (“cabeça do grifo”) pertencia ao Infante D. Henrique, faltava quem lhe desse o poder de realizar essa visão, literalmente de *a fazer voar*. Por isso Pessoa usa a expressão “asa do grifo” – são as asas que vão fazer levantar do chão a visão magnífica do Infante.

“Uma asa do grifo” é D. João II.

Há uma simples razão para D. João II ser um dos que levantam *em voo* a *visão* do Infante D. Henrique. Embora não seja opinião consensual entre os historiadores dos Descobrimentos, é comumente atribuído a D. João II o plano de dobrar o Cabo da Boa Esperança, com vista a obter uma rota marítima para a Índia. Note-se que, ao contrário do que comumente se pensa, a palavra “Índia” servia então para identificar todos os novos territórios depois de dobrado o Cabo da Boa Esperança, ou seja, desde a costa Africana até ao Japão e não só o sub-continente Indiano⁷⁷.

Análise linha a linha da primeira estrofe:

Braços cruzados, fita além do mar.
Homem de vontade, planeia aventuras além do mar já conquistado.
Parece em promontório uma alta serra —
D. João II é como um promontório, alguém de alta perspectiva e no limite do conhecido.
O limite da terra a dominar

⁷⁶ Diz Camões: “Onde a terra se acaba e o mar começa”.

⁷⁷ Cf. José Hermano Saraiva, *História Concisa de Portugal*, Publicações Europa-América, página 155.

No limite da terra dominada.
O mar que possa haver além da terra.
No limite dessa terra já conhecida e tão próximo do mar que há além dela.

Análise contextual da primeira estrofe:

Pessoa destaca nesta “asa” o “poder da vontade” (novamente utilizando uma expressão de Agostinho da Silva). Foi D. João II que quis ir mais além, que quis dobrar o Cabo da Boa Esperança e foi ele que, ainda muito jovem, determinou uma nova direcção na política marítima Portuguesa, nomeadamente com o conceito de *mare clausum*.

De “braços cruzados” – não usando a força, só a vontade, ele fita por isso “além do mar” – para a Índia. Como um “promontório”, que alto desafia o mar, que é terra e ao mesmo tempo quase mar⁷⁸. O promontório é um limite, mas D. João II encarna – para Pessoa – esse mesmo limite, ele define-o e expande-o, com a sua vontade. É ele “o limite da terra a dominar / O mar que possa haver além da terra”.

Análise linha a linha da segunda estrofe:

Seu formidável vulto solitário
A sua vontade indómita e solitária.
Enche de estar presente o mar e o céu,
Ocupa, com os que envia para lá, todo o mar e céu que é visto pela primeira vez.
E parece temer o mundo vário
E o Mundo parece temer que D. João II.
Que ele abra os braços e lhe rasgue o véu.
Teme que ele possa acabar com o com os seus mistérios, com um só abrir de braços.

Análise contextual da segunda estrofe:

O “formidável vulto solitário” é algo que Pessoa elogia sobremaneira. Todos os heróis na Mensagem são heróis solitários⁷⁹, sombrios, quase apagados da sua individualidade, em favor de Portugal.

É certo que D. João II “enche de estar presente o mar e o céu”, ou seja, que por sua vontade toda a costa africana se explora e novo rumo para a Índia se descobre – gente nova em novos mares sob novos céus. É esta acção que vai fazer “temer o mundo vário”. O Mundo inconstante, poderoso, teme que D. João II “abra os braços e lhe rasgue o véu”, ou seja, que o rei pela sua vontade consiga desvendar os mistérios do Mundo desconhecidos ainda aos homens.

⁷⁸ V. *Os Lusíadas*, C. III, E. 20.

⁷⁹ A solidão marca toda a obra (e a vida) do poeta. Sente-se órfão de pai e mãe desde muito cedo e está perdido num mundo que não compreende e que não o compreende a ele. Há quem atribua à solidão um papel decisivo até na criação dos heterónimos. Certo é que Pessoa deambula muitas das vezes num mundo fictício (ou ficcionado), no seu perpétuo isolamento, com medo da desilusão. Mas em vez do lamento, a solidão traz-lhe uma consciência do transcendente, um espírito de missão e sacrifício, que de certa maneira transfere para a sua visão da história. (v. a este respeito o excelente ensaio de António Mateus Vilhena, [Fernando Pessoa e os Meandros da Solidão](#), ICALP, vol. 5, Julho de 1986, 95-102).

A Outra Asa do Grifo

Afonso de Albuquerque

A OUTRA ASA DO GRIFO

AFONSO DE ALBUQUERQUE

De pé, sobre os países conquistados
Desce os olhos cansados
De ver o mundo e a injustiça e a sorte.
Não pensa em vida ou morte,
Tão poderoso que não quer o quanto
Pode, que o querer tanto
Calcara mais do que o submisso mundo
Sob o seu passo fundo.
Três impérios do chão lhe a Sorte apanha.
Criou-os como quem desdenha.

26-9-1928

Lusíadas: C. I, E. 14; C. X, E. 40

Análise estilística do poema

Métrica

1 Décima. Versos decassílabos e hexassílabos emparelhados.

Esquema rímico

Rima emparelhada.

Número de versos

10

Observações

Estrutura monolítica; negatividade dos últimos 2 versos.

“A outra asa do grifo”, que *ergue em voo a visão* do Infante D. Henrique é Afonso de Albuquerque.

Militar e diplomata, Afonso de Albuquerque foi a grande base sobre a qual se construiu o Império Português no Oriente. Nomeado governador da Índia por D. Manuel I, tem visão larga e ambiciosa, conquistando diversas praças-fortes, nomeadamente Goa e Ormuz, com o intuito de controlar a navegação no Mar Vermelho e as trocas comerciais em todo o sub-continente.

Esta “asa” é então uma asa que reproduz o “poder da força”⁸⁰⁸¹.

Análise linha a linha da primeira estrofe:

De pé, sobre os países conquistados
Já depois de ter conquistado as praças-fortes na Índia.
Desce os olhos cansados
Afonso de Albuquerque olha cansado.
De ver o mundo e a injustiça e a sorte.
Cansado de ver o Mundo, as injustiças e a sua sorte (o seu Destino).

⁸⁰ Agostinho da Silva, *Op. cit.*, pág. 21.

⁸¹ Por curiosidade refira-se que uma variante total deste poema, embora com o mesmo título, foi publicada na revista *Mundo Português*, pouco tempo antes da publicação da *Mensagem* No dactiloscrito original da “Mensagem” figuravam as duas versões, tendo Fernando Pessoa escolhido a que acabou por ser incluída no livro.

Não pensa em vida ou morte,
Sem pensar em nada.
Tão poderoso que não quer o quanto
Tem já tanto poder que já não deseja sequer.
Pode, que o querer tanto
Se desejasse o que podia desejar.
Calcara mais do que o submisso mundo
Submeteria mais do que só o mundo.
Sob o seu passo fundo.
Sob os seus passos decididos.
Três impérios do chão lhe a Sorte apanha.
Deu três Impérios o Destino a Afonso de Albuquerque.
Criou-os como quem desdenha.
E ele fê-los crescer com facilidade.

Análise contextual da primeira estrofe:

Afonso de Albuquerque representa a parte da força, do poderio militar no Oriente, que deu o seu contributo importante para a fixação e ampliação do Império naquela região.

Pessoa apresenta-nos Afonso de Albuquerque “de pé, sobre os países conquistados”. Dá-nos pois uma imagem de um herói pelas armas, um soldado⁸². Mas esse mesmo soldado, “desce os olhos cansados / De ver o mundo e a injustiça e a sorte”. Esta descrição é um bom exemplo de como Pessoa tenta sempre alcançar algo para além do superficial, para além do evidente. No soldado ele tenta perceber o cansaço, despir-lhe por um momento a pele de herói para o desvendar como homem.

Afonso de Albuquerque “não pensa na vida ou na morte”, já cansado de tanto poder, de tanta conquista. “Tão poderoso que não quer o quanto / Pode”, que não deseja ter mais, quando podia desejar tal. Porque “o querer tanto / Calcara mais do que o submisso mundo / Sob o seu passo fundo”, ou seja, o seu desejo de glória tinha trazido mais do que apenas a posse, também tinha trazido as invejas na corte, o azar, um futuro negro. Mesmo assim, ele deve ser recordado como quem “três impérios do chão” criou “como quem os desdenha”.

Os três impérios que Albuquerque criou “como quem desdenha”, ou seja, com grande facilidade, poderão ser: Goa (Índia, 1510), Malaca (Malásia, 1511) e Ormuz (Golfo Pérsico, 1515)⁸³. Embora nos inclinemos mais para pensar que Pessoa se referia igualmente a outros três Impérios: o material (da conquista), o espiritual (dos missionários cristãos na Índia) e o cultural (era conhecido o projecto de Afonso de Albuquerque para a miscigenação, integração racial, através de casamentos entre Portugueses e mulheres goesas – processo que ficou conhecido como o *Princípio de Albuquerque*).

--

Chegados ao fim do último poema do tríptico “Timbre” cumpre gastar uns momentos na análise do poema como um todo. Qual é o significado de cada uma das três figuras? Qual a coerência final de os incluir num tríptico?

Os insígnies autores que analisaram a *Mensagem* como um todo chegaram a conclusões diversas, se bem que complementares:

António Cirurgião defende que se trata da “*concepção platónica do governo dos estados: os filósofos fazem as leis; os governantes administram-nas; e os soldados executam-nas (...) O Infante D. Henrique pensa; D. João II manda; Afonso de Albuquerque faz*”.⁸⁴

⁸² Já Camões dissera: “*Esta luz é do fogo e das luzentes / Armas com que Albuquerque irá amansando*” (C. X, E. 40).

⁸³ É a opinião de António Cirurgião (*Op. cit.*, pág. 141) e Clécio Quesado (*Op. cit.*, 2.5.).

⁸⁴ António Cirurgião, *Op. cit.*, pág. 140.

Clécio Quesado, baseando a sua conclusão numa análise semântica acrescenta que os poemas estão num “*crescente de cinco, oito e dez versos, respectivamente. E este crescente no número de versos não poderia, de certa forma, figurar a gradação do avanço do domínio português sobre os mares? Gradativa também é a atitude dos três representantes desta dominação, se observarmos a sua relação com o mundo conquistado*”, lembrando ainda a célebre tripartida expressão “*Deus quer, o homem sonha, a obra nasce*”⁸⁵.

A nossa análise será um pouco díspar.

Pessoa escolhe a figura do grifo, um animal com cabeça e asas de águia e corpo de leão. No entanto vimos que ele só fala da cabeça e das asas. O leão – que domina a terra – é ignorado, em favor da águia – que domina o céu. O tríptico revela-se afinal num políptico de seis painéis (três + três). Isto porque se o Grifo se parte em três partes, em outras três se parte a águia – uma cabeça e duas asas.

São as três partes *interiores* “a visão” (O Infante D. Henrique); “o poder da vontade” (D. João, O Segundo) e “o poder da força” (Afonso de Albuquerque).

Devemos concluir que o Império do Oriente se fundou – segundo Pessoa – num tríplice conjunto de forças complementares (visão, vontade e força), baseadas no elemento “águia” – ou seja, distância, Destino – também ele composto (ou decomposto) em três⁸⁶.

⁸⁵ Clécio Quesado, *Op. cit.*, 2.5. (final).

⁸⁶ Três + três = aos seis dias da criação do “novo globo mundo” pelos portugueses?

Segunda Parte

Mar Português

SEGUNDA PARTE

MAR PORTUGUÊS

Possessio maris.

À segunda parte de *Mensagem* deu Fernando Pessoa o título de “Mar Português”. Relembre-se que a primeira parte tinha o título de “Brasão”.

Completado o “Brasão”, ou seja, a descrição da nobreza de Portugal, Pessoa vai agora iniciar os poemas relativos aos actos praticados por essa mesma nobreza. Embora sejam actos de nobreza que ocorreram no passado, a sua importância é grande, sempre como símbolos para o presente e para o futuro.

Para encimar esta parte, Pessoa escolhe a elocução latina *possessio maris*, ou seja, “posse do mar”. A nobreza agora toma e possui com um acto, mas com esse mesmo acto ela não se esgota – é apenas uma posse do mar, o ter e não o ser. É importante reter que esta história, cada vez mais dramática e real, não esgota um povo, embora o defina. O que de magistral se acha na quimera dos Descobrimentos, enfim, é a realização da importância da busca e que o mar permanece sempre igual, ou seja, se pode ser possuído, não pode ser incorporado nos homens.

Esta é uma afirmação – mesmo anterior ao relato – que nos fala de um povo que descobriu na tristeza pós-Descobrimentos que as riquezas apenas nos indicam um novo horizonte mais distante.

Uma nota para o número de poemas nesta parte – 12⁸⁷. Pessoa quer, provavelmente, dar a entender, com o 12, número da plenitude, que o episódio marítimo está acabado e não mais se vai repetir. O ciclo fechou-se. Para tal perspectiva também contribuirá o facto de cada poema desta parte poder corresponder a um signo do zodíaco.

Postulamos ainda que a segunda parte da *Mensagem* é, no percurso da *gnosis* pessoana, dedicada ao tema da Religião da Natureza (neopagã) (ver análise ao poema “O Encoberto” na terceira parte).

⁸⁷ Sobre o número 12 na Segunda Parte da *Mensagem* ver Clécio Quesado, *Op. cit.*, 3.

O Infante

I

O INFANTE

Deus quer, o homem sonha, a obra nasce.
Deus quis que a terra fosse toda uma,
Que o mar unisse, já não separasse.
Sagrou-te, e foste desvendando a espuma,

E a orla branca foi de ilha em continente,
Clareou, correndo, até ao fim do mundo,
E viu-se a terra inteira, de repente,
Surgir, redonda, do azul profundo.

Quem te sagrou criou-te português.
Do mar e nós em ti nos deu sinal.
Cumpru-se o Mar, e o Império se desfez.
Senhor, falta cumprir-se Portugal!

Lusíadas: --

Análise estilística do poema

Métrica

3 Quartetos. Todos os versos são decassilábicos (heróicos).

Esquema rímico

Rima cruzada.

Número de versos

12

Observações

Uso de metáforas (por ex. “orla branca”); uso de sintagmas (por ex. “azul profundo” e “cumpru-se o mar”); discurso em forma evocativa (uso da palavra “Deus” e “Senhor”); uso de apóstrofes.

Este poema, seguindo uma análise que põe lado a lado os 12 poemas do “Mar Português” e os 12 signos do zodíaco, corresponderia ao signo de Carneiro. O Carneiro encarna a energia inicial e o entusiasmo, ligado ao elemento fogo⁸⁸.

A “posse do mar” inicia-se com uma referência simbólica, no nosso entender, ao nascimento do Império. Pode, é certo, considerar-se o poema “Infante” um novo poema sobre o Infante D. Henrique, mas seria difícil de defender que Pessoa se repetisse de forma tão infantil, sem uma segunda intenção. Pode haver, quanto muito, um ligeiro duplo sentido – o Infante aqui seria apenas “o sonho do Infante”, o Infante “despido de carne”⁸⁹.

Parece-nos que a referência ao “Infante”, puramente simbólica, é ao nascimento, ou pelo menos ao começo de algo, à juventude. “O Infante” é por isso o começo de tudo, da obra, no sentido material e alquímico da mesma, em que se sucedem diversos passos até à sua conclusão.

⁸⁸ V. Vitorino de Sousa, *A astrologia nos doze poemas de “Mar Português”*, e-book em PDF, 2007. Este autor defende que há uma correspondência entre os doze poemas desta secção com os doze signos zodiacais. Esta opinião parece colher junto de outros autores, como por exemplo Paulo Cardoso, que acrescenta que o “Mar Português” representa simbolicamente toda a criação e também o processo de obtenção do conhecimento oculto.

⁸⁹ Contra esta opinião, António Cirurgião, *Op. cit.*, pág. 147 e segs; Clécio Quesado, *Op. cit.*, 3.1..

Análise linha a linha da primeira estrofe:

Deus quer, o homem sonha, a obra nasce.
Deus decide o destino dos homens, mas só quando estes sonham, a obra nasce.
Deus quis que a terra fosse toda uma,
Quis o Destino que a terra fosse unida – a Europa, América e Ásia.
Que o mar unisse, já não separasse.
Que as rotas marítimas operassem essa união, para sempre.
Sagrou-te, e foste desvendando a espuma,
Foi o Infante (o Império e o Infante propriamente dito) eleito para essa missão de desvendar.

Análise contextual da primeira estrofe:

Portugal, ao construir o Império, é movido como instrumento de uma vontade maior. “Deus quer”, não o homem. É a vontade de Deus, ou se quisermos o Destino Maior, que guia as acções dos marinheiros e dos estrategas. Sendo instrumentos de outra vontade, os Portugueses trabalham na missão divina de unir o mundo, e não se fala sequer nos seus proveitos pessoais. “O homem sonha”, mas é impotente na vontade.

Foi “Deus quis que a terra fosse toda uma / Que o mar unisse, já não separasse”, ou seja, foi de Deus a ideia e o plano das Descobertas, das novas rotas que dessem a conhecer o mar desconhecido.

“Sagrou-te e foste desvendando a espuma”, pode referir-se apenas ao Infante D. Henrique, mas pode também, simbolicamente significar que, sagrado Infante, o Império podia crescer, ser Rei

Análise linha a linha da segunda estrofe:

E a orla branca foi de ilha em continente,
A espuma que nasce em volta dos cascos dos barcos, foi cada vez mais longe.
Clareou, correndo, até ao fim do mundo,
Foi trazendo a sua brancura de espuma até ao fim do mundo (a Índia).
E viu-se a terra inteira, de repente,
E de repente toda a Terra.

Surgir, redonda, do azul profundo.
Era finalmente redonda – porque unida pelas novas rotas Portuguesas.

Análise contextual da segunda estrofe:

Nesta estrofe observa-se mais claramente a descrição do crescimento do Império “Infante”. A “orla branca” da espuma é revolta de “ilha em continente”, pelas naus nacionais. Até que finalmente, viagem cumprida, “correndo, até ao fim do mundo”, a Terra iria “surgir, redonda, do azul profundo”, porque finalmente totalmente percorrida pelos olhos humanos.

É, note-se, também um elogio à proeza científica, de provar a teoria de que o planeta Terra seria de facto redondo, como um globo, e não plano como durante milénios se acreditava.

Análise linha a linha da terceira estrofe:

Quem te sagrou criou-te português.
Quem te elegeu, fez-te de Portugal.
Do mar e nós em ti nos deu sinal.
Fez de ti um símbolo para todos os Portugueses.
Cumriu-se o Mar, e o Império se desfez.
Já tivemos a posse do mar (do Império Marítimo) e o Império (material) desfez-se.
Senhor, falta cumprir-se Portugal!
Falta ainda, no entanto, cumprir-se o Destino adiado de Portugal.

Análise contextual da terceira estrofe:

A última estrofe, mais soturna, adianta a morte ao próprio “Infante”. Note-se a ironia subjacente, que na história ainda curta que era do Império já Pessoa lhe desenhe a morte, fale no seu final. Porque em verdade, o Império morreu mesmo antes de se cumprir, morreu “Infante”, porque nunca se poderia cumprir como coisa material. Morreu criança, como o próprio Pessoa.

Deus ao dar-nos o Império, criou-o Português, mas com o Império “nos deu sinal”, aviso, que “cumpru-se o Mar”, cumpriu-se esse Destino físico, mas que depois de desaparecer em posse, faltaria ainda “cumprir-se Portugal”.

De certa maneira esta é uma conclusão paradoxal. Não eram os Descobrimentos a maior glória de Portugal, o seu período mais dourado? Pessoa diz-nos que não. “Cumpru-se o Mar e o Império se desfez”, diz Pessoa. Era esta a primeira missão cometida por Deus a Portugal, desvendar o mundo, e ela chegou ao seu termo. Mas falta ainda tudo. Falta “cumprir-se Portugal”. Sabemos que Portugal era para Pessoa mais do que apenas a terra que se define dentro dos limites da fronteira, que Portugal para ele era língua, cultura, espírito e alma. Se ele diz que falta cumprir-se Portugal, ele quer dizer que falta cumprir-se o destino glorioso (e imaterial) da alma, já que se desfez o destino material do corpo.

Será na terceira parte que ele falará mais em pormenor de como se poderá cumprir esse destino imaterial.

II

HORIZONTE

Ó mar anterior a nós, teus medos
Tinham coral e praias e arvoredos.
Desvendadas a noite e a cerração,
As tormentas passadas e o mistério,
Abria em flor o Longe, e o Sul sidério
Splendia sobre as naus da iniciação.

Linha severa da longínqua costa –
Quando a nau se aproxima ergue-se a encosta
Em árvores onde o Longe nada tinha;
Mais perto, abre-se a terra em sons e cores:
E, no desembarcar, há aves, flores,
Onde era só, de longe a abstracta linha.

O sonho é ver as formas invisíveis
Da distância imprecisa, e, com sensíveis
Movimentos da esperança e da vontade,
Buscar na linha fria do horizonte
A árvore, a praia, a flor, a ave, a fonte –
Os beijos merecidos da Verdade.

Lusíadas: C. IV, E. 68-69; C. V, E. 14 e 24-25; C. IX, E. 89

Análise estilística do poema

Métrica

3 Sextilhas. Todos os versos são decassilábicos.

Esquema rímico

Rima emparelhada e intercalada em esquema aabccb.

Número de versos

18

Observações

Discurso evocativo, com uso de apóstrofes; uso de linguagem visual.

Este poema, seguindo uma análise que põe lado a lado os 12 poemas do “Mar Português” e os 12 signos do zodíaco, corresponderia ao signo de Touro. O Touro representa todas as coisas naturais e o florescer da natureza, ligado ao elemento terra. Concreto e presente, o Touro é também regido por Vénus que lhe dá a noção de beleza e sensualidade.

Depois do nascimento do Império, deste ainda ser “Infante” (e ideia de Infante - D. Henrique), Pessoa escolhe falar do natural obstáculo seguinte: o “Horizonte”.

“Horizonte” é um objectivo, final de uma viagem sem fim, o horizonte é algo que sempre foge, mas que sempre se persegue, destino final e travessia perpétua. É neste contínuo paradoxo que vive Pessoa com seus símbolos, na meia-compreensão das suas verdades ocultas.

Neste poema de grande lirismo e beleza, Pessoa descreve o encantamento dos navegadores quando, ao aproximarem-se de desconhecidas costas, tornavam concreto o que antes era apenas abstracto (mistério). O descobrimento como revelação, segue o tema geral de *Mensagem*, que é uma obra

eminentemente intelectual⁹⁰, ocultista, simbólica. Em verdade, os navegadores não poderiam revelar conscientemente, porque não eram – crê-se – habilitados para tal, pois não eram “iniciados” nas artes ocultas que Pessoa tão bem domina. Se revelam, é então porque uma vontade superior os leva a tal e lhes controla o Destino. É caso para dizer que enquanto o iniciado compreende, o não iniciado cumpre.

Análise linha a linha da primeira estrofe:

O mar anterior a nós, teus medos
O mar, antes de nós, era visto com medo.
Tinham coral e praias e arvoredos.
Metia medo, mas afinal escondia apenas coral, praia e arvoredos.
Desvendadas a noite e a cerração,
O medo desapareceu quando se levantou o véu do que era desconhecido (a noite e a cerração – nevoeiro espesso).
As tormentas passadas e o mistério,
Depois de muitas dificuldades, chegou-se à verdade.
Abria em flor o Longe, e o Sul sidério
Via-se descoberto o conhecimento e o Sul
Splendia sobre as naus da iniciação.
Resplandia sobre as naus dos iniciados.

Análise contextual da primeira estrofe:

“O mar anterior a nós” (os descobridores), “teus medos tinham coral (...)” mas “desvendadas a noite (...) as tempestades passadas e o mistério” (o desconhecido) “abria em flor o Longe” (o conhecimento) e o “Sul-sidério / Splendia sobre as naus da iniciação”.

De uma maneira mais ou menos hermética e fechada, o que Pessoa nos diz é: “O mar anterior”, o mar a que se referiam aqueles que o temiam por desconhecimento e medo, foi desvendado, tiraram-lhe “a noite” (o escuro representa o medo e o desconhecido), e, passando pelas dificuldades do caminho, revelou-se enfim o seu mistério. Abriu-se esse conhecimento quando para Sul, para o Sul sideral (“sidério” pode ser relativo às constelações do Hemisfério Sul, ao Cruzeiro do Sul⁹¹, mas também é chamado o período sidério o ano que demora o planeta a dar a volta ao sol) as naus dos iniciados (involuntários, mas iniciados) viajaram.

Análise linha a linha da segunda estrofe:

Linha severa da longínqua costa –
Linha distante da costa que se aproxima.
Quando a nau se aproxima ergue-se a encosta
Chegada a nau mais perto, torna-se a costa em encosta.
Em árvores onde o Longe nada tinha;
Torna-se também em árvores, o que de longe era medo do desconhecido.
Mais perto, abre-se a terra em sons e cores:
Descobre-se uma terra com sons e cores, novidade.
E, no desembarcar, há aves, flores,
Quando desembarcam das naus, vêem fauna e flora.
Onde era só, de longe a abstracta linha.
E espantam-se que de longe era apenas uma linha – o horizonte (o nada).

⁹⁰ Era a opinião já dos contemporâneos de Pessoa, como José Régio, que na revista *Presença* publica um artigo intitulado «Da Geração Modernista» em que chama a atenção para como o que em Mário de Sá-Carneiro é “manifestação de génio (...) aparece em Fernando Pessoa raciocinado, consciente, voluntário” (citado em Fernando Martinho, *Pessoa e a Moderna Poesia Portuguesa*, ICALP, 1983, pág. 55).

⁹¹ Cf. *Os Lusíadas*, C. V, E. 14

Análise contextual da segunda estrofe:

Lendo a segunda estrofe, há uma insistência no mesmo tema. “Linha severa da longínqua costa (...) ergue-se a encosta (...) onde era só, de longe abstracta linha”. O abstracto torna-se concreto, com a revelação do mistério. O nada que era a simples linha do horizonte torna-se num tudo, revelado em novas cores e novos sons, em nova fauna e flora.

Há novamente uma ironia subjacente. Veja-se que o desconhecido, quando revelado, se desmultiplica num novo mundo de sensações e realidades. Como se o processo de iniciação pelo qual passam os navegadores os trouxesse para outro mundo ainda-o-mesmo-mundo, uma realidade paralela de conhecimento oculto ao comum dos mortais. É importante a palavra “Longe”, escrita com maiúsculas – é um “Longe” não geográfico mas gnosiológico, um longe de mistério por revelar, de conhecimento oculto.

Análise linha a linha da terceira estrofe:

O sonho é ver as formas invisíveis
Sonhar é ver as formas que ainda não existem.
Da distância imprecisa, e, com sensíveis
Ver na distância imprecisa.
Movimentos da esperança e da vontade,
E com a força da vontade e da esperança.
Buscar na linha fria do horizonte
Ir buscar à linha do horizonte, descobrir nela.

A árvore, a praia, a flor, a ave, a fonte –
A fauna e a flora, a paisagem escondida.
Os beijos merecidos da Verdade.
Que é, não só geografia, mas significado mais alto, recompensa de verdade oculta.

Análise contextual da terceira estrofe:

Todas as descrições magníficas do poema se realizam em pleno na terceira estrofe, onde Pessoa, aproveitando o balanço do raciocínio anterior, chega à conclusão que pode equiparar o sonho a ver essas “formas invisíveis / Da distância imprecisa”⁹² (a linha distante da costa) e “buscar na linha fria do horizonte / A árvore, a praia (...) / Os beijos merecidos da Verdade”⁹³.

A metáfora do sonho é de facto perfeita e o efeito poético pleno de oportunidade e equilíbrio. Mas temos de nos lembrar que se “os navegadores sonharam”, foi “Deus quem quis” (do poema “Infante”). O acesso aos “beijos merecidos da Verdade” é um caminho oculto e misterioso, a que acedem apenas aqueles predestinados para ele.

Um resumo dessa procura da Verdade é-nos dado por este excerto de autoria da iminente pessoana, Dalila Pereira da Costa na sua obra *O Esoterismo em Fernando Pessoa*, Lello & Irmão Editores, página 180: “assim como a aventura espiritual do poeta seria um poema de iniciação, assim a foi a da sua pátria: as Descobertas. (...) Esta procura, estas preambulações através dum mar absoluto, são sempre em busca da verdade: num périplo iniciático, se obterá a sua possessão, por a desvendar num mistério. O navegante surge como um futuro iniciado: aquele que receberá a revelação, o que conhecerá e participará dum mistério. (...) Uma busca de gnóstico, onde a salvação se fará só através do conhecimento, da possessão da verdade. E é o fulgor da gnose, essa luz que resplandia nesse mar”⁹⁴.

⁹² Clécio Quesado aponta aqui a intertextualidade com *Os Lusíadas* (C IV, E 68-69) (Cf. *Op. cit.*, 3.2.).

⁹³ A recompensa final é para Pessoa a “Verdade”. Para Camões era a glória, as honras do triunfo (Cf. *Os Lusíadas*, C. IX, E. 89 – estrofe onde Camões explica a simbologia da Ilha dos Amores).

⁹⁴ Seriam então as três estrofes deste poema, “três fases da vida iniciática: a demanda, o achamento e o prémio”, como intuiu António Cirurgião? (Cf. *Op. cit.*, pág. 155).

III

PADRÃO

O esforço é grande e o homem é pequeno.
Eu, Diogo Cão, navegador, deixei
Este padrão ao pé do areal moreno
E para diante naveguei.

A alma é divina e a obra é imperfeita.
Este padrão sinala ao vento e aos céus
Que, da obra ousada, é minha a parte feita:
O por-fazer é só com Deus.

E ao imenso e possível oceano
Ensinam estas Quinas, que aqui vês,
Que o mar com fim será grego ou romano:
O mar sem fim é português.

E a Cruz ao alto diz que o que me há na alma
E faz a febre em mim de navegar
Só encontrará de Deus na eterna calma
O porto sempre por achar.

13-9-1918

Lusíadas: C. I, E. 3

Análise estilística do poema

Métrica

4 Quartetos. Primeiros três versos de cada estrofe são decassilábicos e o último octossilábico.

Esquema rímico

Rima cruzada, alternadamente grave e aguda.

Número de versos

16

Observações

Uso de aforismos/axiomas (por ex. verso 1 da 1.^a estrofe); uso de metáforas (por ex. “areal moreno”); uso de sintagmas (por ex. “sinala ao vento...”); encavalgamento dos versos na última estrofe, sem pontuação, que denota uma ânsia frenética de achar; uso de paralelismos e quiasmos (por ex. “esforço (...) grande” e “alma (...) divina”); uso de metáforas (por ex. as quinas).

Este poema, seguindo uma análise que põe lado a lado os 12 poemas do “Mar Português” e os 12 signos do zodíaco, corresponderia ao signo de Gémeos. Pessoa era do signo gémeos e isso pode justificar o uso da primeira pessoa (“eu”). A duplicidade de Gémeos é clara também nas expressões utilizadas em contraposição (“o esforço é grande” / “o homem é pequeno”, por exemplo).

Depois de chegar à costa (com “Horizonte”), Fernando Pessoa debruça-se sobre o tema da marcação de território pelos novos descobridores.

Toda a segunda parte é marcada pelo ascendente dos feitos sobre as figuras centro dessa acção. Esta análise vem confirmar o que dissemos aquando da análise do poema “Infante”. A procura por Pessoa dos duplos sentidos, da imagética enganadora e ambígua, em conjunto com o uso de

referências ocultas, contribui de certo modo para o escalar de um discurso que se torna, cada vez mais, nebuloso e hermético. A terceira parte será o culminar desta intenção que vem desde o início. Relembre-se o *degradeé* que já tínhamos indicado na primeira parte, no subtítulo “Castelos”.

Como a segunda parte não é uma parte sobre figuras históricas, sobre pessoas específicas, bem se compreende que Pessoa agora nos fale do “padrão”, como símbolo da maneira como as novas terras iam sendo reclamadas.

Os padrões eram monumentos de pedra, marcados com as armas portuguesas e outras inscrições, colocados em locais específicos, acabados de descobrir, como afirmação da soberania Portuguesa. Diogo Cão terá sido o primeiro a usar um padrão no ano de 1482, no Cabo de Santa Maria, em vez das tradicionais cruzes de madeira, que eram usadas anteriormente para a mesma função.

Análise linha a linha da primeira estrofe:

O esforço é grande e o homem é pequeno.
O esforço das Descobertas é enorme, e um só homem parece pouco perante tal esforço.
Eu, Diogo Cão, navegador, deixei
Mas Diogo Cão era navegador.
Este padrão ao pé do areal moreno
E conseguiu estabelecer o padrão, como nova marca dos novos homens, conquistadores de África.
E para diante naveguei.
Continuando a navegar (para o interior do Rio Zaire).

Análise contextual da primeira estrofe:

“O esforço é grande e o homem é pequeno”. Fernando Pessoa parece, com esta frase, desculpar-se por ter de usar símbolos para representar a epopeia, tornando-a menos “épica” e mais “obscura”. A palavra desculpa é, certamente, demasiado forte, mas parece-nos que Pessoa tenta justificar para si mesmo, e depois perante o leitor, a necessidade de nos afastarmos das análises pessoais, em favor da compreensão global dos feitos e – por consequência – dos planos misteriosos do Destino.

Diogo Cão foi figura pioneira, usando o padrão de pedra como marca de descoberta (“Eu (...) deixei / Este padrão”). Representa igualmente uma nova raça de homens, mais decididos, mãos operantes de um corpo que planeia com cuidado as suas acções. Foi ele que, fazendo viagens de reconhecimento, trouxe dados que permitiram atingir a África do Sul, navegando ao largo da costa.

“Areal moreno” será uma metáfora para o continente africano⁹⁵.

Análise linha a linha da segunda estrofe:

A alma é divina e a obra é imperfeita.
A alma é perfeita, as acções dos homens não.
Este padrão sinala ao vento e aos céus
O padrão de pedra assinala para que todos vejam.
Que, da obra ousada, é minha a parte feita:
Que o descobridor faz a parte dele na obra perfeita.
O por-fazer é só com Deus.
O resto da perfeição é com Deus.

Análise contextual da segunda estrofe:

Pessoa repete (até de maneira musical) na primeira linha um aviso similar ao da primeira linha da estrofe anterior. Se na estrofe anterior ele avisa da pequenez do homem face à grandeza do esforço, ele agora diz-nos que a “alma é divina e a obra é imperfeita”. Quer com isto conseguir que o leitor tenha plena consciência que este relato não é de feitos, uma plena glorificação, mas quase meio-relato, porque as acções dos navegadores não esgotam a plenitude da “obra”.

⁹⁵ António Cirurgião, *Op. cit.*, pág. 159.

“A alma é divina”, ou seja, o projecto, o sonho, o fim, é divino, perfeito. “A obra é imperfeita”, porque humana, só sendo perfeita em Deus, no seu fim, que é ao mesmo tempo o seu início. É – atente-se – ao mesmo tempo a obra material do Descobrimento e a obra espiritual da descoberta da verdade, que, como os Descobrimentos é feita de passos e etapas até à sua conclusão – o ouro espiritual, a verdade, o conhecimento.

O padrão assinala a parte humana desta obra. Diogo Cão desabafa: “da obra ousada, é minha a parte feita”, a deixa o resto ao *fatum*, “o por-fazer é só com Deus”, já não pode nessa parte ele intervir.

Análise linha a linha da terceira estrofe:

E ao imenso e possível oceano
E ao grande e possível (de navegar) oceano.
Ensinam estas Quinas, que aqui vês,
As Quinas (os mártires) mostram.
Que o mar com fim será grego ou romano:
Que o mar finito é grego ou romano.
O mar sem fim é português.
Mas o mar infinito é Português.

Análise contextual da terceira estrofe:

Como se já tivesse sido enterrado o padrão, fundo na “areia morena”, Pessoa diz-nos primeiro que o Oceano agora é “possível”. Trata-se de um jogo de palavras inteligente. O Oceano antes impossível, obstáculo intransponível, agora tinha sido dominado, tinha-se tornado “possível”.

Com orgulho *Diogo Cão-Fernando Pessoa* aponta agora para as “Quinas”, para a lista de mártires, dizendo que “o mar com fim será grego ou romano”, ou seja, que o mar comum, o mar do desejo material, das coisas transitórias, é de outras raças, mas o “mar sem fim é português”⁹⁶, ou seja, a Portugal pertence o Império Maior, o Império da Dor, do Sofrimento, o Império Espiritual.

Análise linha a linha da quarta estrofe:

E a Cruz ao alto diz que o que me há na alma
E a Cruz no topo do padrão lembra a razão.
E faz a febre em mim de navegar
A origem da febre de navegar.
Só encontrará de Deus na eterna calma
Essa febre e essa razão está em Deus, na eterna calma dos seus desígnios.
O porto sempre por achar.
Esse porto calmo, sempre por achar, porque infinito.

Análise contextual da quarta estrofe:

Pessoa tinha especial carinho pela frase “*Navegar é preciso; viver não é preciso*”⁹⁷. Nesta estrofe desenvolve-se essa ideia em todo o seu esplendor, falando-nos o poeta das razões sublimes por detrás da aventura.

Para um leigo, as Descobertas têm uma miríade de razões possíveis, económicas, sociais, religiosas, até psicológicas⁹⁸. Para Pessoa, é a “Cruz ao alto” que lembra a Diogo Cão – símbolo para todos os

⁹⁶ Acha aqui Clécio Quesado ecos da Proposição d’*Os Lusíadas*: “*Cessem do sábio Grego e do Troiano / As navegações grandes que fizeram; (...) Que outro valor mais alto se alevanta*” (*Op. cit.*, 3.3.).

⁹⁷ No latim original: “*Navigare necesse; vivere non est necesse*”. A expressão é atribuída por Plutarco a Pompeu, dirigida aos soldados temerosos de navegar.

⁹⁸ Não quer isto dizer que Pessoa não analise também estas razões. De facto, como indica José Augusto Seabra, Pessoa, seguindo Pascoais, “*attempted to define the trends of the new Portuguese poetry, under the pretext of carrying out a sociological and psychological analysis, so as to draw from it the elements of a poetic form of a stature to match his exalted vision of new caravels setting out to discover a “New India”, not an earthly geographical and historical place but a transcendent*

navegadores e todos os Portugueses – a razão suprema do desejo de navegar. Não a desvenda por completo – não se desvenda nunca um mistério divino por palavras humanas – mas revela-o parcialmente, dizendo que a febre só se acalmará em Deus, nesse porto infinito e imaterial, “sempre por achar”.

A razão que Pessoa não desvenda, que é impossível de desvendar sem ser descoberta, que “não se ensina mas apenas se aprende”, é o Império Espiritual, para além do qual não há mais desejo ou vontade de conquista.

land of dream” («Fernando Pessoa and the spirit of discovery - Portugese poet» in *UNESCO Courier*, April, 1989). Concordamos que a *Mensagem* também é um extenso tratado de sociologia e psicologia da psique nacional.

IV

O MOSTRENGO

O mostrengo que está no fim do mar
Na noite de breu ergueu-se a voar;
À roda da nau voou três vezes,
Voou três vezes a chiar,
E disse: «Quem é que ousou entrar
Nas minhas cavernas que não desvendo,
Meus tectos negros do fim do mundo?»
E o homem do leme disse, tremendo:
«El-Rei D. João Segundo!»

«De quem são as velas onde me roço?
De quem as quilhas que vejo e ouço?»
Disse o mostrengo, e rodou três vezes,
Três vezes rodou imundo e grosso.
«Quem vem poder o que só eu posso,
Que moro onde nunca ninguém me visse
E escorro os medos do mar sem fundo?»
E o homem do leme tremeu, e disse:
«El-Rei D. João Segundo!»

Três vezes do leme as mãos ergueu,
Três vezes ao leme as reprendeu,
E disse no fim de tremer três vezes:
«Aqui ao leme sou mais do que eu:
Sou um povo que quer o mar que é teu;
E mais que o mostrengo, que me a alma teme
E roda nas trevas do fim do mundo,
Manda a vontade, que me ata ao leme,
De El-Rei D. João Segundo!»

9-9-1918

Lusíadas: C. V, E. 37-60

Análise estilística do poema:

Métrica

3 estrofes de nove versos. Versos de 7 a dez sílabas. Vários versos brancos.

Esquema rímico

Rima irregular em esquema aabaacdcd.

Número de verso

27

Observações

Ritmo lento do poema, com o uso de ditongos nasais (acentuando o grotesco), consoantes constrictivas e *staccatos*; discurso com uso de múltiplas vozes (narrador, homem do leme e mostrengo); uso de repetições (por ex. o lexema “leme”); uso de políptopos; uso de anáforas; uso de sintagmas (por ex. “três vezes”); estrutura dramática do poema.

Este poema, seguindo uma análise que põe lado a lado os 12 poemas do “Mar Português” e os 12 signos do zodíaco, corresponderia ao signo de Caranguejo. Regido pela Lua, representa o mundo interior, o fim das coisas, o subconsciente e a parte inferior da *mandala* astrológica, chamada “o fundo do céu”.

Quem já analisou o poema “Mostrengo” é da opinião que ele constitui um momento de excepção quase no todo de *Mensagem*, tanto pela sua construção poética quanto pela intenção.

Disse-o já Jacinto do Prado Coelho: “*excepcionalmente, o poeta, sob a sugestão do Adamastor de Camões, empunha a «tuba canora e belicosa» (...) Assim, em versos de densidade poética e sugestão rítmica insuperáveis, Fernando Pessoa, comunicando-se, foi também o intérprete comovido da História nacional*”.⁹⁹

A *Mensagem* não persegue o realismo que Camões insiste dar aos *Lusíadas*. A linguagem de Pessoa é na *Mensagem* progressivamente mais escura e hermética, sendo por isso raros os momentos de exaltação e lirismo como este.

Concordamos que o “Mostrengo” é um poema reduzido em simbolismo – é de facto uma aproximação a um tema de Camões¹⁰⁰ e uma aproximação lírica ao tema da acção dos homens. No entanto não nos parece que este seja um poema de “pura exaltação”. Por duas razões: 1) A presença do número três – três são as estrofes de “O Mostrengo” e três um número que paira sobre o poema, como uma sombra de misticismo, como que dizendo que mesmo nas puras acções de coragem há a presença do divino ou pelo menos do conhecimento oculto; 2) o facto muitas das vezes ignorado de que não se trata realmente de um diálogo entre o piloto e o rochedo¹⁰¹.

Depois da leitura do poema temos a sensação que o pobre homem do leme e o Mostrengo são armas sensíveis de um poder maior do que eles mesmos, ou até do que o destino de ambos. Nisto o poema difere sobremaneira do “Adamastor” de Camões, e, sendo mais obscuro, revela-se na sua inteira natureza.

Análise linha a linha da primeira estrofe:

O mostrengo que está no fim do mar
O monstro de rocha nos limites do mar conhecido.
Na noite de breu ergueu-se a voar;
Apareceu na noite, em altitude.
À roda da nau voou três vezes,
Ameaçou a nau três vezes.
Voou três vezes a chiar,
Três vezes, acompanhados de ruídos de vento e mar.
E disse: «Quem é que ousou entrar
Como que dizendo, quem no seu mar ousava entrar.
Nas minhas cavernas que não desvendo,
Quem queria descobrir as cavernas escondidas na rocha.
Meus tectos negros do fim do mundo?»
Os céus negros de tempestade.
E o homem do leme disse, tremendo:
E o piloto da nau disse a medo.
«El-Rei D. João Segundo!»
Que era D. João II, que mandara as naus (estava nela a ideia de ali passar).

Análise contextual da primeira estrofe:

O “Mostrengo” de Pessoa é semelhante ao “Adamastor” de Camões. Em ambos os poetas, esta figura humanizada da rocha, este titã da natureza, representa a enorme força intransponível do mar.

Uma diferença no entanto é evidente. Na *Mensagem* não há um diálogo com o promontório de rocha. O “Mostrengo” questiona, duvida, hesita e teme. Também teme o piloto, o marinheiro, o

⁹⁹ In *Diversidade e Unidade em Fernando Pessoa*, Editorial Verbo, 11.ª edição, página 56.

¹⁰⁰ Cf. *Os Lusíadas*. C. V, E. 37-60.

¹⁰¹ Contra: Clécio Quesado, *Op. cit.*, 3.4.

Português. Mas eles não comunicam, não se interpelam directamente. É como se, no meio da aventura, ambos – transmutados – permanecessem o que são.

A rocha ergue-se a voar, “três vezes” a voar¹⁰², mas as perguntas que faz são para si mesma: “Quem é que ousou entrar / Nas minhas cavernas que não desvendo (...)”, são lamentos e não interpelações à espera de uma resposta. O “Mostrengo” fala, mas não se ouve. Tal como o marinheiro, o piloto, que, vendo a dificuldade de atravessar o Cabo e sentindo o medo da morte, diz para si mesmo a que vem ali. «El-Rei D. João Segundo!» é o seu grito de determinação para que não vacile, não uma resposta ao titã de pedra.

Parecem ambos, piloto e pedra – paradoxalmente mas com sentido intencional – estranhos ao seu próprio Destino.

Análise linha a linha da segunda estrofe:

«De quem são as velas onde me roço?
A quem pertencem estas velas, desta nau.
De quem as quilhas que vejo e ouço?»
De quem são as quilhas destas naus, que provocam ruído ao navegar contra a espuma.
Disse o mostrengo, e rodou três vezes,
Questionou-se o pico de rocha e ameaçou três vezes.

Três vezes rodou imundo e grosso.
Ameaçou três vezes, já maior e mais perto.
«Quem vem poder o que só eu posso,
Pergunta quem vem ao sítio que ele só habita.
Que moro onde nunca ninguém me visse
Um sitio remoto e inóspito onde nunca ninguém passou que o visse de perto.
E escorro os medos do mar sem fundo?»
Onde o seu promontório se levanta, molhado e principio de um mar profundo.
E o homem do leme tremeu, e disse:
E o piloto da nau disse a medo.
«El-Rei D. João Segundo!»
Que era D. João II, que mandara as naus (estava nela a ideia de ali passar).

Análise contextual da segunda estrofe:

Uma só linha tem o “Mostrengo” para nos oferecer, para que conheçamos a sua origem. Diz ele que “escorre os medos do mar sem fundo”¹⁰³. Não há descrição magnífica de que Cabo se trata, ou se na realidade ele é mesmo o Cabo da Boa Esperança. Talvez ele seja também – é bem provável – símbolo de todos os cabos que os Portugueses passaram.

O episódio continua nesta segunda estrofe, aumentando o dramatismo. A nau aproxima-se da rocha, tanto que o “Mostrengo” questiona “de quem são as velas onde me roço?”. Tão perto estava a nau de naufragar que a rocha também sentia e ouvia as quilhas do barco. Os medos do Cabo são agora visíveis, porque está perto a travessia que ele teme. Num lamento enorme ele grita, como que a um pai ausente: “Quem vem poder o que só eu posso, / Que moro onde nunca ninguém me visse”¹⁰⁴, ou

¹⁰² Duas coisas parecem estranhas a quem ler “O Mostrengo”, sem conhecer Camões, ou nada de Pessoa. 1.º O título do poema, que parece artificial; 2.º O facto do Mostrengo se revelar, nos seus movimentos, caótico e dinâmico, como se fosse uma ave. Isto explica-se talvez pelo facto de, na sua versão original, este poema se intitular “O Morcego”, quando foi publicado no conjunto “Mar Português” que Pessoa publicou em Outubro de 1922, no n.º 4 da revista Contemporânea (Cf. Clécio Quesado, *Op. cit.*, 3.4.). O morcego simboliza, no Ocidente, a noite e sua natureza proibida. Na [Quinta da Regaleira](#), monumento maçónico em Sintra, o mundo subterrâneo é povoado por morcegos. Será que Pessoa pretendia simbolizar no Mostrengo a entrada na noite, no princípio da revelação dos mistérios pelas “naus da iniciação”?

¹⁰³ Curiosamente – ou talvez não – no poema “Ulisses” em “Os Castelos”, Pessoa diz-nos que “a lenda se escorre / A entrar na realidade”. Quer isto dizer que, como mito, o Mostrengo sustenta uma *realidade do medo*, que os portugueses anulam com as descobertas?

¹⁰⁴ Tornou-se comum a opinião de que Pessoa nunca se refere ao seu pai. Na realidade pensamos que há pelo menos um fragmento em que isso ocorre: “Meu pai, que vivia longe, matou-se quando eu tinha três anos e nunca o conheci” (Livro do Desassossego, 1.ª parte, Publicações Europa-América, pág. 209). Na realidade, Pessoa tinha cinco anos, a “idade de ouro”, a partir da qual nada será como dantes. A memória do pai é distante (“*vivia longe*”), como a de qualquer rapaz que se lembra

seja, quem vem ousar desafiar o mar revolto e perigoso, que é mar só para rochas e penedos, mar que ninguém visita de tão mortal e perigoso.

O piloto, hipnotizado, dá a mesma “resposta”, que ecoa para dentro e não em direcção da pedra alta. Ela está perdida na dúvida, aproveitando o desabafo, dizendo: “escorro os medos do mar sem fundo”. De que enfim lhe valera uma vida eterna de vigília, símbolo de medo “do mar sem fundo”, sozinha e angustiada, para agora ver-se naquela condição?

Análise linha a linha da terceira estrofe:

Três vezes do leme as mãos ergueu,
Três vezes largou o leme.

Três vezes ao leme as repreendeu,
Três vezes o voltou a segurar.
E disse no fim de tremer três vezes:
E, já recomposto do medo, teve a certeza de dizer:
«Aqui ao leme sou mais do que eu:
Conduzindo este barco eu represento.
Sou um povo que quer o mar que é teu;
Não só um piloto, mas todo um povo que quer o mar desconhecido.
E mais que o mostrengo, que me a alma teme
Superior ao medo do mostrengo, que até a alma abala de tão grande.
E roda nas trevas do fim do mundo,
Um medo de fim do mundo, enorme, intransponível.
Manda a vontade, que me ata ao leme,
Maior do que esse medo é a vontade que guia o piloto.
De El-Rei D. João Segundo!»
Mas esse piloto é símbolo, tal como o rei, da vontade e Destino de uma nação.

Análise contextual da terceira estrofe:

Dada a palavra ao “Mostrengo”, é altura de o piloto se pronunciar. De forma algo patética, Pessoa descreve o medo do piloto, que ergue as mãos do leme para depois o “reprender”. Será a pura força das ondas, ou a sua inexperiência e juventude, que contribuem em igual força para o seu embaraço? Não sabemos.

Sabemos que ele, depois de hipnotizado nas estrofes anteriores, ganha pulmão de poeta. Para espanto do leitor, o antes silencioso piloto, incapaz de dizer mais do que “D. João II”, clama agora de peito aberto as suas intenções. Diz ele – e Pessoa por ele – que ao leme (como na voz) é mais do que apenas um piloto, mas “um povo que quer um mar que é teu” (do Mostrengo). Diz ele ainda que mais do que o medo do “Mostrengo” lhe serve a vontade que o “ata ao leme”, a vontade “De El-Rei D. João Segundo”, ou seja, a vontade da empresa das Descobertas e da coragem da nação Portuguesa.

Depois do medo inicial, surge a certeza. Depois da coragem, a verdade¹⁰⁵.

de ter cinco anos e ele sente – com razão – nunca o ter verdadeiramente conhecido. Há igualmente a hipótese de ele, mesmo tão jovem, já perceber o distanciamento que o seu pai tinha dele. Teria afinal ele herdado do seu pai a solidão?

¹⁰⁵ António Cirurgião sugere que o poema é construído com a função de representar um ritual iniciático. Como prova indica o insigne autor a disposição formal do poema – as três estâncias e as três perguntas do Mostrengo ao homem do leme. Talvez por isso o homem do leme liberte na sua resposta final tal declamação, sente-se afinal *iniciado*, na posse da revelação do mistério do mar... (Cf. *Op. cit.*, pág. 164).

Epitáfio de Bartolomeu Dias

V

EPITÁFIO DE BARTOLOMEU DIAS

Jaz aqui, na pequena praia extrema,
O Capitão do Fim. Dobrado o Assombro,
O mar é o mesmo: já ninguém o tema!
Atlas, mostra alto o mundo no seu ombro.

Lusíadas: C. V, E. 44

Análise estilística do poema

Métrica

1 Quarteto. Todos os versos são decassilábicos.

Esquema rímico

Rima cruzada, grave.

Número de versos

4

Observações

Rima em cruz acentua a leitura do poema como epitáfio; estrutura de epigrama com uso de mnemônicas; ênfase no verbo “jazer” por inversão da ordem sintática; uso de metáforas (por ex. “Atlas (...)”); uso de alegoria (“Capitão do Fim”).

Este poema, seguindo uma análise que põe lado a lado os 12 poemas do “Mar Português” e os 12 signos do zodíaco, corresponderia ao signo de Leão. Signo da vida, da luz e da grandiosidade. O poema curto contrasta aparentemente com estes princípios, mas devemos lê-lo não no sentido da morte, mas do renascimento.

Bartolomeu Dias foi um navegador instruído também nas artes da astronomia e das matemáticas, com vasta experiência colonial. D. João II achou nele a figura ideal para a difícil – para alguns impossível – travessia do Cabo da Boa Esperança, ou Cabo das Tormentas, onde o Atlântico encontra o Índico.

Análise linha a linha da primeira estrofe:

Jaz aqui, na pequena praia extrema,
Está enterrado na pequena praia nos limites da terra.
O Capitão do Fim. Dobrado o Assombro,
O Capitão do fim (do mundo, o Cabo das Tormentas), que dobrou o Cabo.
O mar é o mesmo: já ninguém o tema!
Agora já ninguém teme o Cabo e aquele mar antes desconhecido.
Atlas, mostra alto o mundo no seu ombro.
Como Atlas, mostrou o mundo por inteiro, por sua vontade.

Análise contextual da primeira estrofe:

Curiosamente, ou talvez não, Pessoa não fala de Bartolomeu Dias em vida, mas só no seu epitáfio¹⁰⁶, depois de morto. Em vida, o poeta destaca o piloto da nau, que representa todo o povo Português. Mais uma vez o indivíduo é diluído no significado maior do seu próprio Destino.

¹⁰⁶ O “Epitáfio” segue-se logicamente ao “Morcego”? (v. nota à análise da 1.ª estrofe de “O Mostrengo”).

A grande ironia da morte de Dias, provavelmente fez com que fosse irresistível esta aproximação. De facto ele morreu em 1500, quando ia na expedição de Vasco da Gama à Índia, quando a nau que comandava naufragou junto ao Cabo que ele virara pela primeira vez na história, doze anos antes.

Camões pusera na boca do Adamastor a negra profecia: *“Aqui espero tomar, se não me engano/ De quem me descobriu suma vingança”* (C. V, E. 44).

Pessoa *faz-lhe o enterro*, dizendo que Dias “jaz (...) na pequena praia extrema”. Julgo tratar-se da pequena praia onde a expedição de Dias ancorou, dia 3 de Fevereiro de 1488, praia que ladeava o grande penhasco no fim de África, a 34 graus e 22 minutos de latitude Sul. Era ele nesse momento o “Capitão do Fim”, do fim do mundo, “dobrado o Assombro”, o Cabo que marcava o fim do mundo conhecido.

Depois de Dias, via-se que o “mar é o mesmo”, ou seja, que o fim do mundo era uma ilusão nascida do medo. Não havia razões para o temer. Para confirmar isso, Pessoa evoca comparativamente a figura de Atlas, figura mitológica de um titã condenado por Zeus a carregar para todo o sempre os céus nos seus ombros. Atlas é geralmente retratado segurando o globo terrestre nos ombros¹⁰⁷.

¹⁰⁷ António Cirurgião, seguindo a sua análise *sui generis* do poema “Infante D. Henrique” em “Timbre”, relembra que é este o mesmo “globo mundo” que segura o Infante D. Henrique. No entanto o Infante tem-lo “em sua mão”, o que subentende uma entrega, do “Atlas” para o “Infante” (*Op. cit.*, pág. 170).

VI

OS COLOMBOS

Outros haverão de ter
O que houermos de perder.
Outros poderão achar
O que, no nosso encontrar,
Foi achado, ou não achado,
Segundo o destino dado.

Mas o que a eles não toca
É a Magia que evoca
O Longe e faz dele história.
E por isso a sua glória
É justa auréola dada
Por uma luz emprestada.

2-4-1934

Lusíadas: C. VII, E. 1-13 (especialmente E. 4-5 e 8)

Análise estilística do poema

Métrica

2 Sextilhas. Versos de sete sílabas (redondilha maior).

Esquema rímico

Rima emparelhada, pobre.

Número de versos

12

Observações

Uso da rima pobre acentua os feitos menores dos navegadores que não eram portugueses; uso de metonímia (Colombo representa também todas as potências estrangeiras que usurparam o que era português); discurso na 1.^a pessoa do plural (como se fosse Portugal a falar); construção silogística – em forma de prova; uso de ironia; oposição entre o pronome “Outros” e o *nós*, implícito.

Este poema, seguindo uma análise que põe lado a lado os 12 poemas do “Mar Português” e os 12 signos do zodíaco, corresponderia ao signo de Virgem. Este signo ligado ao elemento terra expressa uma grande meticulosidade e detalhe em tudo o que faz, ao ponto de complicar o que pode parecer fácil.

Curiosa a colocação de um poema, dentro de uma “área reservada” às proezas nacionais, que se refere (aparentemente) a Cristóvão Colombo, descobridor da América ao serviço dos Reis de Espanha.

Mas é apenas curiosa para quem não conhece o episódio de Colombo. De facto o navegador, antes de ir oferecer os seus serviços a Espanha, veio á corte de D. João II com os seus planos. O seu irmão era cartógrafo em Lisboa e ele estivera muitas vezes em Portugal, navegara em naus nossas, conhecia bem as novidades da época, as rotas e os mais recentes mapas. Os conselheiros do Rei, no entanto, recusam-no, e com razão, porque os seus cálculos estavam totalmente errados: era impossível a Índia estar a poucos dias de navegação para Oeste da Europa.

Colombo foge, endividado, para Espanha. Fala com a Rainha Isabel a Católica. Espanha anseia por conquistas ultramarinas, para se equiparar a Portugal. Mas será apenas anos mais tarde, após

segunda audiência real e o apoio de um banqueiro influente que «O Genovês», conseguirá a sua frota. O risco valia a pena, por uma ínfima hipótese que fosse, mesmo que os especialistas de Espanha concordassem com os de Portugal nos erros de cálculo de Colombo.

Claro que Colombo, sem o saber, vem a descobrir a América. Pensando ter chegado à Índia, chama aos habitantes Índios. No regresso da primeira viagem, em 1493, pára nos Açores e depois de uma grande tempestade, aporta em Lisboa, onde se encontra com D. João II. O rei recebe-o com honras e deixa-o partir sem vingança ou amargura.

Análise linha a linha da primeira estrofe:

Outros haverão de ter
Outros navegadores hão-de ter.
O que houermos de perder.
O que Portugal não quis.
Outros poderão achar
Outros navegadores podem achar.
O que, no nosso encontrar,
Aquilo que nos escapou.
Foi achado, ou não achado,
Aquilo que não fomos nós a achar.
Segundo o destino dado.
Mas que foi o que o Destino nos deu.

Análise contextual da primeira estrofe:

O episódio Colombo marcou de certa maneira a época de ouro de Portugal, que poderia ser ainda mais dourada, se tivéssemos encetado na loucura de apoiar aquele navegador, como o fez Espanha. Pessoa, em vez de criticar essa falta de loucura (o que é curioso se nos lembrarmos do poema “D. Sebastião”, na primeira parte, onde ele diz: “Sem a loucura que é o homem / Mais que a besta sadia, / Cadáver adiado que procria?”), constrói uma subtil ironia¹⁰⁸ em volta deste tema.

“Outros haverão de ter / O que houermos de perder”, ou seja, Portugal não podia conquistar tudo, outros tiveram de ficar com as nossas “sobras”. E que grande “sobra” seria a América!

“Outros poderão achar / O que, no nosso encontrar, / Foi achado, ou não achado” – não é claro a que se refere Pessoa aqui. Parece que ele diz que Colombo (e outros navegadores) “acharam” o que Portugal já tinha “encontrado”. Alguns historiadores especulam que, secretamente, Portugal enviava missões de reconhecimento, que obviamente não eram divulgadas, e que, por exemplo no caso do Brasil, se sabia da existência de terra ali (“encontrar”), muitos anos antes de lá se aportar (“achar”). Mas talvez seja apenas mais uma referência irónica ao facto de Colombo se ter aproveitado de informação privilegiada no que toca a rotas e mapas de origem Portuguesa para a sua missão à América.

Análise linha a linha da segunda estrofe:

Mas o que a eles não toca
Mas eles (os Colombos) não são tocados como os Portugueses.
É a Magia que evoca
Pela Magia, o poder infinito.
O Longe e faz dele história.
O Destino, do conhecimento oculto que faz a história.
E por isso a sua glória
Por essa razão, a sua glória.
É justa auréola dada
É vã, não se confunde com a verdadeira.

¹⁰⁸ Era mesmo “Ironia” o título original deste poema, tal como foi publicado no n.º 4 da revista Contemporânea, em Outubro de 1922, num conjunto de poemas chamado “Mar Portuguese”.

Por uma luz emprestada.
Porque não é original, é subordinada e inferior.

Análise contextual da segunda estrofe:

A comparação a outros povos navegantes, na tradição de Camões¹⁰⁹, é feita agora, de forma indirecta por Pessoa. Não se refere ele aos gregos e aos romanos, mas aos “Colombos”.

A distinção que Pessoa acha, entre os Portugueses e os “Colombos”, é uma distinção de originalidade, quase de intenção pura. Este é um poema, e uma estrofe, dolorosos na sua escrita, quase magoados, se as palavras pudessem ter mágoa real. Há raiva contida, ódio: “O que a eles não toca / É a Magia que evoca / O Longe e faz dele história”. O poeta faz questão de indicar que quem rouba a luz original, quem usurpa a intenção, tem sempre uma “justa auréola dada / Por uma luz emprestada”. É essa a pena de querer enganar o Destino: uma luz falsa, emprestada glória.

¹⁰⁹ Veja-se a intertextualidade com o Canto VII d’*Os Lusíadas*.

VII

OCIDENTE

Com duas mãos – o Acto e o Destino –
Desvendámos. No mesmo gesto, ao céu
Uma ergue o facho trémulo e divino
E a outra afasta o véu.

Fosse a hora que haver ou a que havia
A mão que ao Ocidente o véu rasgou,
Foi a alma a Ciência e corpo a Ousadia
Da mão que desvendou.

Fosse Acaso, ou Vontade, ou Temporal
A mão que ergueu o facho que luziu,
Foi Deus a alma e o corpo Portugal
Da mão que o conduziu.

Lusíadas: C. VII, E. 14; C. X, E. 140

Análise estilística do poema:

Métrica

3 Quartetos. Primeiros três versos de cada estrofe são decassilábicos e o último hexassilábico.

Esquema rímico

Rima cruzada.

Número de versos

12

Observações

Estrutura em forma de tese (1.ª estrofe) e desenvolvimento (restantes estrofes); discurso na 1.ª pessoa do plural; ênfase nos lexemas “desvendar” e “mão”; uso de sintagmas (por ex. “facho trémulo...”); uso de antropomorfização; uso de poliptóton (por ex. “ergue”, “ergueu”); uso de anáforas (2 últimas estrofes); uso de metonímia (Ocidente, Brasil); uso de repetições.

Este poema, seguindo uma análise que põe lado a lado os 12 poemas do “Mar Português” e os 12 signos do zodíaco, corresponderia ao signo de Balança. Este signo (descendente) forma com Carneiro (ascendente) um eixo, opondo-se à unicidade de Carneiro (o “eu”) com a sua duplicidade (o “nós”). Esta oposição, no entanto é complementar (veja o uso de “uma” e “outra” no poema).

Cronologicamente, a aventura do Brasil (o “Ocidente”) surge depois, embora pouco depois, da aventura do Cabo da Boa Esperança. O Cabo é dobrado em 1488, o Brasil descoberto em 1500.

É para “Ocidente” que a atenção de Pessoa se vira agora, com este poema. Não é o Ocidente-Europa, mas o Ocidente-Brasil¹¹⁰.

Julgamos ser este um dos poemas que mais problemas levantam em termos de análise, vista a sua intrincada construção e delicado simbolismo¹¹¹.

¹¹⁰ Assim analisou também este poema Clécio Quesado (*Op. cit.*, 3.7.).

¹¹¹ É no entanto uma segunda versão, pois o original, intitulado “Os descobridores do Ocidente”, foi publicado no conjunto “Mar Português”, no n.º 4 da revista Contemporânea (Outubro de 1922).

Análise linha a linha da primeira estrofe:

Com duas mãos – o Acto e o Destino –
As duas vertentes da acção – a vontade e o Destino.
Desvendámos. No mesmo gesto, ao céu
Fizeram com que Portugal desvendasse – descobrisse.
Uma ergue o facho trémulo e divino
Um só gesto da vontade bastou para trazer luz divina.
E a outra afasta o véu.
Que afastasse a escuridão que cobria os novos mundos – o Brasil.

Análise contextual da primeira estrofe:

Fernando Pessoa usa mais uma vez uma metáfora humana para compreender uma realidade mais complexa. Desenha-nos a imagem de um corpo, que, com duas mãos desvenda a escuridão, sendo que uma afasta o véu do escuro e a outra ergue alto um facho de luz.

A primeira estrofe é assim um prólogo, em que se anunciam as “duas mãos”.

Uma mão corresponde ao “Acto”. Pensamos que essa mão é “a que afasta o véu”. É a mão direita e “o véu” representa o obstáculo do desconhecido.

Outra mão corresponde ao “Destino”. Essa mão é a “que ergue o facho”. É a mão esquerda e “o facho” representa a luz do conhecimento.

Uma das imagens conhecidas de Minerva ou Palas Atena para os romanos, representa a deusa da sabedoria com uma lança na mão direita e um facho aceso na esquerda. Não é descabido considerar a hipótese de Pessoa se ter inspirado nesta imagem na construção deste poema.

Análise linha a linha da segunda estrofe:

Fosse a hora que haver ou a que havia
Fosse por acaso ou determinação
A mão que ao Ocidente o véu rasgou,
Aquilo que motivou o rasgar do véu.
Foi a alma a Ciência e corpo a Ousadia
Certo é que era a ciência primordial e a coragem a outra parte.
Da mão que desvendou.
Daqueles que desvendaram.

Análise contextual da segunda estrofe:

Pessoa fala nesta estrofe da mão “que afasta o véu” (v. 1.^a estrofe), ou seja, do “Acto”. É a mão de que ele fala primeiro, porque o homem pensa que a acção é tudo e só depois reconhece que o Destino o comanda. Assim é a segunda estrofe, uma estrofe da acção (mão direita) e a terceira do Destino (mão esquerda).

As duas últimas estrofes iniciam-se com “Fosse”. Invoca Pessoa – opinião partilhada pelo iminente pessoano Clécio Quesado em *Labirintos de um “livro à beira-mágoa”* – a dúplice natureza da descoberta do Brasil, que não se sabe ao certo ter sido deliberada ou por acaso¹¹².

“Fosse a hora a haver” (intencional) “ou a hora que havia” (acaso). “Foi a alma a Ciência e o corpo a Ousadia / Da mão que desvendou”. Ou seja, tenha sido deliberada ou não, a descoberta não se faria sem a ciência dos navegadores, nem sem a ousadia dos mesmos na aventura. Fala Pessoa da acção – da aventura propriamente dita da navegação.

¹¹² Cf. Clécio Quesado, *Op. cit.*, 3.7.

Análise linha a linha da terceira estrofe:

Fosse Acaso, ou Vontade, ou Temporal
Fosse por acaso, pela acção ou por causa de uma tempestade.
A mão que ergueu o facho que luziu,
Que a mão do Destino chegou ao Brasil.
Foi Deus a alma e o corpo Portugal
Foi a sua essência Deus e só a vontade Portugal.
Da mão que o conduziu.
Daqueles que desvendaram.

Análise contextual da terceira estrofe:

Na terceira estrofe, Pessoa fala-nos da mão que “ergue o facho” (v. 1.^a estrofe), ou seja, do “Destino”.

“Fosse Acaso, ou Vontade, ou Temporal” – não se sabe ao certo como se chegou ao Brasil, se por acaso de sorte, por plano deliberado ou tendo as primeiras naus chegado lá por causa de um temporal inesperado, levadas da rota das Áfricas para a América. Mas o Destino (“a mão que ergueu o facho que luziu”) estava, mesmo se por um acaso, traçado.

De tal maneira estava Ele traçado que Pessoa nos diz que “foi Deus a alma e o corpo Portugal / Da mão que o conduziu”. Ou seja, a força divina de missão (“a alma”) estava no âmago dos navegadores, mesmo que eles (“o corpo”) não o soubessem. Deus conduziu o Destino deles, enquanto eles O ignoravam.

VIII

FERNÃO DE MAGALHÃES

No vale clareia uma fogueira.
Uma dança sacode a terra inteira.
E sombras disformes e descompostas
Em clarões negros do vale vão
Subitamente pelas encostas,
Indo perder-se na escuridão.

De quem é a dança que a noite aterra?
São os Titãs, os filhos da Terra,
Que dançam da morte do marinheiro
Que quis cingir o materno vulto
- Cingi-lo, dos homens, o primeiro -,
Na praia ao longe por fim sepulto.

Dançam, nem sabem que a alma ousada
Do morto ainda comanda a armada,
Pulso sem corpo ao leme a guiar
As naus no resto do fim do espaço:
Que até ausente soube cercar
A terra inteira com seu abraço.

Violou a Terra. Mas eles não
O sabem, e dançam na solidão;
E sombras disformes e descompostas,
Indo perder-se nos horizontes,
Galgam do vale pelas encostas
Dos mudos montes.

Lusíadas: C. X, E. 140

Análise estilística do poema:

Métrica

4 Sextilhas. Intercalam-se versos de 4, 8, 9 e 10 sílabas.

Esquema rímico

Rima emparelhada e cruzada em esquema aabcbc.

Número de versos

24

Observações

Ritmo irregular e macabro; pendor dramático da cena; atmosfera trágica; uso fluente de imagens e sons; uso de hipérboles (por ex. “uma dança sacode...”); reduplicação temática e formal, com uso de repetições (1.ª estrofe na 4.ª, 2.ª estrofe na 3.ª) constituindo uma espécie de super-quiasmo, que traduz uma sensação de “dança de roda”.

Este poema, seguindo uma análise que põe lado a lado os 12 poemas do “Mar Português” e os 12 signos do zodíaco, corresponderia ao signo de Escorpião. O mundo escorpiónico (regido por Plutão e pelo elemento água) é composto de elementos míticos e aterradores, vindos da profundidade emocional, sinal de uma fase zodiacal que permite ascender a uma consciência superior.

Fernão de Magalhães não é, ao contrário do que se possa entender numa primeira análise, uma figura histórica dos Descobrimentos Portugueses. Dissemos antes que Fernando Pessoa, em “Mar Português”, não fala de figuras, de indivíduos, e mantemos o que dissemos, mas com um esclarecimento devido, neste preciso poema que tem por título um nome.

Depois da empresa de Colombo, Magalhães ofereceu novamente aos reis de Espanha o acesso a Oriente navegando para Ocidente. Ainda dizem que a história não se repete! Certo é que Carlos V aceitou o desafio que D. Manuel I não se dignara sequer a ouvir. Magalhães servira muitos anos a coroa Portuguesa no Ultramar, mas sem grandes feitos históricos de monta, só sonhos. Chegara agora o seu momento. De 1519 a 1522 (ano da sua morte) a sua expedição circum-navega pela primeira vez o globo terrestre. Como apontamentos para a história: *Sebastian d'Elcano, na realidade comanda a última porção da viagem, visto que Magalhães morrera antes, em 1521, numa luta com nativos; o escravo de Magalhães, Henrique, é o primeiro homem a circum-navegar a Terra.*

Pessoa fala, para que fiquemos esclarecidos, sobre a obra de Magalhães – a circum-navegação – e não sobre Magalhães como herói dos Descobrimentos, porque na realidade Magalhães estava ao serviço da coroa Espanhola. Por isso fala, não do indivíduo, mas dos seus feitos, da viagem à volta da Terra.

Faz alguma confusão a maneira como Pessoa elogia Magalhães, mas quase vilipendia Colombo. Porque não é Magalhães um dos “Colombos”? Não ofereceu ele os seus serviços a Espanha, como Colombo? Não fez como Colombo uso dos seus conhecimentos adquiridos em Portugal, quando ao serviço de Espanha? Curiosamente para os Portugueses, Magalhães não é visto como um traidor. Portugal tende a “perdoar-lhe” a deserção. Não cabe aqui um estudo sociológico que explique o porquê, mas é um facto, já presente no inconsciente colectivo do país¹¹³.

Análise linha a linha da primeira estrofe:

No vale clareia uma fogueira.
No vale há a luz de uma fogueira acesa.
Uma dança sacode a terra inteira.
E uma dança faz tremer a terra.
E sombras disformes e descompostas
Sombras monstruosas.

Em clarões negros do vale vão
Que projectam a sua presença negra no vale.
Subitamente pelas encostas,
Sobem pelas encostas.
Indo perder-se na escuridão.
Perdendo-se de vista no escuro.

Análise contextual da primeira estrofe:

Fernando Pessoa prepara o ambiente para o poema, fazendo-nos imaginar uma cena soturna e escura: num “vale clareia uma fogueira” e uma “dança sacode a terra inteira”. São “sombras disformes e descompostas” que dançam e “em clarões negros” projectam as suas formas, enquanto sobem “pelas encostas. / Indo perder-se na escuridão”.

À semelhança do que fizera anteriormente, por exemplo com o “epitáfio de Bartolomeu Dias”, Pessoa tenta uma aproximação alternativa ao tema, compreendendo-se desde logo a sua intenção de essa aproximação tornar o leitor ciente da importância, não do indivíduo, mas do seu destino na História.

Sem desvendar ainda quem dança (fá-lo-á a seguir), percebe-se que se trata de uma comemoração, embora estranha, feita meio às escuras, por seres também eles “estranhos e escuros”.

¹¹³ A nossa opinião pessoal é que Fernão de Magalhães não é visto como uma figura pelo povo português, mas antes é confundido com a sua viagem à volta do mundo. Isso explicaria porque Pessoa não hesita em colocar só o nome do navegador como título do poema, quando não o faz nos restantes poemas da Segunda Parte.

Análise linha a linha da segunda estrofe:

De quem é a dança que a noite aterra?
Quem dança?
São os Titãs, os filhos da Terra,
São os Titãs, deuses filhos da Terra.
Que dançam da morte do marinheiro
Que comemoram a morte de Magalhães.
Que quis cingir o materno vulto
Magalhães que quis rodear a Terra com os braços.
- Cingi-lo, dos homens, o primeiro –,
Sendo o primeiro homem a fazê-lo.
Na praia ao longe por fim sepulto.
Mas ele está ao longe morto e enterrado.

Análise contextual da segunda estrofe:

Revela agora Pessoa a identidade das “sombras que dançam”, são Titãs. Os Titãs eram gigantes, filhos de Urano (o céu) e Gaia (a “Terra”).

Os Titãs comemoram a morte de Magalhães na sua *dança esquisita* (“dançam na morte do marinheiro”). Isto porque Magalhães quis “cingir o materno vulto”, ou seja, quis abraçar todo o perímetro do planeta (Gaia, mãe dos Titãs) na sua viagem. Quis ser “dos homens, o primeiro”, mas está “na praia ao longe por fim sepulto”, e isso serve de motivo de celebração para os gigantes, que se regozijam pela morte daquela ameaça. Regozijam-se também com o fracasso.

Análise linha a linha da terceira estrofe:

Dançam, nem sabem que a alma ousada
Dançam ignorando que (a alma de) Magalhães.
Do morto ainda comanda a armada,
A sua morte, não impediu, mas deu ânimo a que a armada continuasse.
Pulso sem corpo ao leme a guiar
A sua memória continuou a liderar (figurativamente).
As naus no resto do fim do espaço:
Pelo resto da viagem.
Que até ausente soube cercar
Até que, na ausência do Capitão.
A terra inteira com seu abraço.
A terra foi finalmente circunvagada.

Análise contextual da terceira estrofe:

A tragédia das duas primeiras estrofes esbate-se nesta terceira. Isto porque Pessoa revela-nos um Magalhães ainda vivo, mesmo se em memória.

“Dançam, nem sabem que a alma ousada, / Do morto ainda comanda a armada”. Além da sepultura, Magalhães troça das comemorações dos Titãs que, demasiado cedo, se julgam vencedores. É um facto que depois da morte de Magalhães em 1521, a armada continuou, com menos naus e novo comandante, até ao fim da viagem. Embora haja um novo capitão, Pessoa não dá Magalhães por desaparecido, julga-o reencarnado em força, é “pulso sem corpo ao leme a guiar”, ou seja, não é um morto (corpo sem pulso), mas uma alma sem corpo (“pulso sem corpo”) que ainda comanda a armada em espírito.

Que espanto! Pessoa acaba exclamando também a força indómita do navegador, que “até ausente soube cercar / A terra inteira com seu abraço”. Ou seja, mesmo ausente, a viagem era a sua e objectivo foi atingido também por sua acção directa.

Análise linha a linha da quarta estrofe:

Violou a Terra. Mas eles não
Ousou desvendar toda a Terra.
O sabem, e dançam na solidão;
Mas os Titãs não o sabem e continuam a dançar.
E sombras disformes e descompostas,
São sombras monstruosas.
Indo perder-se nos horizontes,
Que se perdem no horizonte.
Galgam do vale pelas encostas
Que galgam o vale e sobem as encostas
Dos mudos montes.
Para se perderem nos distantes montes.

Análise contextual da quarta estrofe:

Termina o poema com a conclusão da viagem, iniciada com Magalhães em vida, mas acabada por um outro capitão. Certo é que Magalhães “violou a Terra”. A palavra “violar” é usada no sentido de profanar, dessacralizar, tornar humano (da terra) o que antes era divino (do céu).

Os Titãs estão absortos nas suas danças e não sabem da conclusão da viagem. “Não / O sabem, e dançam na solidão”, “indo perder-se nos horizontes” “dos mudos montes”.

É triste novamente o tom que Pessoa emprega, tanto na *dança esquisita* dos Titãs, quer na *vitória esquisita* de Magalhães. Pois é (pelo menos) esquisita a designação de “violador da Terra”, não seu “descobridor” ou “revelador”. Como se as mãos de Magalhães fossem impuras, talvez porque se sente nelas a traição... Se Pessoa não chegou a incluí-lo nos “Colombos” – lembre-se que Camões, por sua vez, apelidou-o de “desleal” (C. X, E. 140) – não se coibiu pelo menos de tornar a sua glória menos intensa e luminosa¹¹⁴.

¹¹⁴ “De todos os poemas desta segunda parte da Mensagem este é certamente o que não acusa a menor participação directa ou indirecta da instância de enunciação lírico-narrativa (...) O poema é, de qualquer forma, carregado de um teor mais substancialmente trágico, até porque o personagem que nele se referencia, por várias indícios, tem o seu perfil e a sua história calcados no mito de Édipo” (in Clécio Quesado, *Op. cit.*, 3.8.).

Ascensão de Vasco da Gama

IX

ASCENSÃO DE VASCO DA GAMA

Os Deuses da tormenta e os gigantes da terra
Suspendem de repente o ódio da sua guerra
E pasmam. Pelo vale onde se ascende aos céus
Surge um silêncio, e vai, da névoa ondeando os véus,
Primeiro um movimento e depois um assombro.
Ladeiam-no, ao durar, os medos, ombro a ombro,
E ao longe o rastro ruge em nuvens e clarões.

Em baixo, onde a terra é, o pastor gela, e a flauta
Cai-lhe, e em êxtase vê, à luz de mil trovões,
O céu abrir o abismo à alma do Argonauta.

10-1-1922

Lusíadas: C. IX, E. 50-84

Análise estilística do poema

Métrica

1 Séptima e um terceto. Versos alexandrinos (12 sílabas).

Esquema rímico

Em ditongos, com exceção dos primeiros 2 versos. 4 em ditongo oral, 4 em ditongo nasal.

Número de versos

10

Observações

Majestade do ritmo (quase de procissão) com o uso da métrica mais nobre – a do verso alexandrino; uso de sons nasais; frases com requinte barroco; uso de hipérbatos (por ex. “da névoa ondeando...”); uso de verbos de movimento para acentuar o dinamismo da poética; uso de alegorias; uso abundante de orações, complementos adverbiais e aliterações (por ex. “o rastro ruge”); uso de metonímia (Gama torna-se um argonauta).

Este poema, seguindo uma análise que põe lado a lado os 12 poemas do “Mar Português” e os 12 signos do zodíaco, corresponderia ao signo de Sagitário. Na continuidade da “morte espiritual” em Escorpião, Sagitário representa a elevação, a “ascensão” para o reino superior de Júpiter/Zeus.

Vasco da Gama foi o grande herói da primeira expedição marítima à Índia, no ano de 1498. Regressou no ano seguinte a Portugal, tendo recebido grandes honras pelo seu feito, que deu seguimento ao plano de D. Manuel I de expansão do Império para Oriente.

Foi, de certa maneira, um herói improvável, porque o comando estava destinado ao seu irmão Paulo da Gama, que apenas não foi o comandante da expedição por estar doente, tendo apenas sido capitão de uma das naus que a constituíam.

Análise linha a linha da primeira estrofe:

Os Deuses da tormenta e os gigantes da terra
As tempestades (entre eles, o Mostrengo) e os obstáculos físicos (os Titãs).
Suspendem de repente o ódio da sua guerra
Perdem o seu aspecto ameaçador, porque são revelados como ultrapassáveis.
E pasmam. Pelo vale onde se ascende aos céus

Ficam sem áurea de mistério, são menores.
Surge um silêncio, e vai, da névoa ondeando os véus,
Pelo vale mítico em que almas ficam antes de ascenderem ao céu, surge um silêncio e uma névoa.
Primeiro um movimento e depois um assombro.
Primeiro acção e depois espanto.
Ladeiam-no, ao durar, os medos, ombro a ombro,
O movimento é contrário aos medos, desafia-os.
E ao longe o rastro ruge em nuvens e clarões.
E visto de longe o rastro do movimento gera grandes clarões, rompe.

Análise contextual da primeira estrofe:

Poema de construção confusa, a “Ascensão” é representativo, mais uma vez, da visão alternativa de Pessoa perante as figuras da história de Portugal¹¹⁵. Como fizera com Bartolomeu Dias, Pessoa não fala da vida de Gama, fala sim dos momentos depois da sua morte.

“Ascensão” é um termo cristão que significa simbolicamente a elevação de Cristo aos céus, depois da morte deste na cruz e da sua ressurreição. Ocorreu, segundo a Bíblia, 40 dias depois da ressurreição, num local chamado Monte das Oliveiras (Act 1, 10-11). No Evangelho de Lucas também é descrita a Ascensão (Lc 24, 36-53). Quanto a nós não há que confundir o momento da “Ascensão” com o momento da morte de Jesus na cruz, descrito em Mateus 27, 45-51, que é meramente o fim do “Martírio” e o princípio da “Ressurreição”, por muito que sejam similares as imagens de trovões, terremotos e espanto¹¹⁶.

Pessoa diz-nos primeiro que “Os Deuses da tormenta e os gigantes da terra / Suspendem (...) sua guerra”. “Deuses” é aqui usado no seu sentido pagão, de múltiplos deuses em contraste com o Deus único cristão. É o mesmo sentido usado por Camões, quando este refere quem domina as tempestades do mar. Os gigantes da terra são os Titãs (v. o poema “Fernão de Magalhães”).

Repare-se que “Os Deuses da tormenta” e os “gigantes da terra” estavam em guerra. Eram iníquos e consumidos no seu combate, de água contra rocha. Mas eles “pasmam”¹¹⁷. Porquê? Porque Gama aparece no meio, como intermédio da batalha iníqua ele destaca-se como aparte da guerra – iluminado, escolhido, santificado. “Pelo vale onde se ascende aos céus”¹¹⁸ – mistura de vale onde nascem oliveiras e Vale dos Mortos egípcio – “surge um silêncio, e vai, da névoa ondeando os véus”, ou seja, surge uma diferença, um momento sem tempo e fora da realidade material, mesquinha da guerra do mar contra a rocha, que “ondeia os véus da névoa”, que tira o véu ao que era escondido.

“Ladeiam-no (...) os medos / E ao longe o rastro ruge em (...) clarões”. Os medos ainda ameaçam, e são fortes opositores a que Gama ascenda, mas o movimento da alma daquele é rápido e devastador, num clarão (luz, conhecimento) que ilumina a escuridão (o desconhecido).

Poucos ascendem aos céus, é uma prerrogativa da própria linguagem bíblica que Pessoa aproveita. Além dos Portugueses serem um povo escolhido, mesmo entre eles, só alguns ascendem como Gama.

Análise linha a linha da segunda estrofe:

Em baixo, onde a terra é, o pastor gela, e a flauta

¹¹⁵ António Cirurgião refere este poema como uma réplica à “Ilha do Amor” (comumente chamada “Ilha dos Amores”) de Camões. (C. X, E. 76) (*Op. cit.*, pág. 182). Clécio Quesado também refere esta intertextualidade (*Op. cit.*, 3.9.).

¹¹⁶ Cf. Clécio Quesado, *Labirintos...*, 3.9.

¹¹⁷ Clécio Quesado indica mesmo que “*todos os (...) quatro elementos da “odisséia portuguesa (...) se tornam estáticos*”; são estes elementos: “Os deuses da tormenta” (Água), “os gigantes da terra” (Terra), a “névoa” e as “nuvens” (Ar) e os “clarões” (Fogo). (Cf. *Op. cit.*, 3.9.).

¹¹⁸ Será este vale aquele vale falado na obra de Zacharias Werner, *Os Filhos do Vale*, que – diz Yvette Centeno – Pessoa refere em alguns textos, nomeadamente nos fragmentos de *Subsolo*? Não sabemos. Mas o vale de Werner é um “vale interior”. Pessoa também alude a um vale, e a um percurso, da montanha de Herdemos, na Escócia a esse vale, no seu poema *Do Vale à Montanha*. (v. Yvette Centeno, *Fernando Pessoa e a Filosofia hermética...*, pág. 19 e Fernando Pessoa, *A Procura da Verdade...*, pág. 176). Na Bíblia há outra referência, a um vale de Josafá, onde iria decorrer o processo do Juízo Final, que o profeta Joel denomina o “Dia de Javé” (Jl 4,2).

Na terra, o pastor espanta-se.
Cai-lhe, e em êxtase vê, à luz de mil trovões,
Cai-lhe a flauta que toca, quando vê os trovões e os relâmpagos.
O céu abrir o abismo à alma do Argonauta.
O céu abre-se para a ascensão da alma de Gama.

Análise contextual da segunda estrofe:

O pastor, figura bucólica por excelência, representa a “terra”, em oposição aos “céus”. Há aqui, se quisermos analisar mais profundamente, uma conexão inconsciente com Alberto Caeiro, que era “guardador de rebanhos”, ou seja pastor. Caeiro era, em Pessoa, o elemento terra predominante, pois recusava a metafísica por inútil e estava alegre, contente em viver sem significados ou filosofia (céu)¹¹⁹.

“Em baixo, onde a terra é, o pastor gela / (...) em êxtase vê, à luz de mil trovões” – a “terra”, a parte diabólica que se opõe à parte divina, observa com espanto a ascensão que é também a revelação pela luz do que se esconde nas trevas humanas.

“O céu a abrir o abismo à alma do Argonauta”. Veja-se como é paradoxal que o céu seja um abismo¹²⁰ – é onde se perde a consciência e o desejo, um fim eterno em si mesmo, um infinito contraposto ao finito da existência humana. Não é um céu cristão, um paraíso, mas um “vórtice divino” em que caem as almas iluminadas e acaba a consciência individual. Gama é uma delas, um dos poucos eleitos entre a raça humana, e é escolhido pelo seu destino – de ser Argonauta.

Argonautas eram os tripulantes míticos da nau Argo, construída pela deusa Atena, em que Jasão foi na missão impossível de recuperar o Velo de Ouro à Cólquida.

¹¹⁹ António Cirurgião acrescenta que o facto da “flauta cair” das mãos do pastor simbolizar que a flauta, símbolo da poesia lírica, dever ser abandonada em favor da tuba, da poesia épica. Isto porque Gama é um herói épico, e não meramente um herói lírico. (*Op. cit.*, pág. 183).

¹²⁰ Como relembra Yvette Centeno, o abismo, o “Sem-Fundo” é Deus na definição de Jacob Böhme (1575-1624), cabalista cristão, alquimista e místico. (V. Yvette Centeno, «Filosofia Hermética na obra de Pessoa», in *Fernando Pessoa no seu Tempo*, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1988, pág. 56).

X

MAR PORTUGUÊS

Ó mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,
Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!

Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu.

Lusíadas: C. IV, E. 78-80, 90 e 94-104

Análise estilística do poema:

Métrica

2 Sextilhas. Alternadamente versos de 10 e 8 sílabas, excepto o segundo verso de cada sextilha, que tem 7.

Esquema rímico

Rima emparelhada, predominantemente masculina.

Número de versos

12

Observações

Discurso na 2.^a e 3.^a pessoas; uso de apóstrofes; tempo verbal muda constantemente, sugerindo um movimento circular; estrutura em dois movimentos (1.^a estrofe exclama e a 2.^a questiona); uso de contradições e oposições (positividade e negatividade, na 1.^a e 2.^a estrofes respectivamente); uso de paradoxos (por ex. final da 2.^a estrofe); uso de sintagmas.

Este poema, seguindo uma análise que põe lado a lado os 12 poemas do “Mar Português” e os 12 signos do zodíaco, corresponderia ao signo de Capricórnio. A essência deste signo está precisamente no cumprimento de uma obra nascida da vocação, mas sem que lhe falte um pouco de fatalismo (vindo do elemento terra, ligado ao destino).

Acaba com Vasco da Gama a epopeia dos heróis que Pessoa empreende na segunda parte de *Mensagem*.

O poema “Mar Português” é já um acrescento à história marítima, que agora, e mais uma vez lenta e progressivamente, deixa sequer de ser relatada em termos de figuras (elas próprias já sem personalidade, quase diluídas no Destino), para passar a ser relatada em termos de simbolismo absoluto.

Como temos vindo a lembrar, Pessoa faz isto de maneira intencional desde o início do livro. A *Mensagem* é, em bom rigor, um longo poema que vai do “real” para o “ideal”, do “físico” para o “metafísico”, do “passado” para o “futuro”. E porque o real é mais palpável do que o ideal, Pessoa escolhe uma linguagem progressivamente mais diáfana, menos concreta, à medida que avança no seu relato. Abandona também cada vez mais a epopeia em favor da profecia.

Análise linha a linha da primeira estrofe:

Ó mar salgado, quanto do teu sal
Ó mar, quanto do sofrimento que tens em ti.
São lágrimas de Portugal!
Não é o sofrimento, a dor, de portugueses?
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,
Por te terem cruzado, mães sofreram a morte dos filhos.
Quantos filhos em vão rezaram!
Filhos sofreram a morte dos pais.
Quantas noivas ficaram por casar
Noivas sofreram a morte dos seus prometidos.
Para que fosses nosso, ó mar!
Todo este sofrimento para conquistar o mar.

Análise contextual da primeira estrofe:

É este um dos poemas mais citados de *Mensagem* e sem dúvida um dos mais belos. Mas não nos devemos distrair pela lírica usada pelo poeta. Antes de mais é essencial reparar no subtil detalhe da colocação deste poema no todo de *Mensagem*.

Para Fernando Pessoa, o “Mar Português” é uma personagem, como é “Fernão de Magalhães” ou o “Mostrengo”. Mas Pessoa, se fosse pela lógica, teria falado do mar quando por exemplo falou do “Horizonte”. Não o faz porque quer falar do “Mar Português”. É o mesmo mar, mas é um mar diferente, é um mar feito símbolo do sofrimento e das Descobertas Portuguesas.

Aproxima-se o fim da “posse do mar” (*possessio maris*) e neste momento é-nos mostrado um mar que é já de Portugal.

Que mar é esse? É um “mar salgado”, cheio de um sal que “são lágrimas de Portugal”¹²¹. É um mar cheio também de algo invisível, mas que se sente: o sofrimento das mães a chorar, dos filhos a rezar em vão e das noivas “por casar”. Tudo pela conquista do mar. A tragédia marítima é uma tragédia humana, não é só feita de heróis, mas também é feita daqueles que esperam e sofrem pela causa comum.

Análise linha a linha da segunda estrofe:

Valeu a pena? Tudo vale a pena
Valeu a pena tanto sofrimento, tanta dor e sacrifício?
Se a alma não é pequena.
Para uma alma que ambiciona o tudo, nenhum sofrimento é demasiado.
Quem quer passar além do Bojador
Quem desejou passar o Bojador, dobrar cabos.
Tem que passar além da dor.
Aceita que tem de passar além da dor, que tem de aceitar o sacrifício, pela recompensa.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Deus fez o mar perigoso e como um abismo.
Mas nele é que espelhou o céu.
Mas também espelhou no mar o céu.

Análise contextual da segunda estrofe:

Tendo descrito as dificuldades e os sacrifícios na primeira estrofe, Pessoa agora pergunta-se a si próprio se “valeu a pena?”. A resposta é pronta, quase imediata, tornando a pergunta retórica: “Tudo vale a pena / Se a alma não é pequena”, ou seja, qualquer sacrifício vale a pena se desejarmos algo de grande para nós mesmos. O sacrifício é mesmo necessário, o martírio traz a salvação, os passos da Obra desenrolam-se rubros no forno até ao lápis final.

¹²¹ A imagem não é original, já Camões dissera: “as mulheres cum choro piadoso” (*Os Lusíadas*, IV, 89).

É a água, o elemento água, a paz, a solidão, a reflexão, o contínuo movimento de renovação e desafio que permite a revelação da profecia. Aqui, nesta segunda estrofe inicia-se a revelação desse objectivo mais alto da “alma (que) não é pequena”: o mar espiritual. É a água que simboliza a latência do sonho, a água nua, despida e apenas espelho ou abismo, que mostra e que esconde. Combinação proibida de opostos, como a própria poesia, que se por um lado comunica, nada diz de imediato, mas antes quer provocar em quem a lê a reflexão mais profunda ou a reflexão mais imediata, o abismo e o espelho.

Portugal, pátria à beira água é também pátria à «beira-mágoa». O sofrimento e a dor marcam a viagem às “ilhas afortunadas” da alma, – “Quem quer passar além do Bojador / Tem que passar além da dor” – porque nenhuma grande descoberta se faz sem sacrifício de monta e relevo. Esta alquimia, processo de integração dos desejos mais profundos e íntimos do ser, liga o desejo à metafísica de o realizar na carne. Dalila Pereira da Costa (in *op. cit.*) relembra, e bem, Jung, na sua análise do subconsciente como meio de alcançar a ligação entre os dois mundos, porque ténue terreno de fracas consistências e certezas palpáveis, senão pela intuição.

Pessoa foi mais longe, ao desdobrar-se em quatro (Caeiro, Campos, Reis e Soares) fez a chamada quadratura do círculo, antigo esquema alquímico em que o Eu permanece no centro, permeado pelo mediador, pelo *Logos*.

A procura dos opostos é ao que se resume a última porção da segunda estrofe: “Deus ao mar o perigo e o abismo deu / Mas nele é que espelhou o céu”. É similar esta passagem a outra, de Bernardo Soares, no *Livro do Desassossego* quando ele diz: “*Nunca nos realizamos, somos dois abismos: um poço fitando o céu*”¹²².

De notar ainda que este poema – em oposição com “velho do Restelo”¹²³ de Camões, apresenta uma visão positiva da história. Também Pessoa, à sua maneira, derrota o “velho do Restelo”, mas agora espiritualmente.

¹²² In Bernardo Soares, *O Livro do Desassossego*, 2.^a parte, Publicações Europa-América, pág. 22.

¹²³ *Os Lusíadas*, C. IV, E. 94-104

XI

A ÚLTIMA NAU

Levando a bordo El-Rei D. Sebastião,
E erguendo, como um nome, alto o pendão
Do Império,
Foi-se a última nau, ao sol aziago
Erma, e entre choros de ânsia e de pressagio
Mistério.

Não voltou mais. A que ilha indescoberta
Aportou? Voltará da sorte incerta
Que teve?
Deus guarda o corpo e a forma do futuro,
Mas Sua luz projecta-o, sonho escuro
E breve.

Ah, quanto mais ao povo a alma falta,
Mais a minha alma atlântica se exalta
E entorna,
E em mim, num mar que não tem tempo ou espaço,
Vejo entre a cerração teu vulto baço
Que torna.

Não sei a hora, mas sei que há a hora,
Demore-a Deus, chame-lhe a alma embora
Mistério.
Surges ao sol em mim, e a névoa finda:
A mesma, e trazes o pendão ainda
Do Império.

Lusíadas: --

Análise estilística do poema:

Métrica

4 sextilhas isostróficas. Primeiro, segundo, quarto e quinto versos são decassilábicos, terceiro e sexto são dissilábicos.

Esquema rímico

Rima emparelhada e interpolada em esquema aabccb.

Número de versos

24

Observações

Ritmo de velocidade vertiginosa; estrutura em dois movimentos simétricos de duas estrofes cada; uso de verbos de movimento, insinuando uma viagem de ida e volta; uso de antropomorfização ("o corpo e a forma..."); tonalidade emocional e subjectiva da 3.ª estrofe; uso de encavalgamentos que sugere a vertigem.

Este poema, seguindo uma análise que põe lado a lado os 12 poemas do "Mar Português" e os 12 signos do zodíaco, corresponderia ao signo de Aquário. Este é o signo de D. Sebastião (que nasceu a 20 de Janeiro) e o signo oposto de Leão (o Sol). Pode-se ler o poema como o exílio do Rei (Leão) para Aquário (o signo oposto).

“A última nau” aparece como uma espécie de *lead-in*, de introdução à Terceira Parte de *Mensagem*, que ainda não se iniciou. É este um período intermédio de poesia, palavras de *anoitecer*, saindo da luz (a vida) do que é conhecido em que fomos ainda guiados pelos sentidos, para entrarmos na escuridão completa da noite (a morte), onde apenas os símbolos nos vão guiar.

Inicia-se com este poema a anunciação da morte, com a qual virá a ressurreição da alma Portuguesa.

Análise linha a linha da primeira estrofe:

Levando a bordo El-Rei D. Sebastião,
A nau em que D. Sebastião foi para Alcácer-Quibir.
E erguendo, como um nome, alto o pendão
Ergueu pela última vez, alto um pendão (bandeira, sinal).
Do Império,
Que era o pendão do Império (material).
Foi-se a última nau, ao sol aziago
Quando a nau desapareceu no horizonte, contra o sol que morria.
Erma, e entre choros de ânsia e de presságio
Longe, enquanto em terra havia temores da expedição e presságios contra ela.
Mistério.
Ficou desaparecida, como no mistério da morte do Rei.

Análise contextual da primeira estrofe:

Refere-se Pessoa à *Mensagem* como livro escrito “à beira-mágoa” (v. *infra* “Os Avisos”, Terceiro). O inteligente jogo de palavras (mágoa – água) quer dar a entender o tríplice significado de escrever um livro à beira da água (do mar), ao mesmo tempo sentindo a mágoa de o escrever e o que depois vem da revelação (do mar enquanto espelho e abismo).

Em “A última nau”, Pessoa começa a expressar directamente essa mágoa, o lamento que lhe vai na alma. É como se Pessoa incorporasse, saindo como gostava do seu próprio corpo¹²⁴, todas as mães e todos os que viam a nau distanciar-se em direcção do horizonte.

Na primeira estrofe ele encarna os que ficaram na praia a ver a expedição de D. Sebastião partir. “A última nau”, que são todas as naus e nenhuma, “levando a bordo El-Rei D. Sebastião (...) Erguendo (...) alto o pendão / Do Império, / Foi-se / (...) entre choros de ânsia e de presságio”. A cena surge-nos aos olhos da alma, que se enchem de lágrimas, como aqueles que viam partir o Rei e com ele o Império Material. Novamente a dor, a própria morte são enaltecidas como necessárias para o renascimento, para a revelação do “Mistério” que ficou, quando o Rei se foi com a última nau.

O mundo antigo começa a morrer para que o outro novo mundo nasça. E com a morte do mundo antigo, vai o último mito¹²⁵. O primeiro tinha sido Ulisses. Mais à frente tentará Pessoa recuperá-lo.

Análise linha a linha da segunda estrofe:

Não voltou mais. A que ilha indescoberta
Desapareceu D. Sebastião (e com ele o velho Império Material).
Aportou? Voltará da sorte incerta
Em que ilha misteriosa aportou e voltará um dia?
Que teve?

¹²⁴ O sensacionismo pessoano leva-o a desejar “ser tudo de todas as maneiras” (V. Fernando Pessoa, *Portugal, Sebastianismo...*, pág. 160). “Porque quero tudo” sussurra com a voz de Álvaro de Campos (*Poesias de Álvaro de Campos*, pág. 119) para mais à frente dizer “Beijo na boca todas as prostitutas (...) Cometi todos os crimes (...) Multipliquei-me, para me sentir, / Para me sentir, precisei sentir tudo” («Passagem das Horas» in Fernando Pessoa, *Poesias de Álvaro de Campos...*, pág. 193). Este desejo de ser tudo culmina no “universalismo” que Pessoa considera ser a característica essencial do povo português (“Nunca um verdadeiro português, foi português: foi sempre tudo” in Fernando Pessoa, *Portugal...*, pág. 157).

¹²⁵ Cf. Clécio Quesado, *Op. cit.*, 3.11.

Conseguirá virar a sorte aziaga que o fez desterrado?
Deus guarda o corpo e a forma do futuro,
Deus é quem desenha o futuro dos homens.
Mas Sua luz projecta-o, sonho escuro
Mas revela-se apenas no mistério.
E breve.
No sonho escuro e breve.

Análise contextual da segunda estrofe:

Perdido D. Sebastião, pelo menos em corpo (“Não voltou mais”), é preciso que, para que o Destino avance, Pessoa pergunte como vamos lidar com o seu desaparecimento.

“A que ilha indescoberta / Aportou? Voltará da sorte incerta / Que teve?” – Pessoa invoca aqui, como o fez por exemplo no seu drama estático *O Marinheiro*, a mesma ilha misteriosa¹²⁶, na qual é possível aquilo que agora é impossível. É a mesma ilha longínqua que Jacinto do Prado Coelho identifica na *Mensagem*, dizendo-nos – lembrando Castro Meireles – que Pessoa desenha também “a história trágico-marítima de si próprio”¹²⁷.

O regresso de D. Sebastião – que Pessoa chega a considerar realmente possível pela transmigração das almas¹²⁸ – parece, de certa maneira, irrelevante porque “Deus guarda o corpo e a forma do futuro”. No entanto, se o Destino está certo, ele está guardado em mistério – “Sua luz projecta-o, sonho escuro / E breve” nos homens, que têm de o revelar. Nem todos o vão conseguir fazer.

Análise linha a linha da terceira estrofe:

Ah, quanto mais ao povo a alma falta,
Quanto mais a decadência toma conta de Portugal.
Mais a minha alma atlântica se exalta
Mais Pessoa se exalta pelos exemplos do passado.
E entorna,
O seu nacionalismo mítico enche-o.
E em mim, num mar que não tem tempo ou espaço,
Na sua mente, num plano que não é terrestre, mas infinito.
Vejo entre a cerração teu vulto baço
Ele pensa no mar e vê o vulto de D. Sebastião.
Que torna.
Vê que ele quer retornar.

Análise contextual da terceira estrofe:

É verdadeiramente confessional esta passagem. Aqui derrama Pessoa a sua frustração com a maneira como a sociedade de Portugal está estagnada e em decadência social, económica e cultural¹²⁹ – “Quanto mais ao povo a alma falta, / Mais a minha alma atlântica se exalta / E entorna”. De novo Pessoa pega num negativo (morte) para que surja um positivo (vida).

Ele vê-se a si mesmo claramente como alguém capaz de operar – ou pelo menos ter um grande papel – nesta regeneração nacional. Ele diz: “E em mim (...) Vejo (...) teu vulto baço / Que torna”. É ele – Fernando Pessoa – que vê, como vê um profeta, um Bandarra, um Vieira. Vê claramente o

¹²⁶ Diz a determinado momento, a Segunda Veladora, no drama estático «O Marinheiro»: “Sonhava de um marinheiro que se houvesse perdido numa ilha longínqua (...) o marinheiro vivia ali” (Fernando Pessoa, *Ficção e Teatro*, Publicações Europa-América, 1986, págs. 158-9).

¹²⁷ Jacinto do Prado Coelho, *Diversidade e Unidade em Fernando Pessoa*, Verbo, págs. 54-55.

¹²⁸ “A metempsicose. A alma é imortal e, se desaparece, torna a aparecer onde é evocada através da sua forma” (in Fernando Pessoa, *Portugal...*, pág. 150).

¹²⁹ O tempo que Pessoa dedicou a escrever ensaios e projectos para livros sobre Portugal, levam-nos a pensar que ele estava sempre preocupado com este tema. Destacam-se os seus artigos sobre o povo português, alguns deles publicados em *O Jornal* e na *Revista de Comércio e Contabilidade*, bem como a sua ideia da união Ibérica. (Cf. Fernando Pessoa, *Portugal... e Textos de Intervenção...*).

“vulto baço”, como se fosse para ele certo o regresso do Rei, embora fosse desfocada “o (seu) corpo e a (sua) forma” (v. segunda estrofe)¹³⁰.

Análise linha a linha da quarta estrofe:

Não sei a hora, mas sei que há a hora,
Não sabe Pessoa quando será (a hora).
Demore-a Deus, chame-lhe a alma embora
Mas tem a certeza que vai acontecer, mesmo que demore.
Mistério.
Vai acontecer, mesmo que todos só vejam o mistério.
Surges ao sol em mim, e a névoa finda:
Quando ele a vê, em revelação, a luz invade-o.
A mesma, e trazes o pendão ainda
É a mesma luz, a mesma nau, com o pendão.
Do Império.
O pendão alto do Império.

Análise contextual da quarta estrofe:

A certeza de Pessoa acha aqui nobre conclusão. “Não sei a hora, mas sei que há a hora”. De maneira peremptória o poeta não deixa dúvidas ao leitor – o regresso de D. Sebastião será uma realidade. Mas num futuro incerto.

Como tem ele tanta certeza? É fácil esconder a certeza em ambiguidade: “Demore-a Deus, chame-lhe a alma (...) / Mistério”. “Mistério” é afinal uma palavra que pode tomar diferentes significados. A certeza é uma certeza interior, firmada numa convicção de “iniciado”.

“Surges ao sol em mim e a névoa finda” – eis um bom exemplo do que acabámos de dizer. O sol (conhecimento) surge dentro dele (“em mim”) e a “névoa finda” (a ignorância). Simples e linear, embora esotérica, a linguagem de Pessoa é clara. A nau que ele vê, agora já totalmente simbólica é “a mesma”, que traz “o pendão ainda / Do Império”. Ou seja, o passado regressa igual, mas já mito, não para ser o mesmo, mas para alimentar uma nova realidade.

¹³⁰ Ver *Infra* a análise feita no poema “sem título” em “Os Avisos”.

XII

PRECE

Senhor, a noite veio e a alma é vil.
Tanta foi a tormenta e a vontade!
Restam-nos hoje, no silêncio hostil,
O mar universal e a saudade.

Mas a chama, que a vida em nós criou,
Se ainda há vida ainda não é finda.
O frio morto em cinzas a ocultou:
A mão do vento pode erguê-la ainda.

Dá o sopro, a aragem – ou desgraça ou ânsia –,
Com que a chama do esforço se remoça,
E outra vez conquistaremos a Distância –
Do mar ou outra, mas que seja nossa!

31-12-1921 / 1-1-1922

Lusíadas: C. I, E. 6-18; C. X, E. 146-156

Análise estilística do poema

Métrica

3 Quartetos. Versos decassilábicos.

Esquema rímico

Rima cruzada.

Número de versos

12

Observações

Ausência de encavalgamentos, predominando as pausas (uso de pontos finais); ritmo de prece, soluçada; uso de voz colectiva; uso de metáforas (por ex. a noite); uso de *aequivocatio* (significado da chama); dialéctica morte/vida; dialéctica presente/passado/futuro (e correspondente desenvolvimento poético na 1.^a, 2.^a e 3.^a estrofes).

Este poema, seguindo uma análise que põe lado a lado os 12 poemas do “Mar Português” e os 12 signos do zodíaco, corresponderia ao signo de Peixes. O signo Peixes representa uma oposição ao materialismo e uma grande devoção do divino e do pleno idealismo. Como último signo zodiacal, representa o fim do ciclo evolutivo psíquico e a passagem a um estado superior (veja-se a curiosidade do mesmo poema ter sido escrito na passagem de ano de 1921 para 1922, ou seja, no período ideal para um renascimento).

A “Prece” surge como princípio da *noite* do “Mar Português”, sendo que o *dia* havia começado com o poema “O Infante”¹³¹.

Se “O Infante” é todo ele potência, dever-ser, ambição, mesmo que permeado já por um sabor amargo a derrota futura, “Prece” é um poema totalmente escurecido, rendido às evidências da história, sem esperança numa realidade que falhou, de uma sorte que se mostrou impiedosa e mortal.

¹³¹ Cf. Clécio Quesado, *Op. cit.*, 3.12. O autor acha ainda ligações deste poema com *Os lusíadas*. C. I, E. 6-18 e C. X, E. 146-156, respectivamente.

A prece que Pessoa dirige ao infinito, não é uma prece de esperança, mas uma prece de consequência. Sejam mais claros: ele pensa o Império perdido, não pensa um Império que poderá ser reconstruído. Pessoa *pede*, não por um renascimento, mas por uma reencarnação. O Império morreu. Se reencarnar, não reencarnará – como Jesus Cristo – homem (matéria), mas sim infinito, divindade.

Análise linha a linha da primeira estrofe:

Senhor, a noite veio e a alma é vil.
Senhor, o Império acabou (desceu sobre ele a noite), sucumbiu pelo desejo e mesquizez.
Tanta foi a tormenta e a vontade!
Foram tamanhos os sacrifícios e a força de vontade para o conquistar.
Restam-nos hoje, no silêncio hostil,
E o que nos resta hoje, é o silêncio.
O mar universal e a saudade.
O mar já unido pelas nossas rotas e uma imensa saudade do que já não existe.

Análise contextual da primeira estrofe:

Fala Pessoa do presente, de como ele sente no presente a história de Portugal. Diz-nos que “a noite veio”, ou seja, que agora só há morte, nada existe do corpo vivo que era o Império material. “A alma é vil”, e claro que isso implicou que pelos motivos errados se fizesse a expansão. Motivos errados levam a fim certos, e “tanta foi a tormenta e a vontade!”. Parece que para nada...

O que resta “no silêncio hostil” é “O mar universal e a saudade”¹³². É desta forma, implacável e algo redutora, que Pessoa resume as conquistas do Império Português em África e na Índia (Oriente). Com a morte da *posse do mar*, com o fim do “Mar Português”, nada resta, só silêncio e saudade. O mar é universal – é de todos e uno, conhecido – mas isso é pouco “se a alma não é pequena” (v. poema “Mar Português”).

Análise linha a linha da segunda estrofe:

Mas a chama, que a vida em nós criou,
Mas o Destino glorioso dos Portugueses.
Se ainda há vida ainda não é finda.
Não morreu com a morte do Império, porque ainda há vida.
O frio morto em cinzas a ocultou:
O Destino está nas cinzas do Império, à espera, em mistério.
A mão do vento pode erguê-la ainda.
Cabe a Deus mover as cinzas e ao homem revelá-las em vida.

Análise contextual da segunda estrofe:

Há na morte – quem o pensaria – uma réstia de esperança. Isto porque “a chama, que a vida em nós criou”, a origem, Deus nos seus desígnios, “se ainda há vida ainda não é finda”. Não é uma paráfrase do velho provérbio, *enquanto há vida há esperança*, nada disso. Pessoa diz antes que *depois da morte há nova vida e nova esperança*. A vida é o tudo que é o nada – como o mito. Espera ser reanimada, reimplantada com novos planos e objectivos.

A esperança, no entanto, é resultado de aceitarmos a morte: “O frio morto”. A morte é essencial para a ressurreição. Isto porque nada na morte se perde, senão aquilo que era para ser perdido: “a chama”, o essencial, nunca se perdeu, “não é finda”.

¹³² Não cremos que a saudade para Pessoa tenha o mesmo significado que tinha para os seus contemporâneos. Lembramo-nos de uma passagem em que ele diz: “*eu não sou pessimista, sou triste*” (in *Livro do Desassossego*, 1.ª parte, pág. 245). A saudade deve por isso, pensamos, ser analisada em Pessoa como tristeza. Isso pode colidir com a tradição da filosofia da saudade, por autores como Leonardo Coimbra ou Teixeira de Pascoais. Não é a essência de Portugal que reside na saudade, mas antes a saudade que reside na essência de Portugal. (contra António Cirurgião, *Op. cit.*, págs. 194-5). Cf. também o poema “Antemanhã” em “Os Tempos” [no qual a saudade é “mau (...) sono” e “triste (...) sonhar”].

“O frio morto em cinzas a ocultou”. Pessoa quer dizer que “a chama” foi ocultada pela morte (“o frio morto”) “em cinzas” (em mistério – vida latente, sem ser animada pelo mito). O “vento pode erguê-la”. Como pode o vento, que destrói as cinzas, erguer uma chama? No paradoxo depois da morte, tudo é possível, e é necessário que as cinzas desapareçam, que a noite seja revelada, para a chama de novo aparecer.

“A mão do vento” é de Deus, guiando os homens nas suas acções, pelos mistérios.

Análise linha a linha da terceira estrofe:

Dá o sopro, a aragem – ou desgraça ou ânsia –,
Dá-nos o sopro, a motivação, início de acção – seja acontecimento de desgraça ou ânsia.
Com que a chama do esforço se remoça,
Para que novamente a chama antiga (o Destino) se rejuvenesça.
E outra vez conquistaremos a Distância –
Novamente conquistaremos então a Distância – o Horizonte.
Do mar ou outra, mas que seja nossa!
Mas pode não ser a Distância do mar, a que poderá agora ser nossa.

Análise contextual da terceira estrofe:

A terceira estrofe é verdadeiramente a estrofe onde aparece “o pedido” que Pessoa endereça ao infinito. Depois de explanar nas outras estrofes o motivo porque iria pedir, Pessoa pede finalmente e pede “o sopro, a aragem – ou desgraça ou ânsia – / Com que a chama do esforço se remoça”. Que pede ele afinal?

Vejamos que no fim da segunda estrofe Pessoa diz que “a mão do vento pode erguê-la ainda”. A mão do vento é Deus, o infinito, é quem “dá o sopro, a aragem”. Esse sopro, essa força, esse movimento, é para levantar as cinzas, a que Pessoa se refere na segunda estrofe. É preciso levantar as cinzas – revelar o mistério e começar novamente do nada – para que a chama se reacenda no que tem de original e poderoso, para que regresse a antiga vontade pura de descobrir.

“E outra vez conquistaremos a Distância”. Não a distância do “Horizonte” (v. poema II, Mar Português), mas sim a distância de uma outra linha ainda mais indefinida e misteriosa. “Do mar ou outra, mas que seja nossa!”. Diz Pessoa que pode ser do mar, mas na verdade sabe que novamente não pode ser do mar. Já houve a morte e não há lugar agora à ambição de possuir novamente o mar, a posse terá de ser de algo superior, imaterial, na construção de um Império que já não é Império da carne, mas do indefinido, imaterial: o início de um Império Espiritual¹³³.

Terceira Parte

¹³³ Não raras vezes se confunde o “Império Espiritual” com o “Império Cultural”. Serão efectivamente a mesma coisa, dois lados da mesma moeda? Parece-nos que o Império que Pessoa funda no mito bíblico é em essência “espiritual”, ou seja, tem raiz espiritual, mas concretiza-se na “cultura”. Pessoa reúne vários factores para sustentar as suas teorias: a universalidade da alma portuguesa, as conquistas dos descobrimentos enquanto acto de cultura, as profecias bíblicas e do Bandarra, a língua portuguesa, a herança latina de Portugal, a existência de um mito forte que substitua Cristo na cruz e funde nova religião, o ecumenismo da alma portuguesa, o impulso criativo da partida... são muitos os elementos e mesmo assim são poucos. A *Mensagem* faz parte de uma exortação pensada, racional, que leva tudo isto em consideração. Não é por isso impulsiva a intenção de Pessoa, quando invoca o futuro “Império Espiritual”. (Cf. António Quadros, *Fernando Pessoa, Vida...*, págs. 257-62). É correcta então a visão de Octávio Paz quando diz ser este um “livro fabricado (...) nascido das especulações e não das intuições do poeta”? (in Octávio Paz, *Fernando Pessoa Desconhecido de Si Mesmo*, Vega, 2.^a edição, pág. 37). Não nos parece. Como pode um ocultista, um esotérico não ser também um intuitivo? Mas para desmentir Octávio Paz não temos de o contradizer, basta-nos ler o poema “As Ilhas Afortunadas” em “Os Símbolos”.

TERCEIRA PARTE

O ENCOBERTO

Pax in Excelsis.

A “Distância” a que Fernando Pessoa se refere no último poema da segunda parte “Prece”, é o que de seguida se vai anunciar, neste terceira parte, intitulada “O Encoberto” e escrita na sua maioria depois de 1928.

Esta “Distância” anuncia-se pelos “Símbolos”, pelos “Avisos” e afirma-se triunfantemente através do negrume dos “Tempos”¹³⁴.

Teremos de adoptar a partir de agora uma interpretação hermética da linguagem Pessoaana. Cabe por isso esclarecer um pouco melhor o porquê desta divisão da *Mensagem* em três partes e como “O Encoberto” surge nesta divisão. Yvette Centeno, insigne Pessoaana, diz-nos que a divisão em três da *Mensagem* pode ser traduzida do seguinte modo: “*Surge do nevoeiro o corpo de Mensagem: Brasão, Mar Português, O Encoberto – ou fixação (conquista do território), dissolução (expansão marítima), sublimação (anulado o corpo renasce a Fénix do espírito). A divisão e interpretação que nos sugere é de estrutura hermética, alquímica. E profética, pois na Mensagem o que se coloca é o mito do destino pátrio relido e actualizado em novas coordenadas: não as do mundo, como outrora, mas as da alma*”¹³⁵.

Também será valiosa a compreensão do fenómeno do Sebastianismo, a que vamos recorrer com frequência de agora em diante, mas que aqui não esgotaremos, para não nos repetirmos.

Essencial é saber que título “O Encoberto” avisa-nos – jogando com os epítetos de D. Sebastião que fora “O Desejado” antes de nascer e “O Esperado” depois de morto em batalha – que se vai falar de mistérios, de realidades por revelar. Fala de uma História do Futuro, como o Padre António Vieira, porque relata uma profecia na esperança sincera de ela ser realidade. Usando o mito mais forte em Portugal – Pessoa equipara D. Sebastião, em força, a Jesus Cristo – pretende o poeta iniciar uma revitalização da alma nacional. “O Encoberto”, nas palavras de António Quadros, “*não é apenas um puro símbolo regenerativo, é o Imperador do Quinto Império (...) porque (...) surgindo áureo (...) da morte iniciática (...) trará consigo a luz do etéreo, revelará o Santo Graal perdido e fará dissipar o nevoeiro que envolve a pátria criadora de nações*”¹³⁶.

“Pax in Excelsis” é comumente traduzido por “Paz nas Alturas” mas pode querer dizer “Suprema Paz”¹³⁷ e é uma mensagem de paz e fraternidade. Pessoa lança nesta terceira parte “*um apelo à unidade e à universalidade*” (como bem indica Robert Bréchon no seu *Fernando Pessoa, Estranho Estrangeiro*), usando um vocabulário de matriz Rosa-cruciana¹³⁸.

¹³⁴ Agostinho da Silva, *Um Fernando Pessoa*, pág. 23

¹³⁵ Yvette Centeno, «Filosofia Hermética na obra de Pessoa», in *Fernando Pessoa no seu Tempo*, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1988, págs. 56-7. Também António Cirurgião insinua a divisão tripartida como simbólica, respectivamente, da terra; da água e do ar e fogo (Cf. *Op. cit.*, pág. 198).

¹³⁶ António Quadros, «Heteronímia e Alquimia ou do Espírito da Terra ao Espírito da Verdade» in *Fernando Pessoa, vida, personalidade e génio*, D. Quixote, 5.^a edição, 2000, pág. 289.

¹³⁷ Lembra uma passagem bíblica: “*dicentes benedictus qui venit rex in nomine Domini pax in caelo et gloria in excelsis*” / “*Bendito seja Aquele que vem como Rei, em nome do Senhor! Paz no Céu e glória no mais alto do Céu*” (Lc 19,38). Refere-se ao momento em que Jesus entra em Jerusalém, montando um jumento (cumprindo uma profecia antiga de Zacarias, vide em Zc 9,9) e é aclamado como o Messias.

¹³⁸ Ver o texto manuscrito do próprio Fernando Pessoa intitulado «Sobre a Mensagem» in Fernando Pessoa, *Mensagem*, Publicações Europa-América, pág. 171-2.

Uma nota para o número de poemas desta parte: 13, três secções, duas com cinco e uma com três. Curiosamente é no Apocalipse 13 que surgem referências ao Falso Profeta. Deve-se avisar o leitor de qualquer texto oculista, como pensamos ser a *Mensagem*, para evitar leituras literais. Muitas das vezes o autor “diz” o oposto do que “escreve”...

Postulamos ainda que a terceira parte da *Mensagem* é, no percurso da *gnosis* pessoana, dedicada ao tema da Religião do Encoberto (ver análise ao poema “O Encoberto” na terceira parte).

Os Símbolos

D. Sebastião

I

OS SÍMBOLOS

PRIMEIRO

D. SEBASTIÃO

Esperai! Cai no areal e na hora adversa
Que Deus concede aos seus
Para o intervalo em que esteja a alma imersa
Em sonhos que são Deus.

Que importa o areal e a morte e a desventura
Se com Deus me guardei?
É O que eu me sonhei que eterno dura,
É Esse que regressarei.

Lusíadas: --

Análise estilística do poema

Métrica

2 quartetos. Primeiro e terceiro versos da primeira estrofe têm 12 sílabas, o segundo e o quarto 6. Na segunda estrofe o esquema é igual, excepto o quarto verso, que tem 8 sílabas.

Esquema rímico

Rima cruzada, de ritmo irregular.

Número de versos

8

Observações

Discurso na 1.ª pessoa; uso de metáforas (por ex. “na hora adversa”); uso de hipóstase (homem transforma-se em Deus); uso de repetições [por ex. referências (expressas ou implícitas) a Deus]; segunda estrofe em forma de interrogação e resposta; oposição entre a primeira estrofe (passado) e a segunda (presente e futuro), que tem por mediador o “sonho”; uso de polissíndeto e redundâncias.

Base de partida: o corpo morto de Portugal. Pessoa falará na Terceira Parte já não da morte, mas do renascimento, ou melhor ressurreição, porque não é o mesmo corpo que renasce, mas a alma dele que – mesmo animando o mesmo corpo – já é diferente.

A morte é um estado transitório. Não concordamos com a divisão de Dalila Pereira da Costa que identifica a Terceira Parte com a morte¹³⁹. A *dissolução* ocorre no final da segunda parte. A terceira parte é já o processo de ressurreição do “corpo morto” – os passos alquímicos para atingir, depois da morte, a verdade iniciática, o fim em si mesmo, infinito de onde não há regresso.

A terceira parte é dividida também ela em três. Podem ser reduzidos a três os passos essenciais para a *Obra (Opus)* do alquimista, na procura incessante do ouro espiritual, ou *lapis*. São esses

¹³⁹ Dalila Pereira da Costa, *op. Cit.*, pág. 166.

passos denominados como *nigredo* (o negro, ou a morte), *albedo* (o branco, a memória e a distância) e *rubedo* (o vermelho, sublimação e expressão da verdade iniciática)¹⁴⁰.

Parece-nos que Pessoa desenha os passos da *Obra*, dividindo-a por “Símbolos”, “Avisos” e “Tempos”. Não parece haver correspondência directa com os passos alquímicos, a não ser em algumas passagens que serão evidenciadas atempadamente. A linguagem não é uma linguagem certa, pseudo-científica, mas sim, como indicámos antes – uma *história do futuro*.

Pegando nos “Símbolos” e tendo em conta “Os avisos”, ao longo de “Tempos” determinados, achar-se-á o produto final, o ouro espiritual, o conhecimento verdadeiro. É como um processo alquímico, mas transfigurado em processo histórico ainda por acontecer, mas já previsto pelo Destino, pela “mão de Deus”.

O primeiro “Símbolo” é D. Sebastião. Note-se que é “D. Sebastião” e não “D. Sebastião – Rei de Portugal” como nas “Quinas”. Isto quer dizer que Pessoa invoca agora o símbolo mais perto de estar completo, o mito quase puro e não o homem, a realidade. Lentamente Pessoa livrou-se da “carne” para ficar com a essência do mito – confirma-se que é este um processo que se desenrola ao longo de todo o livro, num *degradeé* lento e intencional. Mais uma vez, colocando-o como primeiro símbolo, Pessoa reforça também a visão de D. Sebastião como o mito fundador de um novo Portugal¹⁴¹.

Análise linha a linha da primeira estrofe:

Esperai! Cai no areal e na hora adversa
D. Sebastião pede tempo. Depois cai no areal, morto.

Que Deus concede aos seus
A morte é a hora adversa que Deus concede aos seus.
Para o intervalo em que esteja a alma imersa
A morte é um intervalo em que a alma está imersa.
Em sonhos que são Deus.
Imersa em sonhos que são Deus.

Análise contextual da primeira estrofe:

Segundo as narrativas da Batalha de Alcácer-Quibir, pouco antes da sua morte nos areais de Marrocos, o Rei terá dito estas palavras: “*morrer, sim, mas devagar*”¹⁴². Pode ser o “Esperai!” de Pessoa uma interjeição que lembre os últimos momentos do Rei, porque ele “cai no areal e na hora adversa”.

A “hora adversa” é a hora da morte, “que Deus concede aos seus”.

A morte é vista por Pessoa como momento transitório: “o intervalo” em que está “imersa / Em sonhos que são Deus”. Não é portanto um estado permanente, sem retorno, mas apenas uma transição, uma passagem da vida que conhecemos para outra vida futura.

Esta opinião é coincidente com a teoria metafísica da metempsicose ou transmigração da alma de um corpo para outro, depois da morte. A alma *espera* transitoriamente no reino dos mortos, para ocupar mais tarde outro corpo¹⁴³.

¹⁴⁰ Em 1944, C. G. Jung, com a sua obra *Psicologia e Alquimia* (*Psychologie und Alchemie* no original), viria a transportar para a psicologia estes termos alquímicos, considerando os passos da Obra, como passos do Individualismo na integração dos contrários na personalidade.

¹⁴¹ É de grande importância a nova religião que Pessoa pretendia fundar, baseada no mito de D. Sebastião. Ver a este respeito *Infra* a análise feita ao poema “O Encoberto” em “Os Símbolos”.

¹⁴² Ver a descrição da batalha em J. M. de Queiroz Velloso, *D. Sebastião 1554-1578*, Empresa Nacional de Publicidade, 1935.

¹⁴³ Cf. Fernando Pessoa, *Portugal...*, pág. 150.

Análise linha a linha da segunda estrofe:

Que importa o areal e a morte e a desventura
A morte no areal de Marrocos, e mesmo a desventura, não são importantes.
Se com Deus me guardei?
Porque a alma do Rei D. Sebastião está guardada.
É O que eu me sonhei que eterno dura,
Quem a guarda é Deus, e a memória do Rei feita já Mito.
É Esse que regressarei.
Será esse Mito que regressará – ou seja, El-Rei já noutro corpo.

Análise contextual da segunda estrofe:

Para quem acredita na imortalidade da alma, a morte não tem significado. Por isso Pessoa diz: “que importa o areal e a morte e a desventura”¹⁴⁴. A alma, a essência, permanece, *guardada em Deus*.

Não quer dizer que seja o próprio Rei que permanece igual. O que permanece é mais do que apenas a figura do Rei, que é humana. Pessoa fala-nos da essência dos seus actos e da sua coragem – o seu mito: “O que eu me sonhei” é “que eterno dura”.

Divinizada é, não a figura de D. Sebastião – como pensa erradamente António Quadros¹⁴⁵ – mas sim a importância renovadora do seu mito. O mito injectará nova vida no que está morto (o corpo de Portugal) e é “Esse” que regressará¹⁴⁶.

Diz Clécio Quesado que aqui se encontra uma continuação do poema “Prece”¹⁴⁷. Não nos parece. Não é o “Senhor” da “Prece” que aqui fala, mas o próprio D. Sebastião, enquanto símbolo. A voz de Deus nunca é concreta em *Mensagem*, porque Deus não fala ao homem, Deus esconde-se do homem pelos mistérios: esse é um dos princípios basilares do conhecimento oculto.

¹⁴⁴ No poema ortónimo “Iniciação” encontramos a seguinte – e complementar passagem: “*Neófito, não há morte*”, ou seja, o iniciado sabe que a alma é eterna e renascerá noutro corpo. Segundo Leadbeater – um místico favorito de Pessoa – não era o corpo que possuía a alma, mas “*a alma a ser revestida por sete corpos: o físico, o emocional, o mental, o intuicional, o espiritual, o monádico e o divino*” (Paulo Urban, «*Pessoa Oculta em Pessoa*», in *Revista Planeta* nº 381, Brasil, Junho 2004).

¹⁴⁵ António Quadros, *Poesia e Filosofia do Mito Sebastianista*, pág. 117 e segs.

¹⁴⁶ António Mateus Vilhena lembra que dos “*grandes protagonistas pessoanos da história lusitana se poderá afirmar que quanto mais sozinhos (e sonhadores também) mais geniais e criadores de civilização, mais aptos a exercer essa quase demiúrgica capacidade de transformar as trevas em luz, o caos em cosmos. Como se o poeta e os seus heróis pertencessem a uma mesma dinastia!*” (in *Op. cit.*).

¹⁴⁷ Clécio Quesado, *op. Cit.*, 4.1.1.

O Quinto Império

SEGUNDO

O QUINTO IMPÉRIO

Triste de quem vive em casa,
Contente com o seu lar,
Sem que um sonho, no erguer de asa,
Faça até mais rubra a brasa
Da lareira a abandonar!

Triste de quem é feliz!
Vive porque a vida dura.
Nada na alma lhe diz
Mais que a lição da raiz –
Ter por vida a sepultura.

Eras sobre eras se somem
No tempo que em eras vem.
Ser descontente é ser homem.
Que as forças cegas se domem
Pela visão que a alma tem!

E assim, passados os quatro
Tempos do ser que sonhou,
A terra será teatro
Do dia claro, que no atro
Da erma noite começou.

Grécia, Roma, Críandade,
Europa – os quatro se vão
Para onde vai toda idade.
Quem vem viver a verdade
Que morreu D. Sebastião?

21-2-1933

Lusíadas: C. I, E. 24

Análise estilística do poema

Métrica

5 Quintilhas. Versos em redondilha maior (7 sílabas).

Esquema rímico

Rima em esquema abaab.

Número de versos

25

Observações

Estrutura do poema em cinco estrofes com cinco versos, representa simbolicamente os cinco impérios; divisão do poema em duas partes (1.ª parte até aos versos finais da 3.ª estrofe); uso de anáforas (entre a 1.ª e 2.ª estrofes); uso de oposições e contrastes; uso de metáforas (por ex. “Tempos do ser”); uso de analogias (tempos do ser, tempos do mundo); uso de antíteses e paradoxos (1.ª parte do poema).

Que mito/símbolo considera Pessoa mais importante depois do símbolo magno que é D. Sebastião? O poeta escolhe “O Quinto Império”. Como bem indica António Quadros, “o advento do Quinto Império *“depende do regresso do Encoberto, após o seu martírio e a sua morte”*”¹⁴⁸. Teria por isso de lhe seguir. Para o reafirmar, constrói o poema com cinco estrofes e cada estrofe com cinco versos. O número cinco simboliza a perfeição.

O mito do Quinto Império é antigo. A primeira referência é Bíblica, em Daniel 7, 1-8. Relata este profeta um sonho do rei da Babilónia Nabucodonosor onde simbolicamente o governante viu em imagens os quatro impérios da terra e um quinto império, imaterial, que existiria para sempre.

O Quinto Império foi, naturalmente, primeiro interpretado como sendo o Império Hebreu. Mais tarde outros profetizaram ser este Império o do II Reich na Alemanha Nazi e mesmo o do Imperialismo Americano absoluto na república dos Estados Unidos da América. Baseando-se em Bandarra – um místico português, sapateiro, de Trancoso – mas também em Nostradamus, em Camões¹⁴⁹ e no Padre António Vieira (*História do Futuro*), Pessoa defende a teoria do Quinto Império Português, como Império Espiritual¹⁵⁰.

Imperialismo portanto do Espírito, não da Matéria. Imperialismo baseado na cultura e não no capital¹⁵¹. É um Imperialismo naturalmente religioso, cristão, católico, na tradição que vem até aos nossos dias nas pungentes palavras de Agostinho da Silva: “*Portugal império fraterno, império humano, império católico: Quinto Império*”¹⁵². Um Império de síntese de opostos, “*última idade do mundo que será o Reino do Espírito Santo, com os homens vivendo na sua integridade uma inteira vida; não, despedaçados na angústia, económica e noutras, só farrapos de vida*”¹⁵³. Império que “*deverá oferecer ao mundo um modelo de vida em que se entrelaça numa perfeita harmonia os fundamentais impulsos humanos de produzir beleza, de amar os homens e de louvar a Deus: de criar, de servir e de rezar*”¹⁵⁴.

Análise linha a linha da primeira estrofe:

Triste de quem vive em casa,
Pobre de quem vive seguro.
Contente com o seu lar,
Pobre de quem, seguro, se contenta com o pouco que tem.
Sem que um sonho, no erguer de asa,
Sem um sonho maior, um desejo.
Faça até mais rubra a brasa
Um intimo fogo e objectivo.
Da lareira a abandonar!
Um sonho maior que faça abandonar todos os confortos e as certezas.

Análise contextual da primeira estrofe:

Pessoa começa por ironizar com aqueles que estão satisfeitos, em suma com aqueles que acham o sonho do “Quinto Império”, uma loucura sem sentido nem razão. São porventura os mesmos que menosprezam o valor da loucura (ver o poema “D. Sebastião – El Rei de Portugal”).

“Triste de quem vive em casa / Contente com o seu lar”. Não é ter um lar motivo de felicidade? Talvez. Mas não uma felicidade plena, absoluta, verdadeira. Quem se contenta com o pouco, é uma alma simples, que é feliz apenas a sobreviver. Quem tem uma alma nobre, tem “um sonho, no erguer de asa” que faz “até mais rubra a brasa / Da lareira a abandonar”, ou seja, um sonho tão

¹⁴⁸ António Quadros, *Op. cit.*, pág. 117.

¹⁴⁹ *Os Lusíadas*, C. I, E. 24.

¹⁵⁰ Ver «O Quinto Império» in Fernando Pessoa, *Portugal, Sebastianismo e Quinto Império*, Publicações Europa-América, págs. 123-8.

¹⁵¹ Já em 1919, Pessoa tinha “planos” para erguer o que ele chamava uma “cultura portuguesa” (v. «Carta de Fernando Pessoa a Francisco Fernandes Lopes, datada de 26-04-1919» in Fernando Pessoa, *Escritos íntimos...*, pág. 134).

¹⁵² Agostinho da Silva, *Reflexão*, 3.ª edição, Guimarães Editores, pág. 60.

¹⁵³ *Ibid.*, pág. 141.

¹⁵⁴ *Ibid.*, pág. 142.

grande que nem a mais acesa e quente lareira o pode desafiar. Nada mantém este homem em casa (nas certezas simples) quando pode sair (sonhar) para atingir algo maior.

É de grande beleza lírica esta ironia de Pessoa. É o voar da asa que alimenta e atíça a lareira que se recusa, ainda mais quente e reconfortante, em favor do frio sonho distante.

Análise linha a linha da segunda estrofe:

Triste de quem é feliz!
Pobre aquele que se dá por contente.
Vive porque a vida dura.
Pobre de quem apenas sobrevive e nada mais deseja.
Nada na alma lhe diz
Esse não tem na alma.
Mais que a lição da raiz –
Senão o instinto de não morrer.
Ter por vida a sepultura.
Senão o destino de esperar pela morte em vida.

Análise contextual da segunda estrofe:

A segunda estrofe continua e reforça o que foi dito na primeira estrofe. “Triste de quem é feliz!” – veja-se como é marcado o tom do necessário sofrimento. “Quem quer passar além do Bojador / Tem que passar além da dor” (poema “Mar Português”) e quem é feliz, “vive porque a vida dura” – não sabe realmente que há mais na vida do que a reles felicidade.

Claro que Pessoa tira mérito à felicidade comum, porque ele próprio se acha incapaz de ser feliz, incapaz de ser humano. Pelas noites ele chora, “*torna-me humano, ó noite, torna-me fraterno e solícito*”¹⁵⁵ – é o que pede; “*o mundo é de quem não sente*”¹⁵⁶, lamenta-se. Ele tem em si um cancro a que chama “*indiferença sentimental*”¹⁵⁷, por não se ter sentido amado por uma mãe distante e um pai morto há muito. “*No tempo em que festejavam o meu dia de anos, eu era feliz e ninguém estava morto*”¹⁵⁸ – deixa sair num sussurro. Agora são felizes todos os outros. “*São felizes porque não são eu*”¹⁵⁹ – confessa. Ignora como regressar a esse estado de inocência, que para ele é uma miragem insólita, restando-lhe uma ironia breve: “*se eu casasse com a filha da minha lavadeira talvez fosse feliz*”¹⁶⁰.

“A lição da raiz”, o instinto, “ter por vida a sepultura”, ou seja, sobreviver, é tudo o que Pessoa despreza e – paradoxalmente – secretamente ambiciona.

Análise linha a linha da terceira estrofe:

Eras sobre eras se somem
Gerações passam.
No tempo que em eras vem.
Num tempo que é feito de gerações.
Ser descontente é ser homem.
É da natureza humana ser descontente, querer possuir.
Que as forças cegas se domem
Mas as forças da guerra, irracionais param.
Pela visão que a alma tem!
Param perante a visão que só a alma tem.

¹⁵⁵ «Passagem das Horas» in Fernando Pessoa, *Poesias de Álvaro de Campos*, 3.ª edição, Publicações Europa-América, pág. 191.

¹⁵⁶ Bernardo Soares, *O Livro do Desassossego*, 1.ª parte, 2.ª edição, Publicações Europa-América, pág. 141. Veja-se como esta frase é próxima de uma que escreveu Florbela Espanca, em 1930, no seu diário: “*Viver é não saber que se vive*”.

¹⁵⁷ *Ibid.*, pág. 209.

¹⁵⁸ «Aniversário» in Fernando Pessoa, *Poesias de Álvaro de Campos*, 3.ª edição, Publicações Europa-América, pág. 223.

¹⁵⁹ Fernando Pessoa, *Poesias de Álvaro de Campos*, 3.ª edição, Publicações Europa-América, pág. 115.

¹⁶⁰ «Tabacaria» in Fernando Pessoa, *Poesias de Álvaro de Campos*, 3.ª edição, Publicações Europa-América, pág. 213.

Análise contextual da terceira estrofe:

O tempo vem em “eras”, é feito de períodos, de gerações. Já passaram incontáveis dessas “eras” e o homem continua a revelar-se por “ser descontente”, ou seja, desejar sempre o conflito e a posse efêmera das coisas.

Mas um novo tempo se avizinha. “As forças cegas”, o poder das armas, guiado pela visão cega da ambição, que não vê para além da conquista momentânea, que desconhece o futuro e o Destino, tem os dias contados. Isto porque na “nova ordem”, a “visão que a alma tem”, vai ser preponderante.

Análise linha a linha da quarta estrofe:

E assim, passados os quatro
Passados os quatro impérios.
Tempos do ser que sonhou,
Completado o seu reino terreno.
A terra será teatro
A Terra verá o quinto.
Do dia claro, que no atro
Surgir à luz do dia.
Da erna noite começou.
Ele que começou a gerar-se na noite (morte).

Análise contextual da quarta estrofe:

Pessoa refere agora os quatro Impérios que já passaram. Foram eles – na interpretação de Pessoa – a Grécia, Roma, a Cristandade e a Europa. “Passados os quatro Tempos (...) A terra será teatro / Do dia claro”, ou seja, passados os quatro impérios ou idades, a terra verá nascer um quinto império.

A referência ao “dia claro”, leva-nos a pensar numa obra de um amigo de Pessoa, o pintor Almada Negreiros, intitulada “A Invenção do Dia Claro”, publicado em 1921 pela efêmera editora Olisipo fundada pelo próprio Fernando Pessoa¹⁶¹. Curiosamente, ou talvez não, esta obra falava de um filho pródigo que, depois de ir em busca de saber, volta ao seio materno. Este “regresso ao seio materno”, pode bem ser uma inteligente metáfora, do regresso às origens, a um Império Espiritual, depois da busca incessante da posse material.

Esse “dia claro” que “no atro da / Da erna noite começou”. A expressão “atro” significa escuro, ou trevas. Quanto a nós pode também ter o duplo sentido – intencional – de referir, em surdina, o “átrio”. Na linguagem hermética usada por Pessoa, “*as Ordens do Átrio, (...) servem para ministrar os primeiros conhecimentos do que está occulto*”¹⁶². Isto seguindo simbolicamente a ordem arquitectónica do antigo Templo de Salomão, constituído consecutivamente por um átrio, claustro e por fim um sacrário.

Análise linha a linha da quinta estrofe:

Grécia, Roma, Cristandade,
Grécia, Roma, o Império Cristão,
Europa – os quatro se vão
A Europa – todos esses Impérios acabaram.
Para onde vai toda idade.
Acabaram porque tudo acaba com o tempo.
Quem vem viver a verdade
Falta assim viver o Império da Verdade.
Que morreu D. Sebastião?
O Quinto Império a que preside D. Sebastião.

¹⁶¹ Sobre a aventura comercial da Editora Olisipo, ver o excelente estudo: António Mega Ferreira, *Fazer pela vida – um retrato de Fernando Pessoa, o empreendedor*, Assírio & Alvim, 2005, págs.69-88.

¹⁶² Yvette K. Centeno, *Fernando Pessoa e a Filosofia Hermética*, Editorial presença, 1985, págs. 55-8.

Análise contextual da quinta estrofe:

Pessoa enumera mais criteriosamente os quatro impérios que considera passados, “para onde vai toda a idade”. São eles, Grécia, Roma, Cristandade e Europa. Devemos deter-nos um pouco para esclarecer que critério usou Pessoa para esta classificação.

Seguindo o princípio de que a “*interpretação profética é sempre tripla*”¹⁶³, e sabendo que Império é sinónimo de domínio, Pessoa diz-nos que há três tipos de domínio: material, intelectual e espiritual¹⁶⁴. No plano material, a profecia do quinto império já foi cumprida, com a Europa (depois da Babilónia, Pérsia, Grécia e Roma). No plano espiritual, apenas se cumpriram três impérios: o de Osíris, o de Baco e o de Cristo. É pois no plano intelectual que se cumprirá o Quinto Império de que Pessoa fala, depois de Grécia, Roma, Cristandade (cristão medieval) e Europa.

Quando lança o desafio: “quem vem viver a verdade / Que morreu D. Sebastião?”, Pessoa exorta à aparição desse Império magno, da verdade feita símbolo. Trata-se de um Império final, de fraternidade, que existirá para sempre¹⁶⁵.

O Desejado

TERCEIRO

O DESEJADO

Onde quer que, entre sombras e dizeres,
Jazas, remoto, sente-te sonhado,
E ergue-te do fundo de não seres
Para teu novo fado!

Vem, Galaaz com pátria, erguer de novo,
Mas já no auge da suprema prova,
A alma penitente do teu povo
À Eucaristia Nova.

Mestre da Paz, ergue teu gládio ungido,
Excalibur do Fim, em jeito tal
Que sua Luz ao mundo dividido
Revele o Santo Gral!

18-1-1934

Lusíadas: --

¹⁶³ Fernando Pessoa, *Portugal, Sebastianismo e Quinto Império*, pág. 130.

¹⁶⁴ *Op. cit.*, pág. 170.

¹⁶⁵ António Mateus Vilhena indica o paradoxo de ser “*uma figura solitária, embora colectiva – a nação portuguesa, naturalmente introvertida, ensimesmada, como o poeta a simbolizou na composição inicial da Mensagem –, o guia espiritual da Europa*” (in *Op. cit.*).

Análise estilística do poema

Métrica

3 Quartetos. Primeiros três versos de cada estrofe são decassilábicos e o último é hexassilábico.

Esquema rímico

Rima cruzada.

Número de versos

12

Observações

Discurso na 2.^a pessoa; estrutura em forma de prece; divisão do poema em 2 partes (2 primeiros versos e os restantes 10); uso de hipóstase; uso de metáforas (por ex. “mundo dividido”); uso de repetições (por ex. o verbo “erguer”); uso de paralelismos (D. Sebastião e Jesus Cristo).

No que é a sua terceira referência directa à figura de D. Sebastião, Fernando Pessoa não chega a repetir-se¹⁶⁶, isto porque progressivamente o rei perde o aspecto humano, de forma a tornar-se progressivamente um símbolo absoluto e puro.

Em “D. Sebastião – Rei de Portugal (na parte das “Quinas””, D. Sebastião é ainda homem, “louco”, mas homem de carne e osso, com desejos e vontade própria. Em “D. Sebastião” (parte dos “Símbolos”), o homem deixa de ser rei, para ser apenas “desventura”, “na hora adversa”, dissolve-se, carne e osso, no drama supremo da sua morte. Agora em “O Desejado”, D. Sebastião perde também o nome, depois de perder a coroa e o corpo: é quase um símbolo puro, quase um mito perfeito sem mácula, pronto a inseminar a realidade morta, com nova vida.

Análise linha a linha da primeira estrofe:

Onde quer que, entre sombras e dizeres,
Mesmo que a memória de D. Sebastião ande por entre sombras e rumores.
Jazas, remoto, sente-te sonhado,
Mesmo que jazas escondida, ela pode ser reavivada novamente pelo sonho.
E ergue-te do fundo de não seres
Erguendo-se do facto de não existir.
Para teu novo fado!
Para novamente gerar vida.

Análise contextual da primeira estrofe:

O D. Sebastião que dizia “com Deus me guardei” (ver poema “D. Sebastião” nos “Símbolos”) é agora apenas uma memória, que anda “entre sombras e dizeres”. É certo que muito do que é o Sebastianismo se deveu a uma forte tradição oral, muitas das vezes secreta, porque exercida em épocas de opressão ou falta de liberdade¹⁶⁷.

Se esse mito jaz sempre “remoto”, basta que “o sonhem”, para ele vir de novo à realidade¹⁶⁸. Pessoa invoca claramente o mito, para que ele venha trazer nova vida ao “corpo morto de Portugal”. “Ergue-te do fundo de não seres”, nada mais é que uma exortação mágica e esotérica, um encantamento de um mago que não o é, de um iniciado que não pertence a nenhuma ordem senão a sua.

“O novo fado”, é a nova missão que agora cabe ao mito. Houve já um fado, um destino, para D. Sebastião homem, que é imensamente diferente do fado que espera o D. Sebastião mito.

¹⁶⁶ Não se repete, mas logicamente intersecciona os poemas que têm os mesmos sujeitos poéticos.

¹⁶⁷ Cf. António Quadros, *Poesia e Filosofia do Mito Sebastianista*, págs. 358 e segs. António Cirurgião interpreta a passagem de modo diferente, indicando as semelhanças com uma passagem bíblica, em Lucas 1, 20-35 (*Op. cit.*, pág. 212).

¹⁶⁸ Para Jung, “o sonho pode ter o valor de uma ideia positiva directora (...) de alcance vital superior aos esquemas conscientes correspondentes” (citado em António Quadros, *Poesia...*, pág. 376).

Análise linha a linha da segunda estrofe:

Vem, Galaaz com pátria, erguer de novo,
Vem, cavaleiro nobre da nação, erguer de novo o país.
Mas já no auge da suprema prova,
Agora em altura de grande dificuldade.
A alma penitente do teu povo
Vem renovar a alma dos Portugueses.
À Eucaristia Nova.
Com o exemplo e a liderança da tua imagem e símbolo.

Análise contextual da segunda estrofe:

Continuando a sua exortação, Pessoa compara o mito de D. Sebastião ao mito de Galaaz (ou Sir Galahad). Segundo a lenda, Galaaz, filho de Lancelote, era um cavaleiro nobre, de grande pureza, que – com Percival e Bors – conseguiu achar o Santo Graal, sendo levado de seguida para o céu. Nenhum cavaleiro da Távola Redonda tinha uma nação – apenas uma cidade fortificada chamada Camelot – de onde partiam em batalha.

Pessoa compara D. Sebastião, em nobreza e carácter, a Galaaz, quando diz que ele é um “Galaaz com pátria”. Pedindo, pede-lhe não um acto de guerra, mas um acto de paz – como era a missão mais alta de Galaaz uma missão suprema de paz: a descoberta do Santo Graal.

“No auge da suprema prova”, pode querer referir-se ao facto de este ser um momento crucial na história, um momento ideal para a renovação, sendo igualmente um momento de grande desolação e pobreza intelectual e política. Por isso a “alma penitente do (...) povo”, uma alma – nobreza, essência – em ruína, que sofre os castigos de ser mal dirigida.

Pessoa quer “erguer de novo” essa alma, mas à “Eucaristia Nova”. Ou seja, não basta o mito existir, ele deve prevalecer, como religião. Pessoa indica que *“a religião é um fenómeno ligador de almas (...), socialmente útil (...)”* sobretudo se é *“nacional”* e *“popular”*¹⁶⁹. O Cristianismo, segundo Pessoa, não é popular nem é nacional. *“Abandonemos Fátima por Trancoso”*, exorta então ele, concluindo: *“se há que haver religião em nosso patriotismo, extraíamo-la desse mesmo patriotismo. Felizmente temo-la: o sebastianismo”*¹⁷⁰.

Análise linha a linha da terceira estrofe:

Mestre da Paz, ergue teu gládio ungido,
Mestre da Paz, ergue a tua memória de guerreiro de Deus.
Excalibur do Fim, em jeito tal
O teu direito divino, a tua verdade.
Que sua Luz ao mundo dividido
Para que a luz que irradia do teu mito caia no mundo dividido.

Revele o Santo Gral!
Revelando a sua verdade.

Análise contextual da terceira estrofe:

Tal como no poema “D. João O Primeiro” em “Os Castelos”, Pessoa introduz uma referência Templária: “Mestre”, cruzada com uma referência Rosa-cruciana: “da Paz”. A paz profunda consigo próprio é o objectivo último da investigação íntima dos rosa-crucianos, a ser atingida através de princípios de fraternidade universal.

D. Sebastião aparece novamente como cavaleiro, mas da paz, guerreiro da fraternidade universal. O seu “gládio ungido” não traz o conflito, mas a mudança (ver o poema “O Conde D. Henrique” em “Os

¹⁶⁹ Cf. Fernando Pessoa, *Portugal, Sebastianismo e Quinto Império*, págs. 151-2.

¹⁷⁰ *Ibid.*, pág. 110-11.

Castelo”). “Excalibur do Fim”, reforça esse sinal: é uma espada, mas símbolo da paz infinita, do último reino, reino do fim. Tanto é assim, que da espada jorra “Luz ao mundo dividido” para que se “revele o Santo Gral”. Ou seja, o símbolo, o mito de D. Sebastião, traz uma Luz de comunhão – que é luz de conhecimento e luz de união – a um mundo nas sombras, dividido e sem ordem.

QUARTO

AS ILHAS AFORTUNADAS

Que voz vem no som das ondas
Que não é a voz do mar?
É a voz de alguém que nos fala,
Mas que, se escutarmos, cala,
Por ter havido escutar.

E só se, meio dormindo,
Sem saber de ouvir ouvimos
Que ela nos diz a esperança
A que, como uma criança
Dormente, a dormir sorrimos.

São ilhas afortunadas
São terras sem ter lugar,
Onde o Rei mora esperando.
Mas, se vamos despertando
Cala a voz, e há só o mar.

26-3-1934

Lusíadas: --

Análise estilística do poema

Métrica

3 Quintilhas. Versos em redondilha maior (7 sílabas).

Esquema rímico

Rima em esquema abccb (um verso branco no início de cada estrofe).

Número de versos

15

Observações

Discurso na 3.^a pessoa, estrutura do poema como um enigma (interrogação nos dois primeiros versos e revelação nos restantes); uso de metáforas (o próprio título do poema pode ser considerado uma); uso de oposições e paradoxos (por ex. "se escutarmos, cala").

*"D. Sebastião voltará, diz a lenda, por uma manhã de névoa, no seu cavalo branco, vindo da ilha longínqua onde esteve esperando a hora da volta", escreve Fernando Pessoa num texto que presumivelmente seria para fazer parte de um livro seu intitulado "Sebastianismo"*¹⁷¹.

Se a lenda tem o seu valor, Pessoa parece neste poema desvalorizá-la enquanto elemento potenciador *de per se*. Veja-se que no poema anterior, D. Sebastião é "O Desejado", ou seja, depois de morto uma nação perdida *deseja o seu regresso*. Como se vai operar esse regresso? – É esta a pergunta que Pessoa agora começa a responder mais concretamente.

Pessoa inicia desmistificando. Não haverá um regresso da ilha, como na lenda, porque isso é uma crença popular sem sentido, alegórica, mas não simbólica.

¹⁷¹ Fernando Pessoa, *Portugal...*, pág. 151.

Concordamos com António Quadros, que aqui se entra no campo do inconsciente¹⁷², mas discordamos num ponto: não chegamos a sair da lenda.

Análise linha a linha da primeira estrofe:

Que voz vem no som das ondas
Que voz se ouve na distância.
Que não é a voz do mar?
Que não é o som do mar.
É a voz de alguém que nos fala,
É a voz de um homem.
Mas que, se escutarmos, cala,
Mas incompreensível.
Por ter havido escutar.
Porque não a entendemos agora.

Análise contextual da primeira estrofe:

Veja-se com que subtileza Pessoa usa a ironia na análise da lenda – e simultaneamente no contraponto a todos os que acreditavam realmente que o rei iria regressar igual, humano, a cavalo, incólume. “Que voz vem no som das ondas / Que não é a voz do mar?”, ou seja, que voz se ouve sem ser o som das ondas? É certamente uma voz – uma presença – “mas que, se escutarmos, cala, / Por ter havido escutar”, ou seja, é uma voz que fala, mas que não quer ser ouvida¹⁷³.

O que é uma voz que fala mas que não quer ser ouvida, senão um mistério¹⁷⁴. E um mistério não pode ser encarado como realidade comum. O mistério “fala”, mas *fala por símbolos e revela-se pelo sofrimento*¹⁷⁵.

Análise linha a linha da segunda estrofe:

E só se, meio dormindo,
Só se meio a dormir estivermos, sem a atenção completa.
Sem saber de ouvir ouvimos
Sem estarmos conscientes de que estamos a ouvir.
Que ela nos diz a esperança
Ouvimos então a voz da esperança.
A que, como uma criança
Que surge como a uma criança.
Dormente, a dormir sorrimos.
Uma criança que dorme e sorri, mas sempre sem ouvir.

Análise contextual da segunda estrofe:

Desistir de procurar, é uma submissão ao Destino. Ao mesmo tempo a mais difícil e a mais nobre atitude humana, porque se por um lado humilha a liberdade, por outro abençoa a compreensão oculta. *“As almas fortes atribuem tudo ao Destino, só os fracos confiam na vontade própria”*¹⁷⁶ – acreditava o poeta.

Esta segunda estrofe diz tudo isto de uma maneira quase infantil. “Meio dormindo (...) sem saber (...) ouvir ouvimos / Que *ela* nos diz a esperança / A que, como uma criança / Dormente, (...) sorrimos”. “Ela” é a “voz” da primeira estrofe. É essa voz que, se na primeira estrofe não era compreendida, porque alguém se esforçara para a ouvir, agora se revela, por já não haver esse esforço, mas sim submissão, sofrimento.

¹⁷² Cf. António Quadros, *Poesia...*, pág. 119.

¹⁷³ Clécio Quesado lembra as vozes encantadoras das sereias na *Odisseia*. (*Op. cit.*, 4.1.4.).

¹⁷⁴ “A vulgarização do mistério não pode se pode fazer porque, assim como o segredo, dito, deixa de ser segredo, perde a sua virtude mística de segredo; assim os mistérios revelados, não são revelados. Disse-o bem Tertuliano: *revelá-los é destruí-los*” (in Fernando Pessoa, *À Procura da Verdade...*, pág. 115).

¹⁷⁵ V. «O entendimento dos símbolos» in Fernando Pessoa, *Mensagem*, 2.ª edição, Publicações Europa-América, págs. 147-8

¹⁷⁶ «O fado e a alma portuguesa» in *Notícias Ilustrado*, 2.ª série, n.º 44 de 14-4-1929 (citado em Fernando Pessoa, *Portugal...*, pág. 155).

É “meio dormindo” que o mistério se insinua na nossa compreensão de “criança dormente”. Nem se deve falar em compreensão, mas sim intuição, instinto. Compreendemos, mas sem saber que o fazemos, e por isso “a dormir sorrimos”.

Análise linha a linha da terceira estrofe:

São ilhas afortunadas
São ilhas mágicas.
São terras sem ter lugar,
Terras que não existem.
Onde o Rei mora esperando.
Onde D. Sebastião espera.
Mas, se vamos despertando
Mas se formos a ver na realidade.
Cala a voz, e há só o mar.
Não há nada, só mar.

Análise contextual da terceira estrofe:

Pessoa desenha uma conclusão simples: as ilhas afortunadas não existem, senão em devaneios, nas lendas simplistas das almas simples.

Mas não é um corte *tout-cour* com a lenda. Existe uma voz distante, que nos fala de “esperança”. Só que essa voz não reside em nenhuma ilha material, e se tentarmos escutá-la, ela cala-se, porque é um *mistério*.

Quem quer o regresso do Rei de maneira material – quem espera o mesmo rei – tem aqui um poderoso aviso (ou pré-aviso, na melhor acepção da palavra). Outros “Avisos” virão de seguida, mais concretos. Certo é que Pessoa é implacável e inamovível na sua convicção: D. Sebastião regressa símbolo, não carne.

As ilhas afortunadas, essas são “terras sem ter lugar”, que, “se vamos despertando (...) há só mar”, nada mais. Não cabem estas ilhas na realidade, apenas no sono irreal, e no sono a “voz” insinua-se de outras maneiras.

QUINTO

O ENCOBERTO

Que símbolo fecundo
Vem na aurora ansiosa?
Na Cruz morta do Mundo
A Vida, que é a Rosa.

Que símbolo divino
Traz o dia já visto?
Na Cruz, que é o Destino,
A Rosa, que é o Cristo.

Que símbolo final
Mostra o sol já desperto?
Na Cruz morta e fatal
A Rosa do Encoberto.

21-2-1933 / 11-2-1934

Lusíadas: --

Análise estilística do poema

Métrica

3 quartetos. Versos hexassilábicos (de 6 sílabas, também chamados heróicos quebrados).

Esquema rímico

Rima cruzada.

Número de versos

12

Observações

Rima cruzada enfatiza o significado da cruz neste poema; uso de anáforas (primeiro verso de cada estrofe), que reforçam o sentido simbólico e místico do poema; poema estruturado em forma de perguntas e respostas; uso de alegorias e de um crescendo (que simultaneamente caminha para a revelação do significado do poema); uso abundante de metáforas (por ex. "Cruz" e "Rosa"); uso simbólico do número três (n.º de estrofes, cruzes, rosas...); dimensão trágica acentuada (processo de sofrimento que identifica um outro processo de iniciação).

D. Sebastião, que perdera a razão, a vida e depois o nome, perde agora até a consistência de uma memória, para ser enfim um símbolo absoluto, depurado, essência pura e incontaminada.

Parece que Pessoa sujeitou o Rei menino às fases decisivas da *Obra*, depois da morte (*nigredo*), em que lhe tirou a vida, seguiu-se o tirar-lhe o nome (*albedo*), fazendo-o esquecer-se de quem era, para que finalmente surgisse de novo inteiro, mas novo, já só um símbolo (*rubedo*)¹⁷⁷, "Encoberto" pelo mistério.

A obtenção de símbolos é – como se vê ao longo de *Mensagem* – um processo complexo de decantação e sublimação de elementos, um processo verdadeiramente alquímico. Parte-se das bases brutas (o homem e a realidade) e evolui-se lentamente, *intelectualmente*, com lume constante de análise, para descobrir os constituintes base dos mesmos, vendo que afinal são eles mesmos que

¹⁷⁷ Ver a análise feita ao poema "D. Sebastião" em "Os Símbolos".

se revelam (os símbolos), se não os procurarmos intensamente, deixando-os erguer-se, *insinuantes*, à superfície do entendimento.

Análise linha a linha da primeira estrofe:

Que símbolo fecundo
Que símbolo é um mito que fecunda a vida.
Vem na aurora ansiosa?
Vindo na claridade precursora do nascer do Sol (conhecimento e verdade).
Na Cruz morta do Mundo
No mundo morto (como Jesus na Cruz).
A Vida, que é a Rosa.
É a vida, a rosa cruciana.

Análise contextual da primeira estrofe:

Pessoa questiona – retoricamente – o leitor sobre quem é o símbolo perfeito para a nova religião, aquele que vai – literalmente – substituir o Cristo na Cruz.

“Que símbolo fecundo / Vem na aurora ansiosa?”, pergunta ele. Perguntando anuncia que a vida morta precisa de um “símbolo fecundo”. Já vimos que é o mito que fecunda a vida, que lhe traz significado e conteúdo: “O mito é o nada que é tudo” (poema “Ulisses” em “Os Castelos”). A vida morta, “aurora ansiosa”, dia que quer nascer, espera essa renovação.

Pessoa de seguida responde à sua própria questão: “É a Rosa”, “a Vida”, que tomará o seu lugar na “Cruz morta do Mundo”. Trata-se de uma referência maçónica directa à Ordem Rosa-cruz (ou Fraternidade da Rosa-cruz), antiga Ordem repositório de ancestrais conhecimentos esotéricos.

A Rosa, simbólica, representa nesta estrofe a Vida: “A Vida, que é a Rosa”.

A Cruz é também um símbolo (tri-partido, nas três estrofes deste poema). Nesta estrofe ela representa a morte: “Cruz morta do Mundo”.

Da morte nasce uma vida. O “Encoberto” é, para Pessoa, a Vida, tal como Jesus o anunciara¹⁷⁸. Não vida em si mesma, mas vida potencial, origem e símbolo.

Análise linha a linha da segunda estrofe:

Que símbolo divino
Que mito de origem divina, de significado universal e infinito.
Traz o dia já visto?
Traz o novo dia, que já se adivinhava.
Na Cruz, que é o Destino,
No mundo de sofrimento,
A Rosa, que é o Cristo.
É Cristo na Rosa (dos rosa cruces).

Análise contextual da segunda estrofe:

O símbolo, que era já “fecundo” (1.^a estrofe) é agora também “divino”, Universal. É importante notar que a divinização do símbolo reforça o que dissemos na análise da 2.^a estrofe do poema “D. Sebastião” em “Os Símbolos”: que é o significado do mito que é divino e não o próprio D. Sebastião.

Esse símbolo “traz o dia já visto”, ou seja, traz a nova verdade, que já se adivinhava, pelo menos para quem conseguia ler os sinais do Destino e conseguia ouvir a *voz que se insinua no sono*.

A Cruz representa nesta estrofe o sofrimento: “o Destino”.

¹⁷⁸ “Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida” (Jo 14,6).

A Rosa representa nesta estrofe Cristo: “A Rosa, que é o Cristo”, ou seja, que é a ungida, o Messias, aquela que traz a redenção pelo martírio e a verdade. Como Cristo, também a Rosa sofre o seu Destino na Cruz.

Parece-nos evidente agora, que Pessoa usa novamente os passos da *Obra*, agora numa escala reduzida. Isto é mais visível no símbolo da Cruz, que é sucessivamente “Cruz Morta” (*nigredo*, *morte*), “Destino” (*albedo*, *distância*) e “morta e fatal” (*rubedo*, *fim*).

Análise linha a linha da terceira estrofe:

Que símbolo final
Que símbolo último, redentor.
Mostra o sol já desperto?
Mostra a Verdade.
Na Cruz morta e fatal
No mundo novo, que renasce sem regresso.
A Rosa do Encoberto.
É o Encoberto na Rosa.

Análise contextual da terceira estrofe:

O símbolo, fecundo e Universal, é agora “final”. Ou seja, é o símbolo definitivo, que trará o Império Final, o Império do Espírito, além do qual não existirá nenhum outro, nem outra verdade maior.

Este símbolo mostra agora “o sol já desperto”, ou seja, a Verdade Iniciática, o Conhecimento Definitivo e completo, revelação do Mistério.

A Cruz representa nesta estrofe o *fim da Obra*. É fatal porque irreversível, concluída, sem regresso a um passado de ignorância. Depois de retirado o véu da ignorância, é impossível desconhecer novamente.

Nesta “Cruz morta e fatal” está agora, finalmente, “a Rosa do Encoberto”. Chega Fernando Pessoa deste modo a um clímax iniciático, a um momento de grande dramatismo e beleza, que nos revela a realidade como ela será no Novo Mundo; a Cruz morta e definitiva que contém a Rosa pungente. Assim anuncia o que será a “Religião do Encoberto”¹⁷⁹. A “Rosa” identifica-se com o “Encoberto”, ou seja, a Rosa (o alvorecer) encontra-se sincreticamente com o “Encoberto” (o mito regenerador) no palco da eternidade (a Cruz), completando a tripartida conjunção mágica do futuro¹⁸⁰.

Chegados ao fim do poema, podemos resumir as etapas pelas quais passaram os diferentes constituintes básicos dessa tripartida conjunção, permeada constantemente pelos passos *morte*, *sofrimento e fim*; *nigredo*, *albedo* e *rubedo*:

O símbolo: Fecundo, Divino e Final.

A Cruz: Morta, Destino, Morta e Fatal.

A Rosa: Vida, Cristo e Encoberto.

¹⁷⁹ Cf. António Quadros, *Poesia...*, pág. 119. Pessoa tem uma curiosa frase, escrita num pedaço de envelope, com carimbo do Funchal em 22/4/1913 que diz: “o mar é a religião da Natureza” (identificada no espólio pela referência 35/11). A *Mensagem* tem três partes, e a terceira parte é subordinada ao tema da “religião do Encoberto”. Seria a segunda parte subordinada então ao tema da “religião da Natureza”, restando á primeira parte o tema da “religião cristã”? Parece este esquema evolutivo descrever na perfeição o próprio percurso da *gnosis* pessoana: (1) Filosófico/Cristão – (2) Neopagão – (3) Gnóstico. (assim o divide António Quadros em *À Procura da Verdade Oculta*). Como o próprio percurso humano de Pessoa, parece este percurso oculto, do conhecimento, ter ficado na *Mensagem* incompleto – necessariamente incompleto, porque misterioso e fora do controlo do próprio poeta.

¹⁸⁰ Pessoa descreve assim a crucifixão da rosa: «sacrifício da emoção do mundo (a Rosa, que é o círculo em flor) nas linhas cruzadas da vontade fundamental e da emoção fundamental, que formam o substrato do Mundo, não como Realidade (que isso é o círculo) mas como produto do Espírito (que isso é a cruz)» (in Fernando Pessoa, *À Procura da Verdade Oculta...*, págs. 199-200).

Em pano de fundo, a luz: Aurora ansiosa, Dia já visto, Sol já desperto.

Os Avisos

O Bandarra

II

OS AVISOS

PRIMEIRO

O BANDARRA

Sonhava, anónimo e disperso,
O Império por Deus mesmo visto,
Confuso como o Universo
E plebeu como Jesus Cristo.

Não foi nem santo nem herói,
Mas Deus sagrou com Seu sinal
Este, cujo coração foi
Não português mas Portugal.

28-3-1930

Lusíadas: --

Análise estilística do poema

Métrica

2 Quartetos. Versos octossilábicos.

Esquema rímico

Rima cruzada, de ritmo irregular.

Número de versos

8

Observações

Estrutura epigramática, com grande economia verbal; ritmo incerto da rima, popular; uso de símiles (por ex. “Confuso como o Universo”); uso de sinédoque (“Não português mas Portugal”); intensidade dramática, com ênfase no coração – centro vital, uso de negatividade na definição da personalidade do Bandarra.

Para a segunda subdivisão da Terceira Parte, Pessoa escolheu o título “Os Avisos”. Julgo haver alguma confusão acerca da razão desta escolha, que tentaremos esclarecer.

É essencial lembrar agora o poema “Ilhas Afortunadas”, no qual Pessoa, na 3.^a estrofe, nos diz, em forma de aviso que o regresso de D. Sebastião não será um regresso físico, mas espiritual, em símbolo. As “Ilhas Afortunadas”, poema de intensa ironia, pode ser considerado como uma introdução aos “Avisos” que agora Pessoa descreve.

Quando Pessoa diz “Avisos”, refere-se àqueles que foram avisados (ajuizados, acertados), ou seja, aqueles que atempadamente viram o regresso do Rei menino de maneira correcta. Para todos os outros Pessoa deixara já o “pré-aviso” das “Ilhas Afortunadas”, insistindo na visão espiritual e não material do regresso do Rei.

Ao mesmo tempo, num duplo sentido, Pessoa refere-se àqueles que anunciaram (avisaram) do regresso do Rei¹⁸¹.

O primeiro a anunciar o regresso de D. Sebastião – mesmo antes de este ter nascido – é “O Bandarra”, de seu nome Gonçalo Annes, sapateiro de origem humilde, nascido em Trancoso presumivelmente nos inícios de 1500, portanto contemporâneo de Nostradamus. Profeta popular, escreveu as *Trovas*, que conheceram sucessivas edições e nas quais aparece pela primeira vez a referência a um “Rei Encoberto”¹⁸². Pessoa encontrou ali grande inspiração para o seu texto, analisando muitas das trovas do sapateiro de Trancoso¹⁸³.

Análise linha a linha da primeira estrofe:

Sonhava, anónimo e disperso,
Bandarra imaginava, no seu anonimato e sem uma visão clara.
O Império por Deus mesmo visto,
Imaginava a possibilidade de um Império, que era já realidade, Destino.
Confuso como o Universo
As suas palavras eram difusas, enigmáticas, como o caos do Universo.
E plebeu como Jesus Cristo.
E ele era plebeu, humilde, como era Jesus Cristo, também ele visionário.

Análise contextual da primeira estrofe:

Pessoa descreve-nos a figura do Bandarra, de como ele era e como era o seu espírito. Diz-nos que ele “sonhava, anónimo e disperso”, ou seja, que ele via no sonho, não sendo um sábio e tendo poucas certezas concretas acerca daquilo que poderia estar a ver. Bandarra era portanto alguém escolhido, mas não pela sua importância social, ou educação esmerada.

Este profeta do povo imaginava “o Império por Deus mesmo visto”, ou seja, enquanto ele “sonhava”, Deus via. Quem sonha com o futuro por acontecer, por muito improvável que ele possa ser, é um profeta. O seu sonho é, como ele, “confuso como o Universo”. Apetece-nos dizer que o Universo, embora confuso, tem o seu sentido, como Pessoa defende o sentido que têm as *Trovas*.

Ele era finalmente, “plebeu como Jesus Cristo”. Humilde como Aquele que anunciou a Boa Nova.

Análise linha a linha da segunda estrofe:

Não foi nem santo nem herói,
O Bandarra não foi homem santo, nem herói da guerra.
Mas Deus sagrou com Seu sinal
Mas mesmo assim foi a sua vida um sinal de Deus.
Este, cujo coração foi
Bandarra tinha o coração, a devoção, no futuro.
Não português mas Portugal.
O futuro maior de Portugal.

Análise contextual da segunda estrofe:

Na verdade Bandarra não é conhecido pelos seus feitos, nem de santidade, nem de coragem, “não foi nem santo nem herói”. Mas foi *sagrado*, escolhido por Deus como um “sinal”, como um profeta.

¹⁸¹ Porque não foi Camões incluído neste rol? Na nossa opinião seria impossível a Pessoa fazê-lo, porque Camões escrevia sobre um D. Sebastião vivo (Cf. *Lusíadas*; C. I, E. 6-18). O seu sebastianismo é, em essência, diferente do sebastianismo de Bandarra, Vieira e Pessoa. (Ver a este respeito: Clécio Quesado, *Op. cit.*, 4.2. e António Quadros, *Poesia...*, págs. 40-57). O mesmo não poderá ser dito quanto à sua visão do Quinto Império, que é, em essência, igual.

¹⁸² «Trova LXXV» in “*Profecias*” do Bandarra, *Sapateiro de Trancoso*, Editora Vega, 5.ª edição, 1996, pág. 57.

¹⁸³ Fernando Pessoa planeava até um livro a que deu o título provisório de *Comentário Maior às Profecias do Bandarra* e cujos fragmentos podem ser consultados em Fernando Pessoa, *Portugal...*, págs. 103-149.

Toda a sua dedicação, escrevendo mesmo em tempos de Inquisição¹⁸⁴, era uma dedicação fervorosa em prol do futuro de Portugal. As suas palavras eram, como o seu coração, Portugal¹⁸⁵¹⁸⁶.

¹⁸⁴ O Bandarra foi mesmo alvo de um processo por parte do Tribunal do Santo Ofício, em 1541, mas recebeu na sua condenação uma pena muito leve: participar numa procissão, como penitente. A sentença inquisitorial prescreve-lhe ainda que: *“daqui por diante se não entremeta mais a responder nem escrever em nenhuma coisa da Sagrada Escritura, nem tenha nenhuns livros da mesma”* (citado em *“Profecias” do Bandarra, Sapateiro de Trancoso*, Editora Vega, pág. 14).

¹⁸⁵ *“(…) o coração é o centro da vida por excelência. (...) a rosa branca do emblema rosacruz está no lugar correspondente ao centro vital ou chakra do coração. À intensidade vibratória crescente deste centro está associada a clarividência consciente dos mundos subtis ou metafísicos: etérico, astral, mental, causal”* (in António Cirurgião, *Op. cit.*, pág. 234).

¹⁸⁶ Clécio Quesado indica que Bandarra, ao lado de D. Sebastião e Nun’Álvares Pereira, constituem o tríptico de figuras que Pessoa identifica – ao ponto de se confundirem – com Portugal (Cf. *Op. cit.*, 4.2.1.).

SEGUNDO

ANTÓNIO VIEIRA

O céu 'strela o azul e tem grandeza.
Este, que teve a fama e à glória tem,
Imperador da língua portuguesa,
Foi-nos um céu também.

No imenso espaço seu de meditar,
Constelado de forma e de visão,
Surge, prenúncio claro do luar,
El-Rei D. Sebastião.

Mas não, não é luar: é luz do etéreo.
É um dia; e, no céu amplo de desejo,
A madrugada irreal do Quinto Império
Doira as margens do Tejo.

31-7-1929

Lusíadas: --

Análise estilística do poema

Métrica

2 Quartetos. Primeiros três versos de cada estrofe são decassilábicos e o último é hexassilábico, lembrando a métrica da ode clássica.

Esquema rímico

Rima cruzada.

Número de versos

12

Observações

Uso de semema ("céu"), para enfatizar o divino abstracto; uso de metáforas; uso de paradoxos e contradições (por ex. "madrugada irreal"); uso reiterado de expressões luminosas, que reforçam Vieira como um revelador pelo verbo.

Nasce em 1608 em Lisboa, mas parte criança para o Brasil, onde se fará homem, pregador e – na sua própria medida – profeta por excelência do Quinto Império. Camões morrera há 28 anos e Portugal sofria o auge da ocupação Filipina. Se Bandarra falara com "precedência", Vieira fala então com "evidência" – usando palavras de Clécio Quesado¹⁸⁷.

Torna-se um prestigiado Jesuíta, autor de sermões apaixonados e alguém que tinha em alto grau o dom sagrado da oratória, de encantar as multidões pela palavra. Faz-se diplomata e tenta junto de D. João IV um plano de regeneração do país. Os livros onde fala do Quinto Império – *História do Futuro* e *Clavis Prophetarum* – escreve-os em segredo, mas a Inquisição conhece as suas intenções e priva-o de falar. Parte para Roma e aí fica famoso, ao ponto de o Papa o livrar do longo braço da Inquisição. Morre com 90 anos no Brasil.

Análise linha a linha da primeira estrofe:

O céu 'strela o azul e tem grandeza.

¹⁸⁷ *Op. cit.*, 4.2.2.

O céu é infinito na sua grandeza.
Este, que teve a fama e à glória tem,
António Vieira, homem com fama e actos gloriosos.
Imperador da língua portuguesa,
Grande prosador e retórico.
Foi-nos um céu também.
Teve uma grandeza igual à do céu.

Análise contextual da primeira estrofe:

Pessoa tinha em alta conta o Padre António Vieira, não apenas como voz profética, mas como escritor. Considera-o um dos maiores escritores portugueses¹⁸⁸. Não será de estranhar esta admiração por um escritor, que embora cristão, se apegava também à visão oculta da história e da realidade.

Se o “céu ‘strela o azul e tem grandeza”, não é menor a grandeza de Vieira, que “teve a fama e à glória tem”. Pessoa considera-o mesmo “Imperador da língua portuguesa”, quase maior epíteto até que ser “um céu também”.

Sobretudo a *Clavis Prophetarum*, prosa em latim perfeito, deve ter impressionado Pessoa. É conhecido o fascínio que o poeta tinha pela prosa em latim, desde a sua juventude na África do Sul¹⁸⁹.

Análise linha a linha da segunda estrofe:

No imenso espaço seu de meditar,
Na vasta imaginação de Vieira.
Constelado de forma e de visão,
Imaginação constelada (povoada) de formas e de visão.
Surge, prenúncio claro do luar,
Aparece, como clara conclusão do raciocínio, da meditação.
El-Rei D. Sebastião.
O mito de D. Sebastião.

Análise contextual da segunda estrofe:

“O imenso espaço do seu meditar”, pode ter um duplo sentido. Pode Pessoa referir-se à vasta cultura e imaginação de Vieira, bem como ao espaço geográfico que Vieira inclui no seu estudo das profecias bíblicas e do Bandarra. De facto, o Sebastianismo de Vieira não é – note-se – apenas Português, mas também brasileiro, e em essência Universal¹⁹⁰.

Seja como for, Pessoa considera o “meditar” de Vieira “constelado de forma e de visão”¹⁹¹, ou seja, iluminado e cheio de pensamento, de raciocínio e claras ideias. E é neste *constelado meditar* que aparece, “prenúncio claro do luar / El-Rei D. Sebastião”. A expressão “luar” parece confusa. Então o “Encoberto” não traz já o “sol já desperto”?¹⁹² Pessoa vai esclarecer-nos já de seguida.

¹⁸⁸ “António Vieira é de facto o maior prosador – direi mais, é o maior artista – da língua portuguesa”. (in Fernando Pessoa, *Páginas sobre Literatura e Estética*, Publicações Europa-América, 2.ª edição, pág. 124). José Van Den Besselar partilha da opinião de Pessoa, quando diz que “Vieira não foi grande teólogo, filósofo ou exegeta” mas sim “um grande artista e um grande coração” (José Van Den Besselar, *António Vieira: o Homem, a Obra, as Ideias*, ICALP, 1981, pág. 96 e segs.).

¹⁸⁹ No liceu de Durban, Pessoa tinha aparentemente uma predileção pelo seu professor de latim, o *Headmaster* W. Nicholas, homem de grande cultura e marcante personalidade. Ver sobre este assunto o excelente estudo: Alexandre Severino, *Fernando Pessoa na África do Sul*, D. Quixote, 1983, págs. 55-61.

¹⁹⁰ V. António Quadros, *Poesia...*, pág. 187 e segs.

¹⁹¹ Indica António Cirurgião que a insistência nas palavras “céu”, “estrela”, “azul”, entre outras, é propositado, por se tratar da descrição de um membro do clero, alguém que liga a terra ao céu. O “espaço constelado”, por outro lado, pode ser uma referência à forma como os profetas liam nos céus sinais de grandes acontecimentos vindouros, nomeadamente nas estrelas e nos cometas. Cirurgião relembra mesmo uma passagem da *Clavis Prophetarum* em que Vieira fala neste tema (*Op. cit.*, págs. 236-7).

¹⁹² Cf. 3.ª estrofe do poema “O Encoberto” em “Os Símbolos”.

Análise linha a linha da terceira estrofe:

Mas não, não é luar: é luz do etéreo.
Afinal não é um luar, mas uma luz etérea, pura e celeste.
É um dia; e, no céu amplo de desejo,
É dia (verdade), no céu que embarca os desejos humanos.
A madrugada irreal do Quinto Império
Nesse mesmo céu, é a impossibilidade do Quinto Império.
Doira as margens do Tejo.
Que se chega às margens do Tejo e invade Portugal com a sua luz de ouro.

Análise contextual da terceira estrofe:

O luar afinal é – corrige Pessoa – “luz do etéreo”, é uma luz que vem do alto, iluminar com nova e divina verdade a escuridão humana. “É um dia; e, (...) a madrugada irreal do Quinto Império”. Ou seja, a luz que vem do alto é a madrugada, o início do dia (da realidade irreal, mito que existindo não existe) que será o Quinto Império.

Essa “luz do etéreo” “doira as margens do Tejo”. Talvez seja esta uma referência ao ouro espiritual, ao fim da *Obra*. A luz é dourada, porque é uma luz final, luz do conhecimento verdadeiro, da irredutível nova realidade, fraterna e Universal¹⁹³: a luz de Deus que cai sobre os homens.

Sem Título

¹⁹³ “Há-de haver no dito estado (o V Império) paz universal” (Padre António Vieira, *Obras Escolhidas – Volume IX – História do Futuro*, Livraria Sá da Costa, 1953, Lisboa, pág. 165).

TERCEIRO

Escrevo meu livro à beira-mágoa.
Meu coração não tem que ter.
Tenho meus olhos quentes de água.
Só tu, Senhor, me dás viver.

Só te sentir e te pensar
Meus dias vácuos enche e doura.
Mas quando quiserás voltar?
Quando é o Rei? Quando é a Hora?

Quando virás a ser o Cristo
De a quem morreu o falso Deus,
E a despertar do mal que existo
A Nova Terra e os Novos Céus?

Quando virás, ó Encoberto,
Sonho das eras português,
Tornar-me mais que o sopro incerto
De um grande anseio que Deus fez?

Ah, quando quiserás voltando,
Fazer minha esperança amor?
Da névoa e da saudade quando?
Quando, meu Sonho e meu Senhor?

10-12-1928

Lusíadas: --

Análise estilística do poema

Métrica

5 quartetos. Versos octossilábicos.

Esquema rímico

Rima cruzada.

Número de versos

20

Observações

Discurso na 1.^a pessoa, em forma predominantemente retórica; divisão do poema em 2 partes (com os seis primeiros versos constituindo a primeira parte); tônica de desencantamento e esperança no futuro; combate do racional com o emocional; uso de metáforas (por ex. "Sonho"); uso de anáforas (por ex. repetição da palavra "quando"), que sugere ansiedade e ritmo vertiginoso (concorrendo também o uso de parataxe e hipotaxe); uso de sememas (por ex. "Encoberto", "dias vácuos"); uso de poética suplicante.

No único poema sem título na *Mensagem*, Fernando Pessoa aparentemente fala de si próprio. Então porque não é o título deste poema "Fernando Pessoa"? Talvez porque, como Pessoa bem sabe, esse seja um mistério que não lhe cabia a ele revelar. Por isso ele não *nomeia*, mas apenas *insinua*¹⁹⁴.

¹⁹⁴ Baseando-se numa análise retórica Aristotélica Osvaldo Duarte sugere que Pessoa poderá ter neste poema o objectivo de "fixar a imagem do orador" (Cf. [«Persuasão à Beira da Mágoa»](#), *Nave da Palavra*, Edição n.º 37, 15-9-200).

Há diversas pistas que indicam para que seja Pessoa aqui objecto da sua própria análise. Desde logo, a personalidade do poeta, que – não estando em causa a sua humildade – desde muito cedo, quiçá mesmo na sua infância, se considerou diferente, aparte, talvez até mesmo predestinado¹⁹⁵. Ensimesmado, solitário, inteligente mas reservado, brilhante mas louco, assim era Pessoa desde jovem, sem muitos amigos, fechado ao mundo e aberto ao infinito.

Quando em 1912 se estreia, na revista *Águia*, escreve um artigo mirabolante, louco, sem ligar a quem o leia, apenas guiado pela intuição. Liga as pobreza da sociedade às pobreza do desenvolvimento intelectual do país. Chega à conclusão que o país, antes de ressurgir socialmente, tinha de ressurgir culturalmente, por acção de um “Super-Camões”¹⁹⁶. Há quem defenda que Pessoa não se refere a si próprio. João Gaspar Simões, diz que Pessoa estava apenas “a anunciar o Orpheu” (*Vida e Obra de Fernando Pessoa*, I Volume, pág. 10), enquanto Alexandre Severino diz que o “poeta supremo (...) só por coincidência ou por uma perspectiva actual poderá ser interpretado como sendo ele próprio” (*Fernando Pessoa na África do Sul*, pág. 262).

Julgamos haver verdade em ambos os campos. Pessoa por um lado é racional e lógico quando pensa a história nacional e considera necessária a regeneração. Por outro lado, sendo consciente do seu valor, não poderia deixar de se considerar ele mesmo um elemento importante nessa mesma regeneração.

A que ponto importante? Talvez ao ponto de – em alguns momentos de “sã loucura” – pensar ser escolhido por Deus. Dois desses momentos nos assaltam a memória: o primeiro em carta a Ophélia Queiroz, datada de 1920 em que Pessoa diz que o seu “*Destino pertence a outra Lei, de cuja existência Ophelinha nem sabe, e está subordinado cada vez mais à obediência a Mestres que não permitem nem perdoam*”; o segundo três anos antes de escrever este poema, em 1925, quando, ao interpretar a trova XI¹⁹⁷ do Bandarra, chega à data de 1888 – o ano do seu nascimento¹⁹⁸.

Análise linha a linha da primeira estrofe:

Escrevo meu livro à beira-mágoa.

Pessoa escreve a Mensagem, tendo por base a epopeia marítima mas também o seu sofrimento pessoal.

Meu coração não tem que ter.

O seu coração não tem outro desejo.

Tenho meus olhos quentes de água.

Do que aquele, que, emocional Pessoa refere.

Só tu, Senhor, me dás viver.

Esse desejo é o do regresso do Rei, da Vida que com ele regressará.

Análise contextual da primeira estrofe:

Todo o poema será, como vamos ver, sinónimo de súplica, de lamento e desilusão. Ao ponto de “se poder considerar este poema como o de maior intensidade lírica e emotiva de toda a epopeia pessoana”? – nas palavras de Clécio Quesado¹⁹⁹. Talvez, embora isso seja questão de opinião pessoal. Se é verdade que aqui há uma súplica e um lamento sem tamanho, é – sem dúvida – a

¹⁹⁵ Com 18 anos ele escreve no seu diário: “Desde que tive consciência de mim próprio, apercebi-me que tinha uma tendência inata para a mistificação (...) Acrescente-se a tudo isto um grande amor pelo espiritual, pelo misterioso, pelo obscuro”. Com 19, e lembrando o poema “Tabacaria” de Álvaro de Campos: “Tenho pensamentos que, se conseguisse realizá-los e torná-los vivos, acrescentariam uma nova luz às estrelas, uma nova beleza ao mundo e um maior amor ao coração dos homens”. (in Fernando Pessoa, *Escritos Íntimos, Cartas e Páginas Autobiográficas*, Publicações Europa-América, págs. 17-8).

¹⁹⁶ V. «A nova poesia portuguesa socialmente considerada» in Fernando Pessoa, *Textos de Intervenção Social e Cultural*, Publicações Europa-América, págs. 17-24.

¹⁹⁷ É esta a trova: “Augurai gentes vindouras, / Que o rei, que de aqui há-de ir, / Vos há-de tornar a vir / Passadas trinta tesouras”.

¹⁹⁸ V. Fernando Pessoa, *Portugal...*, págs. 130-2. António Quadros (*Poesia...*, pág. 125 e *Fernando Pessoa, Vida, Personalidade...*, págs. 244-8) refere que Pessoa se vira a si próprio como o “Encoberto”. Discordamos, pois no texto em questão o próprio Pessoa nunca o diz, nem o insinua, apenas dizendo que em 1888 “*deu-se em Portugal o acontecimento mais importante da sua vida nacional desde as descobertas; contudo, pela própria natureza do acontecimento, ele passou e tinha de passar completamente despercebido*”. Seria um nascimento, um acto então eminentemente privado? Não o sabemos. O que sabemos é que Pessoa queria ser, antes de mais, um *mitogenista* (ver o poema “Ulisses” em “Os Castelos”) e não ele próprio o mito.

¹⁹⁹ *Op. cit.*, 4.2.3.

dimensão intelectual, de *fatum*, de desespero material, a ser acentuada. Como pode um lamento intelectual, mesmo quando choramos o Destino, ser maior do que por exemplo a voz terna d'O menino de sua mãe", ou Álvaro de Campos em "Aniversário", quando diz: *"no tempo em que festejavam o dia dos meus anos, / Eu era feliz e ninguém estava morto (...) O que eu sou hoje é terem vendido a casa, / É terem morrido todos, / É eu estar sobrevivente a mim-mesmo como um fósforo frio..."*?

Três sentidos tem a primeira linha. O sentido de o livro ser dedicado à "beira-mágoa"; de ser escrito à *beira-mar* (Portugal, país à beira mar) e de ser também ao pé da mágoa que o poeta habita, recluso das suas ideias.

"Meu coração não tem que ter", embora de significado obscuro, pode significar que o poeta renunciou, amargurado, a tentar preencher o vazio que sente no coração, em favor de "*outra Lei*". Isso confirma-se na linha seguinte, "os olhos quentes de água", são sinal de emoção, mas é uma emoção contemplativa, resumida na reza: "só tu, Senhor, me dás viver".

Análise linha a linha da segunda estrofe:

Só te sentir e te pensar
O pensamento e análise do regresso do Rei.
Meus dias vácuos enche e doura.
Ocupa-lhe os dias, que sem esse pensamento seriam vazios, estéreis, vácuo.
Mas quando quiserás voltar?
No entanto resta ainda a dúvida do quando.
Quando é o Rei? Quando é a Hora?
Quando regressará o verdadeiro Rei, em que momento?

Análise contextual da segunda estrofe:

Pessoa, que se apelidaria em 1935 "*partidário de um nacionalismo místico*"²⁰⁰, revela aqui a sua paixão pela pesquisa oculta em torno do regresso de D. Sebastião. "Só te sentir e te pensar / Meus dias vácuos enche e doura". "Sentir" é sintoma de patriotismo²⁰¹, emoção, mas "pensar" é sinal de raciocínio, intelectualismo.

No entanto, apesar de tanta pesquisa, de tanto esforço, Pessoa duvida, como todo o crente, duvida do momento em que tudo se tornará realidade, questionando "quando quiserás voltar?" e "Quando é o Rei? Quando é a Hora?". Será a hora aquela que ele proclama no último poema, "Nevoeiro"? O que o assalta é um misto de antecipação, medo e dúvida. Pois ele é um poeta que espera a vinda do Império Cultural, o Império do Espírito, em que todos como ele terão um lugar de destaque.

Análise linha a linha da terceira estrofe:

Quando virás a ser o Cristo
Quando virá o Encoberto ocupar o lugar de Cristo.
De a quem morreu o falso Deus,
Cristo que sofrera já a morte do seu pai.
E a despertar do mal que existo
Despertando da má existência quotidiana.
A Nova Terra e os Novos Céus?
Uma nova realidade e novos objectivos, mais altos e sublimes.

²⁰⁰ [Nota biográfica escrita em 30 de Março de 1935](#), publicada primeiro parcialmente em conjunto com o poema *À memória do Presidente-Rei Sidónio Pais*, Editorial Império, 1940 e depois completa no livro de João Gaspar Simões, *Vida e Obra de Fernando Pessoa*, Bertrand, Volume II, Lisboa, 1950, págs. 361-2.

²⁰¹ "*Ninguém suspeita do meu amor patriótico, mais intenso do que o de todos quanto conheço... O seu calor, a sua intensidade – terna, revoltada e ansiosa – , jamais conseguirei exprimir*" – dizia o poeta em 1908 (data provável) (in Fernando Pessoa, *Escritos Íntimos...*, pág. 20). Há pois um misto de "sentir" e de "pensar" no patriotismo de Pessoa. Ele é racional até ao ponto em que o seu racionalismo não lhe apresenta uma solução para o futuro do país, e então ele é místico. Não nos parece, como aventa Onésimo Almeida, que, para conciliar os dois pontos de vista Pessoa tenha utilizado de maneira prática a noção de mito – como *coisa meramente interventiva*. Isso reduz sobremaneira o escopo investigativo da obra. (V. Onésimo Teotónio Almeida, *Mensagem – uma tentativa de reinterpretação*, Sec. Reg. Ed. e Cultura, Açores, 1987, pág. 49 e segs.).

Análise contextual da terceira estrofe:

Pessoa questiona novamente o “quando” do regresso do Rei. Pergunta “quando virás a ser o Cristo”, ou seja, quando virá o “Encoberto” ocupar o lugar do Cristo nos corações dos Portugueses, como novo símbolo, da nova religião.

“O Cristo / (...) a quem morreu o falso Deus” – aqui Pessoa refere porventura a filosofia de Nietzsche, que anuncia no fim do século XIX a morte de Deus. É certo que Pessoa leu pelo menos um livro da nova corrente filosófica chamada “Existencialismo”²⁰². Ele mesmo, sobretudo como Bernardo Soares, é muitas das vezes um existencialista, sem o saber.

“Despertar do mal que existo”, será uma referência ao mal-estar da vida de Pessoa (“mal que existo”, ou, “como estou mal”), insatisfeito e perturbado, tanto a nível pessoal, como profissional, como até pela conturbada realidade política do país. “A Nova Terra e os Novos Céus”, seriam uma bem vinda panaceia para as constantes preocupações de Pessoa, neurasténico e permanentemente dominado pelos seus pensamentos.

Atrevemo-nos a dizer que ele deseja mesmo é a paz pessoal que viria com os Novos Tempos, e nem tanto a revolução enorme, o apocalipse.

Análise linha a linha da quarta estrofe:

Quando virás, ó Encoberto,
Quando virá D. Sebastião, já mito puro?
Sonho das eras português,
Quando se realizará o sonho de Império sem fim?
Tornar-me mais que o sopro incerto
Quando também terá Pessoa o destino que sempre sonhou?
De um grande anseio que Deus fez?
Ser mais do que apenas uma promessa, um futuro deixado sempre por se cumprir.

Análise contextual da quarta estrofe:

Esta é a estrofe em que o poeta nos fala dos seus desejos mais íntimos, porventura tão íntimos que quase se tornam proibidos. “Quando virás, ó Encoberto / Sonho das eras português” – eis duas linhas inócuas, que não trazem nada de novo, é a mesma súplica, o mesmo apelo.

Mas logo de seguida Pessoa diz: “Tornar-me mais que o sopro incerto / De um grande anseio que Deus fez”. Aqui perpassa o que Pessoa pensava do seu próprio génio e que muitas das vezes fica por dizer. Ele sente-se diferente dos outros homens, com uma visão intuitiva da realidade, dos mistérios, alguém *eleito por Deus para sofrer*.

“Deixar-se ser célebre é uma fraqueza”, diz, “«ser homem de génio desconhecido», é o mais belo de todos os destinos (...) o maior dos destinos”²⁰³. É o mesmo homem que disse: “Não sou nada. / Nunca serei nada. / Não posso querer ser nada”²⁰⁴, como um menino que se queixa de não o deixarem brincar. Afinal ele, interiormente, intui: “a capacidade de pensar o que sinto que me distingue do homem vulgar / Mais do que ele se distingue do macaco”²⁰⁵. Mas no fim todo o esforço, investigação, se resume a uma “sensação carnal, da vacuidade prolixa das coisas”²⁰⁶.

²⁰² António Pina Coelho refere que Pessoa diz ter lido uma tradução espanhola da obra magna de Nietzsche, *Assim Falava Zaratustra* (Cf. António Pina Coelho, *Os Fundamentos Filosóficos da Obra de Fernando Pessoa*, Verbo, I Volume, 1971, pág. 59). Encontramos, entre outras referências, uma breve análise à obra de Nietzsche num texto filosófico de Pessoa intitulado “Nietzsche e o Paganismo” (in Fernando Pessoa, *À Procura da Verdade Oculta*, Publicações Europa-América, 2.ª edição, págs. 44-5).

²⁰³ Fernando Pessoa, *Escritos Íntimos...*, pág. 48.

²⁰⁴ Fernando Pessoa, *Poesias de Álvaro de Campos*, pág. 208.

²⁰⁵ *Ibid.*, pág. 127.

²⁰⁶ Bernardo Soares, *O Livro do Desassossego*, pág. 157.

Pessoa sente em si mesmo a ambiguidade de não saber ao certo quem é ou o que lhe reserva o Destino. Por um lado sente-se superior, mas por outro, essa superioridade é o que impede que ele tenha uma *vida normal*. Deus pode tê-lo feito “grande anseio”, mas Pessoa decerto trocaria a magnífica estrada que teme percorrer, pela *paz pobre* de um amor sereno, por tranquilidade e monotonia.

Análise linha a linha da quinta estrofe:

Ah, quando quiserás voltando,
Quando voltará D. Sebastião, mito.
Fazer minha esperança amor?
Para tornar real o sonho de irmandade.
Da névoa e da saudade quando?
Quando virá ele da sombra onde se esconde.
Quando, meu Sonho e meu Senhor?
Quando será realidade o sonho, o novo governante da terra.

Análise contextual da quinta estrofe:

Depois de nas 3.^a e 4.^a estrofes ter ousado pedir para si, Pessoa na 5.^a estrofe retorna, para concluir, ao tom de súplica e humildade com que iniciara o poema. Parece por isso ter dúvidas se é ele – Pessoa – o veículo terreno ideal para que o mito ganhe novamente dimensão de realidade. “Fazer minha esperança amor”, quer dizer que é Pessoa que anseia, que deseja o novo reino nascido da irmandade (amor) entre todos os homens, erguido sobre os princípios basilares dos Rosa-cruzes.

No entanto se é Pessoa que deseja, que suplica, não é ele o “Senhor” dos Novos Tempos. Há nisso um paradoxo, que Pessoa usa para encerrar o poema: “meu Sonho e meu Senhor”. Como pode um sonho que nasce do próprio Pessoa, governá-lo? É simples. O inconsciente é onde nasce a ideia do Novo Reino, a ideia que depois de nascer no sonho, domina a realidade. Assim pode ser, ao mesmo tempo, “Sonho” e “Senhor”.

Os Tempos

Noite

III

OS TEMPOS

PRIMEIRO

NOITE

A nau de um deles tinha-se perdido
No mar indefinido.
O segundo pediu licença ao Rei
De, na fé e na lei
Da descoberta, ir em procura
Do irmão no mar sem fim e a névoa escura.

Tempo foi. Nem primeiro nem segundo
Volveu do fim profundo
Do mar ignoto à pátria por quem dera
O enigma que fizera.
Então o terceiro a El-Rei rogou
Licença de os buscar, e El-Rei negou.

Como a um cativo, o ouvem a passar
Os servos do solar.
E, quando o vêem, vêem a figura
Da febre e da amargura,
Com fixos olhos rasos de ânsia
Fitando a proibida azul distância.

Senhor, os dois irmãos do nosso Nome –
O Poder e o Renome –
Ambos se foram pelo mar da idade
À tua eternidade;
E com eles de nós se foi
O que faz a alma poder ser de herói.

Queremos ir buscá-los, desta vil
Nossa prisão servil:
É a busca de quem somos, na distância
De nós; e, em febre de ânsia,
A Deus as mãos alçamos.

Mas Deus não dá licença que partamos.

Lusíadas: C. V, E. 48

Análise estilística do poema

Métrica

5 sextilhas (o último verso da última sextilha está destacado). O primeiro, terceiro e sexto versos de cada estrofe são decassilábicos, o segundo e o quarto são hexassilábicos e o quinto é octossilábico. Há uma exceção: o quinto verso da última estrofe é hexassilábico.

Esquema rímico

Rima emparelhada, de ritmo irregular.

Número de versos

30

Observações

Cada estrofe tem dois versos agudos; poema mais longo da *Mensagem*; forma narrativa nas duas primeiras estrofes e invocativa nas restantes; uso abundante de encavalgamentos (ausência de pontuação que sugere confusão e pendor trágico do discurso); uso de transferência (num sentido psicológico e poético); uso de alegorias; uso de redundâncias e duplicações (por ex. “mar indefinido”, “mar sem fim”), que complementam o sentido de angústia e dificuldade da viagem (num sentido genérico).

Para a terceira subdivisão da Terceira Parte, Pessoa escolheu o título “Os Tempos”.

Não nos parece de todo inocente esta decisão. De facto, e após cuidada análise, vemos que Fernando Pessoa usara já esta expressão “Tempos”; anteriormente, no poema “Quinto Império” em “Os Símbolos”. Na 4.ª estrofe do referido poema ele diz-nos: “passados os quatro / Tempos do ser que sonhou”.

São pois, segundo a nossa opinião, “Os Tempos”, os Impérios, os quatro passados e o quinto, futuro, ainda por acontecer, mas já anunciado em profecia²⁰⁷. Confirma-se também, pelo menos em parte, esta opinião pela simples razão de os “Tempos” serem cinco, como os Impérios.

Poderá não se encontrar sempre uma correlação directa entre os cinco Impérios e o conteúdo de cada um dos poemas dos “Tempos”, mas é clara a simbologia, sobretudo no Quinto Império (Quinto Tempo) a que corresponde o poema “Nevoeiro”.

“Noite” é a primeira fase do que será o desenvolvimento do Quinto Império. É na noite que se começa a desenhar a luz que virá a surgir mais tarde.

Pessoa escolhe para início um drama trágico-marítimo que vitimou os irmãos Corte Real²⁰⁸. Gaspar Corte Real e Miguel Corte Real morreram em expedições marítimas na América. Eram filhos de João Vaz Corte Real, que em 1472 descobriu a Terra Nova. Vasco Anes Corte Real, o irmão que restou, quis ir em socorro dos outros, mas o rei não o permitiu. Fala-nos Pessoa portanto de uma espécie de morte tripartida (dois mortos + 1 morto em vida).

Análise linha a linha da primeira estrofe:

A nau de um deles tinha-se perdido
A nau de Gaspar, primeiro filho, perdeu-se.
No mar indefinido.
No mar das Américas.
O segundo pediu licença ao Rei
Miguel, o segundo filho pediu permissão ao rei para procurar o irmão.
De, na fé e na lei
Confiando na sua fé e conhecimentos.
Da descoberta, ir em procura
E partiu então na sua procura.
Do irmão no mar sem fim e a névoa escura.
Nos mares ainda mal conhecidos da América do Norte.

²⁰⁷ Opinião contrária tem António Cirurgião. Para este autor “Os Tempos”, são isso mesmo, períodos do dia e fenómenos meteorológicos. Este autor liga ainda cada um dos cinco “Tempos” a cada um dos cinco “Símbolos”. Pensamos que, se realmente os poemas estão interligados, dificilmente se explica porque possuem os poemas “Símbolos” enredos próprios e não são mais vazios e gerais (Cf. *Op. cit.*, pág. 246).

²⁰⁸ Clécio Quesado, *Labirintos...*, 4.3.1. Por evidente *lapsus linguae*, o insigne pessoano escreveu que o “drama (...) vitimou os irmãos Corte Real – Gaspar, Miguel e Vasco – filhos do navegante João Vaz Corte Real”. Na realidade apenas dois morreram no mar, como mais adiante o Prof. Quesado esclarece.

Análise contextual da primeira estrofe:

Em 1501 Gaspar Corte Real partiu para o Continente Americano, na direcção da Terra Nova (*New Found Land*) e nunca mais foi visto. O seu irmão Miguel, partiu em 1502, em busca do seu irmão, mas foi também dado como perdido.

A primeira estrofe relata assim a morte do primeiro irmão e o início da busca pelo segundo: “A nau de um deles tinha-se perdido / No mar indefinido. / O segundo pediu licença ao Rei / na lei / Da descoberta, ir em procura / Do irmão”²⁰⁹.

Não é claro porque Pessoa escolhe este episódio da história trágico-marítima portuguesa para ilustrar o que ele pensa ser a “Noite”²¹⁰. Pensamos que Pessoa terá ficado impressionado mais pela história do irmão que fica (abandonado e sozinho com a sua dor como o próprio Pessoa), do que propriamente com a morte dos outros dois. Veremos de seguida se é esse o caso.

Análise linha a linha da segunda estrofe:

Tempo foi. Nem primeiro nem segundo
Tempo passou, não aparecendo nenhum dos irmãos.
Volveu do fim profundo
Nenhum regressando do fim dos mares.
Do mar ignoto à pátria por quem dera
Esse mar inconsciente da existência de Portugal.
O enigma que fizera.
E de ter dado a Portugal um enigma, no desaparecimento dos irmãos.
Então o terceiro a El-Rei rogou
Vasco, o terceiro irmão, pediu ao rei que o deixasse ir também.
Licença de os buscar, e El-Rei negou.
Queria ir buscar os irmãos, mas o rei não lhe deu as naus para essa empresa.

Análise contextual da segunda estrofe:

A história completa-se. Pessoa conta como depois de algum tempo (“tempo foi”), “nem primeiro nem segundo” dos irmãos aparecendo “do fim profundo”, “o terceiro a El-Rei rogou / Licença de os buscar, e El-Rei negou”. Em princípios de 1500 é rei D. Manuel I.

O desaparecimento dos irmãos, classifica-o Pessoa, como um “enigma”. Ou seja, um *mistério*, futuro por se cumprir. Não é por isso só um desaparecimento, mas mortes por explicar, que eventualmente se enredam num Destino maior, que ainda não se conhece. A frase complexa: “mar ignoto à pátria por quem dera / O enigma que fizera”, pode traduzir-se como: “o próprio mar era inconsciente da existência de Portugal, quando faz o mistério do desaparecimento dos seus navegadores”. O mar é também ele um instrumento de Deus, que opera *pelos mistérios* no Destino dos homens.

O enigma, porém, não é a única parte importante desta história. Isto porque o irmão Vasco fica sozinho e sem poder resgatar os seus irmãos. Ele passa a sofrer na solidão o seu Destino (como antes o Infante D. Fernando o fizera – ver poema “D. Fernando Infante de Portugal” em “As Quinas”). É também o poeta que sofre, por transferência. O símbolo serve para todos os sofrimentos, quicá mesmo o de Portugal enquanto nação²¹¹.

²⁰⁹ Assim começa um poema que António Cirurgião lembra ser o mais longo da *Mensagem* representando simbolicamente os longos séculos de espera pelo Encoberto (*Op. cit.*, pág. 249).

²¹⁰ Escolhendo episódios (e por vezes figuras) na obscuridade da história nacional, parece Pessoa querer propositadamente afastar-se da dimensão épica dos *Lusíadas*, que – parece – o ameaça veladamente, como uma nuvem negra de tempestade. A *Mensagem* torna-se assim mais introvertida e oculta. Mesmo assim há quem indique aqui a intertextualidade com o episódio do naufrágio de Sepúlveda em Camões (Cf. *Os Lusíadas*, C. V, E. 48).

²¹¹ É o que pensa António Cirurgião (Cf. *Op. cit.*, pág. 250).

Análise linha a linha da terceira estrofe:

Como a um cativo, o ouvem a passar
Como um preso – que caminha na sua cela – ouvem-no passar.
Os servos do solar.
Os criados no seu solar de capitão-donatário de Angra.
E, quando o vêem, vêem a figura
Quando olham para a figura dele.
Da febre e da amargura,
Vêem doença e amargura.
Com fixos olhos rasos de ânsia
Os olhos perdidos e ansiosos.
Fitando a proibida azul distância.
Fitam o mar, em busca ainda dos seus irmãos perdidos.

Análise contextual da terceira estrofe:

Vasco, agora sozinho, é eleito sucessor de seu pai, ganha o seu alto cargo (capitão donatário) e passa a residir na "Casa do Capitão" em Angra do Heroísmo. É uma grande casa, senhorial, de pedra, fria, ainda mais agora que a ocupa o coração vazio do novo capitão²¹².

“Como (...) um cativo, o ouvem a passar / Os servos do solar”. Ele percorre o espaço da seu grande solar. Como um cativo porque tem certamente um passo preocupado, como um cativo porque percorre de um lado ao outro salas e corredores, sem ter para onde ir, perturbado com as suas memórias, a sua culpa. Está febril, amargurado e ainda fixa, doentio, “com olhos (...) rasos de ânsia / (...) a proibida azul distância”, na esperança infantil de ver regressar os seus irmãos.

Análise linha a linha da quarta estrofe:

Senhor, os dois irmãos do nosso Nome –
Pessoa fala a Deus dos irmãos, mas já mitos.
O Poder e o Renome –
Chama-lhes poder e renome.
Ambos se foram pelo mar da idade
Diz-Lhe que ambos se perderam no mar.
À tua eternidade;
Em direcção da morte – eternidade.
E com eles de nós se foi
E levaram com eles.
O que faz a alma poder ser de herói.
A coragem.

Análise contextual da quarta estrofe:

Na fase final do poema, Pessoa vai aproveitar para elaborar uma metáfora. Pegando na matéria-prima que foi a morte dos dois irmãos, e que depois de morte, foi feita um *mistério*, um *enigma*, o poeta vai incorporar no mistério os elementos da revelação.

“Senhor, os dois irmãos do nosso Nome / – O Poder e o Renome –”. Note-se como Pessoa torna a tragédia pessoal de uma família – os Corte Real – na tragédia Universal de uma nação. Como se a morte que os atingiu, fosse – pelo *mistério* – passível de uma interpretação superior, reveladora do Destino. Gaspar e Miguel deixam de ter nome humano, para serem “O Poder e o Renome”. Mais uma vez Pessoa aniquila o indivíduo em favor da humanidade.

²¹² Curiosamente a “Casa do Capitão” é hoje uma casa de turismo rural em Angra do Heroísmo. Pode-se visitar virtualmente seguindo o seu endereço de Internet: <http://www.casadocapitao.net>.

A comparação segue-se, logicamente: “Ambos se foram pelo mar da idade / E com eles de nós se foi / O que faz a alma poder ser de herói”. Ou seja, como eles morreram, também morreu o poder de Portugal e o nosso renome, a nossa fama esmoreceu, em *mistério*.

Análise linha a linha da quinta estrofe:

Queremos ir buscá-los, desta vil
Há um desejo de os ir socorrer.
Nossa prisão servil:
De ir com eles na procura, na viagem.
É a busca de quem somos, na distância
Essa busca é imaterial, sempre na distância, mas de nós mesmos.
De nós; e, em febre de ânsia,
Nessa busca impossível, febril.
A Deus as mãos alçamos.
Nessa busca é que também alcançamos Deus.

Mas Deus não dá licença que partamos.
Mas a procura tem de ser iniciada em Deus, pela sua permissão e caminho.

Análise contextual da quinta estrofe:

“Queremos ir buscá-los, desta vil / Nossa prisão servil: / É a busca de quem somos, na distância / De nós”. Pessoa aqui transfere por completo o drama para a Nação, e não para o indivíduo. Isto embora Vasco, na sua solidão, na sua angústia e inquietude, represente todos os portugueses²¹³. O que Pessoa deseja, o que pensa ser a salvação, uma saída para o marasmo do país, que se lamenta na saudade, é empreender “a busca”, sair da “prisão servil” em que nos encontramos. A busca, no entanto, não é material, mas pessoal, espiritual: é “de nós”.

Só assim, na “febre de ânsia, / A Deus as mãos alçamos”. Isto porque na procura da verdade pessoal, vamos encontrar a verdade Universal que é Deus.

“Em febre de ânsia, / A Deus as mãos alçamos. / Mas Deus não dá licença que partamos”. Veja-se com que beleza Pessoa conclui o poema “Noite”. Beleza triste, é certo, mas aqui chora o coração do poeta, vendo na sua inteira dimensão a dificuldade de cumprir o sonho da conquista pessoal, sem ter a ajuda de Deus.

Poder-se-ia perguntar porque não pode a procura pessoal existir sem Deus. Mas essa pergunta não faz sentido, porque Pessoa sabe que o acesso à Verdade tem de passar pelo infinito. Uma procura pessoal sem essa Verdade seria diminuída, insignificante. Por isso mesmo não basta a morte, o sofrimento, tem de haver a revelação, a *via crucis* do conhecimento oculto. Para além de Deus há o significado de Deus e do homem.

É pois a “Noite” um poema de morte, mas de início de compreensão. Se quisermos *do surgir da inteligência*, comparável ao Império Grego.

²¹³ Claro que Vasco também pode representar, inconscientemente, a angústia do próprio Fernando Pessoa. Neste período (fim dos anos 20), ele está sozinho, sem família, sem amor, com dificuldades em organizar a sua obra e ter sequer uma clara visão do que poderá ser o seu futuro.

Tormenta

SEGUNDO

TORMENTA

Que jaz no abismo sob o mar que se ergue?
Nós, Portugal, o poder ser.
Que inquietação do fundo nos soergue?
O desejar poder querer.

Isto, e o mistério de que a noite é o fausto...
Mas súbito, onde o vento ruge,
O relâmpago, farol de Deus, um hausto
Brilha e o mar 'scuro 'struge.

26-2-1934

Lusíadas: --

Análise estilística do poema

Métrica

2 Quartetos. Versos decassilábicos e octossilábicos, alternados.

Esquema rímico

Rima cruzada.

Número de versos

8

Observações

Estrutura em forma de interrogações e respostas, na primeira estrofe; uso de tempos verbais infinitivos; uso de metáforas (por ex. "abismo"); temática escatológica.

Á "Noite" segue-se a "Tormenta".

Há certamente uma razão para tudo se seguir à "Noite". É como se a realidade que aparece, seja sempre velada pela "Noite", escondida dos olhos, apenas sentida pela intuição.

Não é claro – pois não podemos adivinhar o pensamento do poeta, apenas intuí-lo – porque Pessoa escolhe os termos que escolhe, nem a cadência dos mesmos na sua narrativa hermética. Parece-nos, no entanto, que há uma grande metáfora nos cinco "Tempos", cinco "Impérios", representando o nascimento – no mar – de um novo dia.

Certo é que o mar – espelho que revela e esconde, água que renova e purifica – é o palco do drama que trará a nova realidade, a Nova Vida.

A "Tormenta" representa o começo da agitação dessa Nova Vida, dessa energia latente. É Roma – poder de conquista, força.

Análise linha a linha da primeira estrofe:

Que jaz no abismo sob o mar que se ergue?

Pessoa questiona o que está no fundo do mar, no mistério do mar.

Nós, Portugal, o poder ser.

Responde: Portugal, com o seu Destino ainda por ser cumprido.

Que inquietação do fundo nos soergue?

Pessoa pergunta o que nos pode levantar desse fundo, esquecimento.

O desejar poder querer.

Responde: o desejo de querer ser mais, a possibilidade de sairmos do esquecimento.

Análise contextual da primeira estrofe:

“Que jaz no abismo sob o mar que se ergue”. Lembra-nos esta passagem, outra passagem anterior: “Deus ao mar o perigo e o abismo deu,” (poema “Mar Português” na Segunda Parte). Também no poema “Ascensão de Vasco da Gama” fizera Pessoa referência a um abismo: “O céu abrir o abismo à alma do Argonauta”.

Mas o abismo é aqui, não o mar superfície, mas o fundo do mar (“sob o mar”). Tal como em “Mar Português”, pensamos que Pessoa se refere ao abismo como infinito, como contraponto à realidade finita do homem.

Confirmamos isso com a linha seguinte, pois Pessoa diz-nos o que reside no “abismo sob o mar que se ergue”: é “Portugal, o poder ser”. A *potência*, o dever-ser, a essência só pode residir no infinito, à espera de ser concretizada. E a razão dessa concretização é – segundo Pessoa – “o desejar poder querer”, “inquietação” que “do fundo nos soergue”.

Análise linha a linha da segunda estrofe:

Isto, e o mistério de que a noite é o fausto...

A inquietação é também feita de mistério, de ser como o fausto.

Mas súbito, onde o vento ruge,

Mas inesperadamente, na direcção do vento.

O relâmpago, farol de Deus, um hausto

Surge um relâmpago divino, de luz, verdade, vórtice luminoso.

Brilha e o mar 'scurro 'struge.

Essa luz brilha e mexe o mar com um estrondo.

Análise contextual da segunda estrofe:

Não é afinal apenas inquietação o que move o dever-ser na direcção da realidade. É também “o mistério de que a noite é o fausto”. Fausto, uma lenda medieval alemã, foi tratado com honras de grande clássico da literatura por figuras como Marlowe e Goethe²¹⁴, e conta a história de um homem que vende a alma eterna ao diabo em troca de riqueza e conhecimentos terrenos.

“A noite é o fausto”, pode significar que a noite, como Fausto, quer o conhecimento, não se contenta em estar na escuridão, seja qual for o custo dessa audácia²¹⁵.

Seja como for, no meio da inquietação que se agita, surge “onde o vento ruge”, “o relâmpago, farol de Deus”, “um hausto / Brilha e o mar 'scurro 'struge”. De maneira arcaizante e formal Pessoa aponta a intervenção divina: a permissão que não fora dada no poema “Noite”, e que agora aparece plácida e subentendida. Como se fosse necessário o rebuliço e tremor do dever-ser, para que Deus acorde “dar licença que partamos” (poema “Noite”, 5.ª estrofe). É uma licença divina, em forma de facho de luz (“hausto”), que rompe a noite com a sua Verdade e agita o mar escuro com a corrente da Nova Vida.

²¹⁴ Também Pessoa escreveu o seu Fausto, que no entanto ficou incompleto. É de essência diferente da abordagem de Marlowe ou Goethe, aproximando-se, na nossa opinião de um Bernardo Soares, mas mais fechado sobre si mesmo, hermético, mais soturno embora menos desesperado. Não cabe aqui o estudo que essa obra magnífica ainda pouco conhecida merece, apenas indicaremos uma das possíveis aberturas da mesma: “*Ah tudo é símbolo e analogia! / O vento que passa, a noite que esfria*” (Fernando Pessoa, *Fausto – Tragédia Subjectiva*, Presença, 1988, pág. 5).

²¹⁵ Claro que a passagem “e o mistério de que a noite é o fausto...” pode ter também uma interpretação puramente literal, de que o mistério é o fausto da noite, ou seja, o mistério seria a mais magnífica essência da noite. Por uma questão de coerência achámos que a par da interpretação mais literal (e porventura lógica) se poderia dar a interpretação oculta, mesmo que possa estar errada. Cabe ao leitor decidir.

TERCEIRO

CALMA

Que costa é que as ondas contam
E se não pode encontrar
Por mais naus que haja no mar?
O que é que as ondas encontram
E nunca se vê surgindo?
Este som de o mar praiar
Onde é que está existindo?

Ilha próxima e remota,
Que nos ouvidos persiste,
Para a vista não existe.
Que nau, que armada, que frota
Pode encontrar o caminho
A praia onde o mar insiste,
Se à vista o mar é sozinho?

Haverá rasgões no espaço
Que dêem para outro lado,
E que, um deles encontrado,
Aqui, onde há só sargaço,
Surja uma ilha velada,
O país afortunado
Que guarda o Rei desterrado
Em sua vida encantada?

15-2-1934

Lusíadas: --

Análise estilística do poema

Métrica

2 Séptimas e uma oitava. Versos heptassilábicos.

Esquema rímico

Rima em esquema abbcabc (2 séptimas) e abbacbbc (oitava).

Número de versos

22

Observações

Desenvolvimento dialéctico do poema entre os sentidos da visão e audição; uso de interrogações (muitas delas retóricas); dialéctica entre o visível e o invisível; o poema sugere dúvida e calma expectativa; uso de paradoxos (por ex. “próxima”, “remota”).

“Calma” é o terceiro dos “Tempos”.

O poema pode significar, no decorrer da simbologia que propusemos entre os cinco “Tempos” e os cinco “Impérios”, a Cristandade, a paz do desenvolvimento do Cristianismo na Europa e no mundo medieval.

A Nova Vida, depois do impulso de força (“Tormenta”) sai da “Noite” para uma “Calma” inesperada, de contemplação. Novamente recorrendo a linguagem dos navegantes, também é certo que “depois da tempestade vem a calmaria”²¹⁶.

É neste momento que não há regresso possível, pois a nova *Obra* foi começada, pelo “relâmpago” (poema “Tormenta”, 2.^a estrofe), e agora apenas permanece tranquila, a ganhar consistência (e consciência).

Análise linha a linha da primeira estrofe:

Que costa é que as ondas contam
Que costa impossível.
E se não pode encontrar
Uma costa que não se pode encontrar.
Por mais naus que haja no mar?
Por mais que se procure.
O que é que as ondas encontram
Em que costa batem as ondas.
E nunca se vê surgindo?
Mas sem nunca se verem a bater.
Este som de o mar praíar
Um som de ondas a espraíar.
Onde é que está existindo?
Que é só um som, sem realidade.

Análise contextual da primeira estrofe:

Retomando um tema que encontramos nas “Ilhas Afortunadas” (em “Símbolos”), bem como em “Horizonte” (na segunda parte, “Mar Português”), Pessoa sugere que não existe agora uma costa onde aportar, pelo menos não uma costa física, feita de portos seguros.

Mais uma vez o poeta *desmaterializa, simboliza*, retira tudo menos a essência, para chegar a uma verdade pura. Depois do sofrimento da “Tormenta”, a “costa (...) que as ondas contam / (...) se não pode encontrar”, ou seja, não há consolo, realidade que apare o sofrimento, “por mais naus que haja no mar”.

A mente, louca, perdida, pergunta: “O que é que as ondas encontram / E nunca se vê surgindo? / Este som de o mar praíar / Onde é que está existindo?”²¹⁷. A costa não existe, mas ouvem-se as ondas a bater contra ela – é este verdadeiramente um sinal de loucura ou de estar algo divino prestes a acontecer... Muitas das vezes em Pessoa a fronteira é ténue, entre o desespero e o êxtase, entre a ignorância e a verdade.

Análise linha a linha da segunda estrofe:

Ilha próxima e remota,
Ilha afortunada, que existe e não existe.
Que nos ouvidos persiste,
Que se ouve e se pressente.
Para a vista não existe.
Mas que nunca se vê.
Que nau, que armada, que frota
Pois então que nau física, que armada ou frota.

²¹⁶ Clécio Quesado indica que este poema, construído com cinco interrogações, “*atualiza -- e, mais que isto, intensifica -- o clima de expectativa e de dúvida em torno do desvelamento do mito*” (*Op. cit.*, 4.3.3.).

²¹⁷ Em Pessoa é a perda de identidade, a dissolução do “eu” (multiplicado ou anulado) que resulta na sua teoria do conhecimento. Segundo Pessoa, para conhecermos, temos igualmente de ignorar, e no paradoxo aceder à verdade proibida, não pela consciência, mas pela intuição. É um ponto de vista gnóstico, mas igualmente um ponto de vista hermético, iniciático. Será assim, neste enquadramento, que devemos analisar como Pessoa considera a “loucura uma coisa sã”, pois a loucura é a última fase da perda de identidade, que, se por um lado traz o perigo da morte, nos entrega nas mãos a recompensa da verdade.

Pode encontrar o caminho
Pode encontrar este caminho proibido.
A praia onde o mar insiste,
Como pode encontrar uma praia onde ela não existe?
Se à vista o mar é sozinho?
Porque está só ali mar.

Análise contextual da segunda estrofe:

Quando fala em “Ilha próxima e remota”, é óbvio que Pessoa fala da “Ilha Afortunada”, onde a lenda diz que vive D. Sebastião, à espera do seu regresso, numa noite de nevoeiro. Novamente Pessoa retira-lhe consistência de verdade, ao chamar-lhe “próxima e remota”, que “para os ouvidos existe” mas “para a vista não existe”. Já fizera o mesmo no poema “Ilhas Afortunadas” em “Os Símbolos”.

Mas Pessoa nunca se repete. Agora insiste apenas num mesmo tema, porque a Ilha não é a mesma ilha. Isto porque em “Ilhas Afortunadas”, Pessoa fala (e ironiza) sobre quem pensa que essas ilhas existem realmente e podem ser acessíveis por *nau*, *armada* ou *frota*. Esta “Ilha próxima e remota”, é já uma *ilha do pensamento*, não uma ilha que pode ser real. Só assim ela pode ser, pode servir à alma que a persegue.

“À vista o mar é sozinho” – ou seja, a ilha não existe na realidade, não é uma ilha como as outras, é a Ilha Afortunada despida de significado concreto, já idealizada. É um objectivo da mente, não das mãos, da conquista. É um objectivo espiritual e intelectual. Nenhuma “nau (...) pode encontrar o caminho”, porque é a alma que o vai percorrer sozinha.

Análise linha a linha da terceira estrofe:

Haverá rasgões no espaço
Pessoa pergunta se haverá um modo de viajar no espaço.
Que dêem para outro lado,
De chegar de imediato a outro lado.
E que, um deles encontrado,
Se existe, talvez encontrando um desses modos.
Aqui, onde há só sargaço,
Viajando por ele, entrando no vazio do mar.
Surja uma ilha velada,
Saíamos de repente no outro lado na tal ilha escondida.
O país afortunado
Esse país afortunado e misterioso.
Que guarda o Rei desterrado
Onde D. Sebastião vive.
Em sua vida encantada?
Uma vida congelada no encantamento.

Análise contextual da terceira estrofe:

Pessoa continua a ironizar com aqueles que acreditam na Ilha Afortunada como coisa real. Pergunta mesmo se “Haverá rasgões no espaço / Que dêem para outro lado, / E que, um deles encontrado, (...) Surja uma ilha velada”.

Esta “Calma”, é uma calma quase existencialista, não fosse Pessoa requerer a presença de Deus. Porque há certamente uma perda de todas as certezas físicas, de todas as respostas. Não é por acaso que saímos todos da “Noite”, para esta aventura como nunca existiu outra antes dela. A “Noite” torna-nos todos iguais, traz o equilíbrio impossível, o apagamento das personalidades e dos orgulhos pessoais. A “Calma” que nos assalta agora, depois da decisão da “Tormenta”, é um medo imenso de abandono e de loucura. Ainda assim Pessoa mostra a coragem necessária, para renegar a certeza, em busca do sempre distante *ouro espiritual*.

Não há nenhum “país afortunado / Que guarda o Rei desterrado / Em sua vida encantada”: essa é também a mensagem escondida do próprio livro que Pessoa escreve. Só o símbolo, o mito, resiste. Frágil e invisível, na “Calma” impossível do mar parado. Não há que esperar nada além disso – por mais doloroso e difícil que seja este vazio.

QUARTO

ANTEMANHÃ

O mostrengo que está no fim do mar
Veio das trevas a procurar
A madrugada do novo dia,
Do novo dia sem acabar;
E disse: “Quem é que dorme a lembrar
Que desvendou o Segundo Mundo,
Nem o Terceiro quer desvendar?»

E o som na treva de ele rodar
Faz mau o sono, triste o sonhar,
Rodou e foi-se o mostrengo servo
Que seu senhor veio aqui buscar.
Que veio aqui seu senhor chamar –
Chamar Aquele que está dormindo
E foi outrora Senhor do Mar.

8-7-1933

Lusíadas: C. IV, E. 67-75; C. V, E. 50

Análise estilística do poema

Métrica

2 Séptimas. Versos octossilábicos, com excepção do primeiro e quinto verso da primeira estrofe que são decassilábicos.

Esquema rímico

Rima em esquema aabaaca.

Número de versos

14

Observações

Rima peculiar, com uso abundante de terminações em “ar”, sugerindo um espaço sufocante, como uma prisão; uso de metáforas; uso de duplicações sonoras (por ex. “procurar”, “buscar”).

“Antemanhã” é o alvorecer, o tempo em que o dia está a surgir em alvorada.

Na simbologia por nós proposta, será este poema é o equivalente da Europa, o quarto Império Intelectual.

Depois de sair da “Noite”, a alma decide em “Tormenta” sair do marasmo em que se encontra, o que a leva à “Calma” resultante da sua decisão. Vemos agora o nascer do Novo Dia, numa “Antemanhã”, que levará a um futuro ainda desconhecido.

Como um sonho de infinito, todo este drama se desenrola num mar sem forma, a bordo de uma nau imaterial, sempre navegando na distância do horizonte²¹⁸.

²¹⁸ A nossa intuição, de que todo este drama dos “Tempos” se desenrola no mar, mas numa visão desmaterializada da realidade confirma-se em parte lembrando esta famosa passagem de Pessoa: “a nossa grande Raça partirá em busca de uma Índia nova, que não existe no espaço, em naus que são construídas «daquilo que os sonhos são feitos». E o seu verdadeiro e supremo destino, de que a obra dos navegadores foi o obscuro e carnal antearremedo, realizar-se-á divinamente” («A nova

Análise linha a linha da primeira estrofe:

O mostrengo que está no fim do mar
O monstro de rocha nos limites do mar conhecido.
Veio das trevas a procurar
Veio da noite à procura.
A madrugada do novo dia,
Vendo a madrugada que nasce.
Do novo dia sem acabar;
A madrugada que é a madrugada de um novo dia eterno.
E disse: “Quem é que dorme a lembrar
Espantado perguntou quem se esquece na saudade.
Que desvendou o Segundo Mundo,
Na saudade de ter desvendado o segundo mundo (o Mar Português).
Nem o Terceiro quer desvendar?»
Quando resta ainda o terceiro (do Encoberto) por desvendar.

Análise contextual da primeira estrofe:

Pessoa resgata uma figura simbólica – o mostrengo – para agora servir de interpelador de quem procura o Encoberto, como a Esfinge protege o conhecimento oculto dos que não estão preparados para o receber.

Em “O Mostrengo” (segunda parte, “Mar Português”), o mostrengo é diferente do que aparece agora²¹⁹. É, espantosamente, mais humano, mesmo sendo de rocha. Agora até ele se rende ao simbolismo, parece menos vivo, irreal, já despido de sentimento, iluminado por outra luz. Em Camões o Adamastor transfigura-se em cabo (C. V. E. 50), aqui ocorre o contrário: é o cabo (realidade) que se transfigura em essência (irrealidade).

É ele que agora surge “das trevas a procurar / A madrugada do novo dia”. Lembremos que foi o “relâmpago” de Deus que iniciou este “novo dia sem acabar” – um novo dia que significa uma nova era, um novo princípio. É também o mostrengo que agora fala e avisa, quando antes era ele que se espantava com a passagem dos portugueses tão perto dele. Ele diz então: “Quem é que dorme a lembrar / Que desvendou o Segundo Mundo, / Nem o Terceiro quer desvendar?”, ou seja, quem dorme na saudade do segundo mundo (o mundo que Pessoa descreve em Mar Português, segunda parte da *Mensagem*) não quer desvendar o terceiro (o do Encoberto e do Quinto Império). A pergunta retórica do mostrengo é intencionalmente deixada no vazio do mar.

Análise linha a linha da segunda estrofe:

E o som na treva de ele rodar
E o som do mostrengo a rodar, no seu mau auspício.
Faz mau o sono, triste o sonhar,
Perturba o sono e traz tristeza aos sonhos.
Rodou e foi-se o mostrengo servo
Foi-se o mostrengo que servia um propósito mais alto.
Que seu senhor veio aqui buscar.
Levado pela mesma razão que o trouxera.
Que veio aqui seu senhor chamar –
O seu senhor o chamara.
Chamar Aquele que está dormindo
Chamara-o do seu sono.
E foi outrora Senhor do Mar.

Poesia Portuguesa no seu aspecto psicológico» in A Águia, II série, n.º 12, Dezembro de 1912; citado em Fernando Pessoa, *Textos de Intervenção...*, pág. 57).

²¹⁹ Também regista esta diferença, ou oposição Clécio Quesado (*Op. cit.*, 4.3.4). Por outro lado António Cirurgião avança com a possibilidade de o mostrengo ser agora o dragão do Apocalipse (Ap 13, 7-10) (*Op. cit.*, pág. 260 e segs.). Quanto a intertextualidade: *Os Lusíadas*, C. IV, E. 67-75.

O mostrengo, que outrora dominara o mar.

Análise contextual da segunda estrofe:

Vindo o mostrengo anunciar a necessidade de abandonar “o segundo mundo” pelo “terceiro”, ele faz obrar nas mentes daqueles que insistem na saudade “mau (...) sono” e “triste (...) sonhar”. Mas é um facto que ele se foi embora (“foi-se o mostrengo servo”). Este “foi-se” é, achamos, um momento de grande significado ontológico – porque o homem é deixado só, sem aquele que era “outrora Senhor do Mar”.

Neste momento da história já nem o mostrengo resta do passado²²⁰. O mostrengo revela-se ele mesmo uma ilusão, um fantoche de uma outra vontade. Tal é assim que Pessoa o diviniza: “Aquele que está dormindo / E foi outrora Senhor do Mar”. Afinal o mostrengo apenas parecia ignorar o Destino de quem o desafiava. Na realidade ele é da mesma matéria de Deus e como ele responde aos mesmos desígnios.

Quando o “Senhor do Mar” se vai, é verdadeiramente o momento da aurora do Novo Dia. Neste sentido, como diz Clécio Quesado, “Antemanhã” anuncia a “*pré-história da ressurgência do Encoberto*”²²¹. Este insigne pessoano acrescenta ainda uma brilhante comparação: é possível entender o poema “*como se ele fosse um Viriato d'O Encoberto, versão mítica do segundo herói da história pátria, uma vez que este é concebido pelo narrador da Mensagem como o primordial lampejo da liberdade*”. Realmente Pessoa em “Viriato” (em “Os Castelos”) diz: Teu ser é como aquela fria / Luz que precede a madrugada, / E é já o ir a haver o dia / Na antemanhã, confuso nada”²²².

²²⁰ Prova disso é que o que antes era “visual”, passa agora a ser “auditivo”. “*O poeta retoma o motivo do monstro d' O Mostrengo. Aí o monstro tinha sido vencido e aparecia só para saber por quem. A visualidade era dominante (...) A reaparição do monstro é descrita em termos auditivos: «o som na treva de ele rodar», mas é um som que se refere à visualidade do círculo, do rodar. O visual escurece, esfuma-se, mas não se anula totalmente, o gesto anterior de desvendar*” (Roxana Eminescu, *Op. cit.*).

²²¹ *Op. cit.*, 4.3.4.

²²² Sublinhados nossos, seguindo os negritos de Clécio Quesado (*Op. cit.*, 4.3.4.).

QUINTO

NEVOEIRO

Nem rei nem lei, nem paz nem guerra,
Define com perfil e ser
Este fulgor baço da terra
Que é Portugal a entristecer –
Brilho sem luz e sem arder,
Como o que o fogo-fátuo encerra.

Ninguém sabe que coisa quer.
Ninguém conhece que alma tem,
Nem o que é mal nem o que é bem.
(Que ânsia distante perto chora?)
Tudo é incerto e derradeiro.
Tudo é disperso, nada é inteiro.
Ó Portugal, hoje és nevoeiro...

É a Hora!

10-12-1928

Lusíadas: C. X, E. 145

Valete, fratres!

Análise estilística do poema

Métrica

1 sextilha, 1 sétima e 1 verso isolado. Versos octossilábicos, com excepção do verso isolado que tem apenas 3 sílabas.

Esquema rímico

Rima em esquemas ababba (sextilha) e abbcddd (sétima). O verso isolado rima com o quarto verso da sétima.

Número de versos

14

Observações

Uso de antropomorfização; uso de metáforas (por ex. “fulgor baço”) e símiles (“Como o que o fogo-fátuo...”), reforçando o sentimento de dispersão; uso de negatividade; divisão do poema em duas partes (1.ª estrofe fala da pessoa colectiva, a 2.ª da individual); uso de anáforas e antíteses (por ex. “nem”); uso de paradoxos (por ex. a frase entre parêntesis na 2.ª estrofe); uso de apóstrofe (“Valete Fratres”).

Fernando Pessoa termina a *Mensagem* com o poema “Nevoeiro”, quinto poema dos “Tempos”. Catorze versos – como as catorze estações da cruz.

Na simbologia por nós proposta, de cinco “Tempos” – cinco Impérios, será este poema, o que representa o Quinto Império, o Império Espiritual.

António Quadros diz-nos que este poema “define a actualidade portuguesa como decadência, dispersão e névoa (fazendo lembrar a camoniana «austera, apagada e vil tristeza»)”²²³.

Do último poema, esperar-se-ia um voluptuoso e majestoso *finale*, porque afinal Pessoa exalta o poder do futuro ainda por acontecer, exorta à acção e à esperança. Mas na realidade não podíamos estar mais longe de uma tal apoteose.

Coerente, como sempre, o poeta não deixa para as ultimas palavras nada que não seja dito em todas as páginas anteriores. *Mensagem* fecha-se sobre si própria e quando no seu fim, parece relembrar a vontade de novo início. Sobretudo deixa a sensação de todo, de projecto global, que é dividido em partes, mas sem que essas partes só existam quando ligadas entre si.

“Nevoeiro” é assim um poema velado, triste mesmo quando imperativo, como o próprio Fernando Pessoa. Não é momento de lirismo simples, nem de evocação linear do passado. É um poema de conclusão, que emana tristeza e sentido de missão, bem como uma ponte para o futuro, para uma hora marcada para o nascer do Novo Sol (que destruirá o “Nevoeiro”).

Análise linha a linha da primeira estrofe:

Nem rei nem lei, nem paz nem guerra,
Nem governante nem leis, nem tempos de paz ou de conflito.
Define com perfil e ser
Podem definir a verdade emanção – essência.
Este fulgor baço da terra
No que no presente é de um fulgor triste.
Que é Portugal a entristecer –
Portugal, país pobre, sem esperança e entristecido.
Brilho sem luz e sem arder,
Vida exterior sem luz intensa, sem fogo de paixão e vontade.
Como o que o fogo-fátuo encerra.
Como as luzes do fogo-fátuo (que surge dos materiais em decomposição).

Análise contextual da primeira estrofe:

Pessoa começa – numa análise macroscópica – por caracterizar o momento do país. E vê-o tão desesperado que “nem rei nem lei, nem paz nem guerra” o “definem com perfil e ser”. Ou seja, o país está tão sem alma, sem originalidade, que nenhum governante, nenhuma mudança pela força, o poderá regenerar verdadeiramente. Continuará a ser “fulgor baço da terra”, um “Portugal a entristecer”.

Há vida, certamente. Há quotidiano, quem enriqueça, quem faça uma vida, cresça, tenha família e morra. Mas toda a vida sem sentido é como “brilho sem luz e sem arder”. É mais ainda, é pior, é “como o que o fogo-fátuo encerra”, ou seja, é aparência de brilho (vida exterior), mas sem luz interior (vida interior). Quem vive assim, não vive, sobrevive – ambiciona, procria e morre. Para Pessoa é claro que o brilho de uma vida assim é como o fogo-fátuo, que é um brilho que sai dos cemitérios e dos pântanos, brilho artificial e podre, apagado, próprio dos corpos mortos e decompostos.

É um triste quadro o que nos pinta Pessoa e, de certa maneira, um quadro intemporal para um país que sempre se queixa das mesmas maleitas. Não é de estranhar que Pessoa, levado pela sua imaginação, talento e cultura, queira desenhar uma saída deste marasmo social e intelectual²²⁴. Mas

²²³ António Quadros, *Poesia...*, pág. 121. Cf. também António Cirurgião, *Op. cit.*, nota 42, pág. 264.

²²⁴ Era afinal Pessoa um “interventivo” ou um “teórico”? A opinião que pudemos ler dos seus contemporâneos pode ser resumida no epíteto que lhe deu Jorge de Sena: “um indisciplinador de almas”. É vendo assim Pessoa que Adolfo Casais Monteiro o compara a Sócrates, dando a entender que o génio do poeta se dirigia a mover interiormente os seus leitores e ouvintes, não a agir directamente sobre eles, ou sobre a realidade. Tendemos a concordar com esta visão. Por isso a *Mensagem* não “pretendeu defender fosse o que fosse, mas apenas objectivar um belo mito” (Adolfo Casais Monteiro, *A Poesia de Fernando Pessoa*, INCM, 2.ª Edição, pág. 61. A comparação com Sócrates está na pág. 101).

uma saída sem “rei nem lei, nem paz nem guerra”, ou seja, uma solução de infinito, de eternidade, que não seja transitória. Será o seu início o *modernismo*²²⁵, como corrente literária, mas não só.

Análise linha a linha da segunda estrofe:

Ninguém sabe que coisa quere.
Os portugueses não sabem o que verdadeiramente querem.
Ninguém conhece que alma tem,
Não conhecem a sua alma – o seu Destino.
Nem o que é mal nem o que é bem.
Nem para o bem, nem para o mal.
(Que ânsia distante perto chora?)
Adivinha-se, no entanto, uma ânsia neles, uma ânsia de querer.
Tudo é incerto e derradeiro.
Mas tudo é incerto, difuso, morte.
Tudo é disperso, nada é inteiro.
Tudo em Portugal é parcial, não há vontade de erguer, nada.
Ó Portugal, hoje és nevoeiro...
Portugal é no presente como o nevoeiro.

Análise contextual da segunda estrofe:

Segue-se uma análise microscópica, de pormenor. Depois de ver o “Nevoeiro” como um todo, Pessoa analisa-o partícula a partícula.

Mas é esta uma exortação ou uma elegia? Pessoa não se limita, fala a fundo dos males que sente serem os males de um país. É uma visão de alguém que, sendo português de nascimento, traz também uma perspectiva de estrangeiro. Mal se faça a comparação, novamente deve o poeta chamar a atenção para o corpo morto de Portugal, para que esse corpo se possa erguer, conhecer a razão mais alta do seu sofrimento.

É um país perdido. Onde “ninguém sabe que coisa quere”, onde “ninguém conhece que alma tem”, sem noção nem do que “é mal nem o que é bem”²²⁶. Uma sociedade amoral, desligada dos mais altos valores, da nacionalidade, do espírito de unidade religiosa, sobretudo da irmandade. No entanto, há uma esperança ténue: “ânsia distante” que “perto chora”. Será que no íntimo de cada um reside um desejo distante de mudança?

Mas é tudo tão “incerto e derradeiro”, “disperso”. “Nada é inteiro”. Tal o desespero na análise que Pessoa deixa-se finalmente a uma interjeição dolorosa: “Ó Portugal, hoje és nevoeiro...”.

Análise linha a linha da terceira estrofe:

É a Hora!
É o momento de surgir o Quinto Império, a Nova Vida.

Análise contextual da terceira estrofe:

Depois de duas estrofes mortas, soturnas, Pessoa faz a sua última exortação, gritando de peito cheio de ar, ao infinito: “É a Hora!” (ver a segunda estrofe do poema “sem título” em os “Avisos”).

²²⁵ V.Fernando Martinho, *Op. cit.*

²²⁶ É a mesma imagem de Portugal, de país onde “*nada acontece, não há drama, tudo é intriga e trama*”, onde a impunidade e mesquizez que ganhou, com a análise filosófica fenomenológica direito a conceito de nome “não-inscrição” com José Gil? (Cf. José Gil, *Portugal, Hoje: o Medo de Existir*, Relógio d'Água, 2005). Talvez Pessoa apresente uma solução alquímica para o medo de que fala José Gil: a dissolução e a multiplicação do eu da qual resultará a fraternidade; um existencialismo silencioso, interior, de negação. Falta ainda quem estude ao pormenor a maneira como Pessoa poeticamente estruturou esta nova filosofia.

A “Hora” é o fim da *Obra* que se vem descrevendo. Não se percebe – porque é em rigor ainda um mistério – que hora será, se hora humana ou hora divina, mas certamente é uma hora certa, inevitável.

Esta “Hora” de Pessoa é também uma realidade por consumir. Isto porque Pessoa clama por um momento que – em verdade – será impossível de acontecer sem que ele o anuncie – eis o paradoxo. Por isso a “Hora” é também o momento em que Pessoa é lido até ao fim, quando se conclui a leitura da *Mensagem*, do plano de Pessoa para regenerar Portugal.

Com esta frase final, Pessoa “foi-se”, como o “mostrengo servo”, deixando-nos a nós a tarefa imaterial de revelar em cada um de nós os mistérios que ele anunciou. Para que em cada um de nós brilhe aquele *relâmpago*, fálscia divina, que nos tira da vil noite na direcção do Novo Dia²²⁷.

A *mensagem da Mensagem* é essa: procurar no íntimo a razão que ilumina a vida que vale a pena ser vivida²²⁸. Incrivelmente – ou talvez não – é uma mensagem positiva, optimista²²⁹.

Uma derradeira pista, como um eco que se distancia, é deixada: um *Valete Fratres!*, um *Adeus Irmãos!*, sincero como um forte aperto de mão, um abraço quente²³⁰.

²²⁷ “É a Hora!” é uma pista que Alexandre Severino liga conclusivamente à influência de Thomas Carlyle em Pessoa, que data da sua juventude na África do Sul. Como Carlyle, Pessoa tem uma “visão histórica da raça por vir” (in Alexandre Severino, *Op. cit.*, pág. 264).

²²⁸ Como Clécio Quesado intui, também nós pensamos que a «mensagem da *Mensagem*» reside neste último poema, última pedra na construção poética do livro-poema e que lhe dá um sentido final. (*Op. cit.*, 4.3.5.).

²²⁹ Não sabemos se alguém pensou no facto de ser a *Mensagem* uma obra positiva e simultaneamente da autoria de Fernando Pessoa ele-mesmo, não de um seu heterónimo. Ironicamente a última mensagem da *Mensagem* é – como pensamos que era a alma de Pessoa – um elogio da vida e não de morte.

²³⁰ É um adeus, mas também um até já. Veja-se que Pessoa se despede com uma nova elocução em latim, retirada de um ritual maçónico, e por isso com significado hermético. Pessoa pretende comunicar que se despede de todos aqueles iniciados, seus irmãos templários e rosa cruzeiros (mesmo que só em espírito), que compreendem o significado das suas palavras e vão agir através delas no futuro de Portugal. É portanto um adeus no presente, lançado para o futuro. Quanto desse adeus é também amargura, e quanta da nova pátria que Pessoa deseja será o impossível retorno ao seu passado de criança (a uma pátria pura, com pai e mãe atenciosos e dedicados, sem solidão) – isso podemos apenas conjecturar.

Agradecimentos

Um agradecimento para todos os que estudam a obra de Fernando Pessoa e que com os seus estudos colaboraram indirectamente para este trabalho.

Um agradecimento especial é dirigido à memória do Professor Doutor António Quadros, cujos estudos muito me inspiraram, pela sua originalidade e coragem.

Aliás o título deste livro é – só o soubemos depois de concluído e editado online – o mesmo de um artigo do Prof. intitulado “Fernando Pessoa. As Mensagens da «Mensagem»” in António Quadros «A Ideia de Portugal na Literatura Portuguesa dos Últimos Cem Anos», Lisboa, Fundação Lusíada, 1989, pp. 154-168.

Talvez a coincidência assegure que sobre esta obra esteja vigilante o espírito criativo do Prof. Quadros. Será essa a nossa interpretação.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

I. ANÁLISES DA MENSAGEM, POEMA A POEMA

- CIRURGIÃO, António; *O «Olhar Esfíngico» na Mensagem de Pessoa*, Lisboa, ICALP, 1990.
- QUESADO, José Clécio Basílio; *Labirintos de um «livro à beira-mágoa» – a Mensagem, de Pessoa*, Rio de Janeiro, Elo, 1999.

II. BIOGRAFIAS

- QUADROS, António; *Fernando Pessoa – Vida, personalidade e génio*, D. Quixote, 5.^a edição, 2000.
- LENCASTRE, Maria José de; *Fernando Pessoa – Uma Fotobiografia*, Quetzal Editores, 2.^a edição, 1998.
- SEVERINO, Alexandrino, *Fernando Pessoa na África do Sul*, D. Quixote, 1983.
- SIMÕES, João Gaspar; *Vida e Obra de Fernando Pessoa*, 2 volumes, Bertrand, 1950.

III. OUTRAS ANÁLISES

- BASSELAR, José Van Den; *António Vieira: o Homem, a Obra, as Ideias*, ICALP, 1981.
- CENTENO, Yvette K., *Fernando Pessoa e a Filosofia Hermética*, Presença, 1985; *Fernando Pessoa: Os Trezentos e Outros Ensaios*, Presença, 1988.
- COELHO, António Pina; *Os Fundamentos Filosóficos da Obra de Fernando Pessoa*, 2 volumes, Verbo, 1971.
- COELHO, Jacinto do Prado; *Diversidade e Unidade em Fernando Pessoa*, Verbo, 11.^a edição, 1998.
- COSTA, Dalila Pereira da; *O Esoterismo de Fernando Pessoa*, Lello & Irmão, Porto, 1971.
- DUARTE, Osvaldo; «Persuasão à Beira da Mágoa» in *Nave da Palavra*, edição n.º 37, 2000.
- EMINESCU, Roxana, «Incursão no eixo semântico ver/ouvir da Mensagem Pessoaana» in *Actas do 2.º Congresso Internacional de Estudos Pessoaanos*, CEP, 1985.
- FERREIRA, António Mega; *Fazer pela vida – um retrato de Fernando Pessoa o empreendedor*, Assírio & Alvim, 2005.
- LUNA, Jayro; *A Chave Esotérica de Mensagem de Fernando Pessoa*, Epsilon Volantis, São Paulo, 2002.
- MARTINHO, Fernando; *Pessoa e a Moderna Poesia Portuguesa*, ICALP, 1983.
- MONTEIRO; Adolfo Casais, *A Poesia de Fernando Pessoa*, INCM, 2.^a edição, 1999.

- MONTEIRO, Luís Filipe Barata; «A Mensagem Filosófica da Mensagem» in *Actas do 2.º Congresso Internacional de Estudos Pessoaanos*, CEP, 1985.
- PASI, Marco, «The Influence of Aleister Crowley on Fernando Pessoa's Esoteric Writings» in *Gnostics 3: Ésotérisme, Gnoses & Imaginaire Symbolique*, Peeters, 2001, págs. 693-711.
- PAZ, Octávio; *Fernando Pessoa Desconhecido de Si Mesmo*, Vega, 2.ª edição, 1992.
- QUADROS, António; *Poesia e Filosofia do Mito Sebastianista*, Guimarães Editores, 2.ª edição, 2001.
- SEABRA, José Augusto; «Fernando Pessoa and the spirit of discovery - Portuguese poet» in *UNESCO Courier*, April, 1989.
- SILVA, Agostinho da; *Reflexão*, Guimarães Editores, 3.ª edição, 1996; *Um Fernando Pessoa*, Guimarães Editores, 3.ª edição, 1996.
- SOUSA, Vitorino de; *A astrologia nos doze poemas de "Mar Português"*, e-book em PDF, 2001.
- URBAN, Paulo; «Pessoa Oculta em Pessoa» in *Revista Planeta*, nº 381, Brasil, Junho 2004.
- VÁRIOS; *Fernando Pessoa no seu Tempo*, Biblioteca Nacional, 1988.
- VÁRIOS; *Actas do 1.º Congresso Internacional de Estudos Pessoaanos*, CEP, Brasília Editora, 1979.
- VILHENA, António Mateus; *Fernando Pessoa e os Meandros da Solidão*, ICALP, Volume 5, Julho de 1986.

IV. Textos originais

- PESSOA, Fernando; *Mensagem e outros poemas afins*, Europa-América, 2.ª edição.
- PESSOA, Fernando; *Portugal, Sebastianismo e Quinto Império*, Europa-América, 1986.
- PESSOA, Fernando; *Aforismos e Afins*, Assírio & Alvim, 2003.
- PESSOA, Fernando; *Poesias de Álvaro de Campos*, Europa-América, 3.ª edição, 1990.
- PESSOA, Fernando; *Páginas de Pensamento Político 2 (1925-1935)*, Europa-América, 1986.
- PESSOA, Fernando; *Páginas de Pensamento Político 1 (1910-1919)*, Europa-América, 1986.
- PESSOA, Fernando; *Fausto – Tragédia Subjectiva*, Editorial Presença, 1988.
- PESSOA, Fernando; *Textos de Intervenção Social e Cultural – A Ficção dos Heterónimos*, Europa-América, 1986.

- PESSOA, Fernando; *Escritos Íntimos, Cartas e Páginas Autobiográficas* Europa-América, 1986.
- PESSOA, Fernando; *À Procura da Verdade Oculta*, Europa-América, 2.^a edição, 1989.
- PESSOA, Fernando; *Bernardo Soares – Livro do Desassossego 1.^a Parte*, Europa-América, 2.^a edição; *Bernardo Soares – Livro do Desassossego 2.^a Parte*, 3.^a edição.
- PESSOA, Fernando; *Páginas Sobre Literatura e Estética*, Europa-América, 2.^a edição, 1994.
- PESSOA, Fernando; *Odes de Ricardo Reis*, Europa-América, 4.^a edição, 1994.
- PESSOA, Fernando; *Ficção e Teatro*, Europa-América, 1986.
- PESSOA, Fernando; *Poemas de Alberto Caeiro*, Europa-América, 4.^a edição, 1995.

V. Obras de referência

- BANDARRA; *“Profecias” do Bandarra, Sapateiro de Trancoso*, Editora Vega, 5.^a edição, 1996.
- CAMÕES, Luís de; *Os Lusíadas*, Prefácio de Carolina Michaelis de Vasconcelos e notas de José Maria Rodrigues, Imprensa Nacional de Lisboa, 1971.
- MARLOWE, Christopher; *Doutor Fausto*, Inquérito, 1987.
- SARAIVA, José Hermano, *História Concisa de Portugal*, Publicações Europa-América.
- VÁRIOS, *Bíblia Sagrada*, Edição Pastoral, Paulus, 1999.
- VIEIRA, Padre António, *Obras Escolhidas – História do Futuro (II)*, Sá da Costa, 1953.